



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA**

GILVANEIDE FERREIRA DE MELO BARBOSA

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CONSIDERAÇÕES DIDÁTICO-
PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

ORIENTADORA: Professora Mestra Nathália Fernandes do Egito Rocha

LUCENA - PB
2018

GILVANEIDE FERREIRA DE MELO BARBOSA

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CONSIDERAÇÕES DIDÁTICO-
PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito institucional para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Mestra Nathália
Fernandes do Egito Rocha

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

B238e Barbosa, Gilvaneide Ferreira de Melo.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CONSIDERAÇÕES
DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
/

Gilvaneide Ferreira de Melo Barbosa. - João Pessoa, 2018.
114 f. : il.

Orientação: Nathália Fernandes do Egito Rocha Rocha.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Trânsito. 3. Currículo. 4. Transversalidade. 5.
Interdisciplinaridade. I. Rocha, Nathália Fernandes do Egito
Rocha. II. Título.

UFPB/BC

GILVANEIDE FERREIRA DE MELO BARBOSA

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: CONSIDERAÇÕES DIDÁTICO-
PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito institucional para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 20 / junho / 2018.

Nathália Fernandes Egito Rocha

Prof.^a Ma. Nathália Fernandes do Egito Rocha/UFPB
Orientadora/UFPB

Miriam Espínola dos Santos Freire

Prof.^a Ma. Miriam Espínola dos Santos Freire/Mestra/UFPB
Examinadora/UFPB

Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos

Prof.^a Ma. Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos
Examinadora/UFPB

LUCENA – PB

2018

Dedico este trabalho aos meus pais, que não tendo condições de estudar, sempre encaminharam os filhos para os estudos. Dedico também aos meus irmãos, ao meu marido e a minha filha.

AGRADECIMENTOS

Primeiro à Deus, Ser Supremo e Onipresente, pela minha existência e realização deste trabalho.

A meus pais, Otávio (in memoriam) e Madalena pela forte determinação de vencer.

A meus irmãos Ferreira, Gilberto, Gilson, Juscelino, Otaviano, Agnaldo, Odair, Danielly e Adrielley, pelo carinho e estímulo.

À minha filha Vitória Rachel, pela fonte inesgotável de amor.

A meu esposo Itamir, pela compreensão e incentivo.

À Professora orientadora Nathália Fernandes do Egito Rocha pelas preciosas orientações dadas para a confecção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À Professora orientadora responsável pela disciplina: Trabalho de Conclusão de Cursos (TCCII) Idelsuite de Sousa Lima pela presença constante na Plataforma Virtual.

As professoras convidadas para fazer parte da Banca Examinadora: Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos e Miriam Espíndula dos Santos Freire pelas significativas observações e contribuições dadas para a finalização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores do Curso de Pedagogia à distância – UFPB VIRTUAL, que contribuíram ao longo desses anos, por meio das diversas disciplinas e discussões, para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que fazem a Coordenação do Curso de Graduação de Pedagogia à distância – UFPB VIRTUAL.

Aos demais funcionários da UFPB, pela presteza no atendimento aos alunos.

Aos colegas de trabalho e de estudo que participaram da pesquisa, e que muito contribuíram.

A todos os companheiros de curso, pelas longas horas de ajuda mútua e solidariedade.

E, finalmente, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização deste trabalho.

*A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo.*

Nelson Mandela

RESUMO

A pesquisa monográfica teve como escopo discutir sobre a educação em/para o trânsito, a fim de compreender a realidade que a cerca, tendo como foco pesquisar sobre os seus conceitos, atributos, legislação, diretrizes pedagógicas, e ainda, sobre as possibilidades de integração entre a temática e a educação básica. Nesse contexto, o estudo apresentou como objetivo geral: Investigar e discutir sobre o tema Educação em/para o Trânsito, considerando as abordagens didático-pedagógicas, disponibilizadas nos espaços público-privados, as quais são decorridas de artefatos legais originados a partir do Código de Trânsito Brasileiro. Optou-se, por uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois o objeto de estudo exigiu a utilização de métodos e técnicas que abordassem análise de temas objetivos e subjetivos. Já a coleta de dados teve natureza bibliográfica e documental, principalmente apreciação de legislação específica, artigos, livros, sítios eletrônicos como o do Departamento Nacional de Trânsito e outros correlatos. Por fim, registrou-se a evolução histórica da Educação para o Trânsito no Brasil, a sua aplicabilidade no contexto didático-pedagógico, bem como as probabilidades de integração entre a EPT, as várias disciplinas das etapas e modalidades da Educação Básica, e, também, a correlação com o currículo escolar, a transversalidade e a interdisciplinaridade.

Palavras chave: Educação. Trânsito. Currículo. Transversalidade. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The purpose of the monographic research was to discuss traffic education in order to understand the reality surrounding it, focusing on its concepts, attributes, legislation, pedagogical guidelines, and on the possibilities of integration between thematic and basic education. In this context, the study had as a general objective: To investigate and discuss the theme of Education in / to Traffic, considering the didactic-pedagogical approaches, made available in the public-private spaces, which are derived from legal artifacts originated from the Code of Brazilian Transit. It was decided, through a qualitative and quantitative research, that the object of study required the use of methods and techniques that approached the analysis of objective and subjective subjects. The collection of data had a bibliographical and documentary nature, mainly an appreciation of specific legislation, articles, books, electronic sites such as the National Traffic Department and other correlates. Finally, the historical evolution of Traffic Education in Brazil, its applicability in the didactic-pedagogical context, as well as the probabilities of integration between the EFA, the various disciplines of the stages and modalities of the Basic Education were registered, and also , the correlation with the school curriculum, transversality and interdisciplinarity.

Key words: Education. Traffic. Curriculum. Transversality. Interdisciplinarity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Monografia de graduação – curso pedagogia - ano base 1997	15
Tabela 2. Monografia de pós-graduação – curso pedagogia - ano base 2004	16
Tabela 3. Orientações didáticas para trabalhar a temática trânsito em várias disciplinas	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução histórica da Educação de trânsito no Brasil – 1940 - 2000	21
Quadro 2. Projeto Rumo à Escola – Escolas público-privadas – João Pessoa – 2000 a 2003	26
Quadro 3. Identidade e autonomia - Sugestões de atividades com uso de teatro de fantoche	27
Quadro 4. Identidade e autonomia - Sugestões de atividades com uso de brinquedos	42
Quadro 5. Cuidados pessoais e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula	42
Quadro 6. Cuidados pessoais e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula	43
Quadro 7. Movimento e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula	43
Quadro 8. Conteúdos relacionados ao trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula	43
Quadro 9. Conteúdos relacionados ao trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula	44
Quadro 10. Obras de literatura infanto-juvenil sobre o tema trânsito	44
Quadro 11. Sítios eletrônicos sobre a temática trânsito	50
Quadro 12. Agenda trânsito – 2017	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos

ONU - Organização das Nações Unidas

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

PNE - Plano Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CTB - Código de Trânsito Brasileiro

SNT - Sistema Nacional de Trânsito

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito -

CONTRANDIFE - Conselho de Trânsito do Distrito Federal

CETRA - Conselhos Estaduais de Trânsito.

JARI - Juntas Administrativas de Recursos de Infrações.

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

DNET - Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito

DETRAN/PB - Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo I - Legislação-Educação e Trânsito.....	19
1.1 Educação Básica.....	19
1.2 Evolução da Educação de Trânsito no Brasil	21
1.3 Código Nacional de Trânsito e o Sistema Nacional de Trânsito.....	23
1.4 Educação para o Trânsito: autores e obras.....	25
Capítulo II - Currículo e prática pedagógica.....	31
2.1 Considerações sobre Currículo.....	31
2.2 Currículo, Transversal e Interdisciplinar.....	35
2.3 Correlacionando Currículo e Educação para o Trânsito.....	37
Capítulo III – Análises e Resultados	42
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
3 REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2013 fui aprovada para o cargo efetivo de técnico administrativo da secretaria estadual de educação do estado da Paraíba, e, fui trabalhar na diretoria de ensino médio e de educação profissional, momento em que passei a trabalhar na chefia de estágio, onde foi possível manter contato com as diretrizes educacionais, grade curricular, plano de estágios, projeto pedagógico de cursos, projeto político pedagógico das escolas, gestão de convênios como subsidio de ações pedagógicas, o que proporcionou uma experiência impar, e, despertou o meu interesse genuíno pela educação.

Nesse espaço, de modo geral, sempre ouvia falar sobre a educação para o trânsito e a probabilidade de disponibilização de recursos oriundos das várias esferas de governos, para fins de financiamento de projetos que contemplassem a temática na área educacional. Essa área me encantou. Senti a necessidade de ter uma graduação em licenciatura, então, em 2014 resolvi participar do processo seletivo para graduados, por meio da Universidade Federal da Paraíba, modalidade educação a distância, no curso de pedagogia, no que fui aprovada. Nesses quatro anos de curso, em nenhum momento foi mencionada a educação para o trânsito.

Há dois anos fiquei a disposição do Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba, e, ao participar dos eventos alusivos a educação para o trânsito, depois, resolvi estudar e defender o tema, considerando, pois, que este é de grande relevância social, econômica, política, que traz em seu bojo uma grande complexidade por envolver o principal e único responsável pelos acontecimentos nas vias públicas, o homem.

Sensibilizada com os altos índices dos acidentes de trânsitos, os vultosos custos com saúde, a falta de informação do cidadão, optei por abraçar essa causa em prol da vida, da justiça social, da igualdade de condições, e, por acreditar que a educação seja a mola mestra que conscientiza e muda a postura das pessoas, as quais conscientizadas e sensibilizadas poderão transformar o espaço público em um lugar mais seguro, justo, solidário, humanizado e eticamente sustentável.

Diante do exposto, decidi estudar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), justamente, o capítulo VI – Da educação para o trânsito, artigo 76, e sua aplicabilidade no âmbito escolar, o qual será infracitado.

Nesse contexto, este trabalho de conclusão de curso refere-se a uma pesquisa monográfica que intenciona discutir sobre a educação em/para o trânsito, a fim de compreender a realidade que a cerca, tendo como foco pesquisar sobre os seus conceitos,

atributos, legislação, diretrizes pedagógicas, e ainda, sobre as possibilidades de integração entre a temática e a educação básica. Estes tópicos fazem parte dos conteúdos relacionados no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), precisamente, no capítulo VI – Da educação para o trânsito, artigo 76, considerando que o CTB foi editado na década de 1997, no governo do Presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso, instituído pela lei nº 9.503/1997 e dispondo sobre vários tópicos, dos quais se citam: o Sistema Nacional de Trânsito e suas particularidades, das normas gerais de circulação e conduta, da educação para o trânsito, dentre outros (BRASIL, 1997).

Dentre as várias áreas que comportam o Código de Trânsito Brasileiro, enfatiza-se sobremaneira o Capítulo VI, o qual dispõe que a educação para o trânsito é um direito de todos e que o estado deve proporcioná-la desde a pré-escola até as escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de programa e atuações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos referentes campos de ação (BRASIL, 1997).

Neste contexto, Rozestraten (1998) anuncia que, a Educação para o Trânsito expande-se para vários profissionais como engenheiros, juízes, advogados, médicos, instrutores de autoescolas, funcionários das várias esferas de governo (federal, estadual e municipal), professores das várias etapas da educação (infantil, ensino fundamental, ensino médio e superior), dentre outros.

Atualmente, as mídias registram tudo que ocorre na nossa sociedade, como exemplo os inúmeros acidentes de trânsito envolvendo pedestre, ciclistas, carroceiros, condutores de motocicletas e automóveis, cujas causas são diversas: falta de atenção, imprudência, imperícia, excesso de velocidade, esquecimento do cinto de segurança, pressa, uso de celular, cansaço, fadiga, sono, embriaguez, falta de revisão veicular, descumprimento de regras, dentre outras.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que anualmente morrem 1,3 milhões de pessoas vítimas de imprudência ao volante, sendo o trânsito a nona maior causa de mortes no planeta. O Brasil contou com 37.306 óbitos e 204 mil pessoas feridas, no ano 2015, obtendo o quinto lugar entre os recordistas em mortes no trânsito, Índia, China, EUA e Rússia (PARANÁ PORTAL, 2017).

A Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIP)¹, de abrangência nacional, anuncia que a principal causa de morte de crianças e adolescentes, no Brasil, advém de acidentes de trânsito: Em 2015, ocorreram 1.389 mortes de crianças e adolescentes; Em

¹ O site Criança Segura é de autoria de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, cuja qualificação é denominada Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIP).

2016, ocorreram 12.288 hospitalizações de crianças e adolescentes. Afirmam ainda que, dessas mortes 471 (34%) estavam dentro do veículo, enquanto 414 (30%) foram vítimas de atropelamentos (CRIANÇA SEGURA, 2017).

Nesse contexto, nota-se que existe legislação sobre o trânsito, a qual prevê tópico especial sobre educar para o trânsito desde o ano de 1997, abrangendo as várias etapas/modalidades da educação básica até o ensino superior, além da publicidade exacerbada de estatísticas que retratam números exorbitantes de acidentes ocorridos no trânsito com os vários usuários de suas vias, inclusive com crianças e adolescentes.

Sendo assim, o interesse recai sobre a educação em/para o trânsito no campo escolar público e/ou privado, destacando a educação básica, especialmente buscando identificar exemplos de práticas administrativo-pedagógicas oriundas dos órgãos citados no dispositivo legal que emana do Código de Trânsito Brasileiro – capítulo VI – Da educação para o trânsito. Sendo assim, propõe-se investigar sobre quais são as proposições didático-pedagógicas apresentadas pelos órgãos responsáveis pela educação em/para o trânsito, incluídas pela legislação, as quais podem ser trabalhadas em quaisquer disciplinas, campos, espaços, tempos, visando à formação de cidadão consciente, capaz de intervir e transformar o meio por onde transita?

Pactuando com Gadoti (2000), relembra-se que o século passado trouxe grandes mudanças para a sociedade, principalmente a partir da globalização da economia, a qual atingiu sobremaneira a todos e tudo que existe no universo como os padrões já estabelecidos, na cultura/economia/ciência/ tecnologia, formas de pensar/agir, os meios de produção, daí, havendo a necessidade de re/construir novas roupagens para atingir determinados objetivos, e, nesse contexto se insere a educação e todos os meios que são utilizados para exercê-la com qualidade. Assim, pensam inúmeros estudiosos como Gadoti (2000), Delors (1998), Dowbor (1998), Snyders (1988), dentre outros.

Nesta década, acompanhando as mudanças ocorridas em todo o mundo, os países que participam da Organização das Nações Unidas - ONU se comprometeram a aprimorar a segurança no trânsito, expandindo os transportes públicos seguro-inclusivo-acessível, em especial para as pessoas em situação de vulnerabilidade (crianças, idosos, pessoas com deficiências), reduzindo os números de mortes e acidentes (CAZARRÉ, 2015).

Nesse patamar, considerando a educação como um espaço de múltiplas facetas, onde predominam várias culturas, re/constituem-se distintas identidades, cujo foco seja formar cidadãos éticos, críticos, reflexivos, protagonistas de suas histórias, capazes de aprenderem a enfrentar os desafios que surgem no decorrer do tempo/espaço, com competências para

apresentarem soluções que favoreçam a igualdade de condições para todos, baseados no princípio da fraternidade e da justiça social.

Nessa conjuntura, a escolha do tema em questão deve-se, essencialmente, ao fato indispensável de se verificar a disseminação do conteúdo de educação para o trânsito no âmbito escolar, como/quando/por quem estão sendo utilizadas, as pesquisas realizadas na área e informações pertinentes, a questão trânsito que expede à ponderação sobre as distinções de costumes de vida e inclusões sociais, despertando grande interesse em verificar como se dá a introdução da educação em/para o trânsito na comunidade escolar.

Nesse contexto, acredita-se que a realização da pesquisa é viável uma vez que existem legislações, artigos e práticas pedagógicas em construção em vários estados do Brasil. Desse modo, ao realizar a pesquisa no tema proposto haverá de certa forma inovação nos temas apresentados no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, tendo em vista que ao realizar pesquisa virtual, no período de abril de 2018, no portal público denominado de Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFPB), na aba Biblioteca/pesquisar material no acervo, local biblioteca central/setorial CE, ano de publicação de 2000 a 2017, não foi encontrado registro sobre a temática, pelo menos em relação à educação para o trânsito, exceto as monografias inframencionadas.

As monografias consultadas na Biblioteca Setorial do CE são originadas de trabalhos realizados por alunas do curso de Pedagogia presencial, nos anos de 1997 e 2004, conforme as tabelas abaixo relacionadas:

Tabela 1. Monografia de graduação – curso pedagogia - ano base 1997

Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação/Pedagogia
Título: Educação, Trânsito e Cidadania: subsídios para o ensino básico
Autoras: Leandra de Araujo Tibúrcio, Luciane Alves Coutinho Sarmento, Micherlane de Melo Caldeira.
Local: João Pessoa/PB
Ano: 1997
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A monografia citada na tabela nº 1 versou sobre a educação do ensino básico, particularidades sobre o Código de Trânsito Brasileiro, educação para o trânsito, cidadania e contextos correspondentes.

Tabela 2. Monografia de pós-graduação – curso pedagogia - ano base 2004

Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação/Programa de Pós-graduação em Educação
IV curso de especialização em supervisão escolar e orientação educacional
Autora: Micherlane de Melo Caldeira Souto
Título: O papel da/do pedagoga/o em um projeto transdisciplinar de educação para o trânsito: uma experiência vivenciada no projeto rumo à escola – limites e possibilidades.
Local: João Pessoa/PB
Ano: 2004
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A monografia citada na tabela nº 2 retratou a tópicos como: política educacional, o papel do pedagogo e as suas respectivas competências, política nacional de trânsito, educação para o trânsito e a experiência realizada na Escola Municipal Augusto dos Anjos.

Dessa forma, a temática em estudo não representa uma novidade, mas o resultado da pesquisa trará informações passadas e atuais que foram/são/serão pertinentes para a prática pedagógica e para a formação do cidadão, e, se revestem de grande relevância para a educação em quaisquer das etapas, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Nesse contexto, a pesquisa terá como objetivo geral: Investigar e discutir sobre o tema Educação em/para o Trânsito, considerando as abordagens didático-pedagógicas, disponibilizadas nos espaços público-privados, as quais são decorridas de artefatos legais originados a partir do Código de Trânsito Brasileiro. Os objetivos específicos serão três e terão como base: 1) Fazer levantamento bibliográfico sobre a temática Educação para o Trânsito contida na legislação supracitada; 2) Pesquisar sobre atividades/ações/diretrizes relacionadas à Educação para o Trânsito que possam ser aplicadas no contexto escolar; e, 3) Apontar perspectivas de integração entre a temática Educação para o Trânsito e as várias disciplinas da educação básica.

Em cenário dessa conjuntura, para a realização deste trabalho, considerando (Gil, 2008), optar-se-á por uma pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa, uma vez que o objeto de estudo exigirá a utilização de métodos e técnicas que abordem análise de temas objetivos e subjetivos. Ademais a pesquisa a ser utilizada permitirá maior aproximação com o objeto investigado, sendo bibliográfica (apanhado geral dos trabalhos realizados) e documental (fontes primárias escritas ou não), as quais permitirão observação e análise de legislação peculiar ao tema, como apontamentos oficiais, normas, regimentos, resoluções, atas, relatórios gerenciais, artigos, gráficos, tabelas, indicadores numéricos e outros.

Nesse sentido, a coleta de dados será realizada especialmente pela Internet, junto aos diversos sítios eletrônicos como do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho

Nacional de Trânsito (CONTRAN), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB), Secretaria Municipal da Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC), os quais comportam informações que poderão subsidiar a compreensão do problema e a cobertura geral sobre o assunto.

Os instrumentos e técnicas de pesquisa que constituirão a base para a realização da pesquisa em tela serão pautados em informações obtidas a partir dos dados bibliográficos/documentais oriundos de vários sítios eletrônicos, uma vez que a internet representa o maior repositório do mundo de informações (MACHADO, 2004). Nesse contexto, visitar-se-ão os *sites* de diversos órgãos como (MEC, CONTRAN, DENATRAN, DETRAN/PB, SEE/PB, SEMOB/PM, SEDEC/PM), tendo como base a revisão teórica (leitura e apontamentos) sobre a temática de educação para o trânsito e assuntos correlatos, utilizando-se fontes segundo Marconi e Lakatos (2003), primárias (documentos oficiais, leis, periódicos, programas, projetos, publicações diversas) e secundárias (livros, jornais, revistas, monografias, teses, dissertações, artigos).

A análise de coleta de dados será realizada de acordo com as informações citadas nos tópicos anteriores, por meio de demonstrativos de gráficos, tabelas, figuras, os quais sofrerão a análise ou explicação dos temas em questão com o auxílio de interpretação, elucidação, particularização, descrição, conclusão, tabulação dos dados coletados e emissão de relatório, considerando a estatística descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O referencial teórico será dividido em dois capítulos principais: o primeiro capítulo tratará da legislação sobre a Educação Básica, Educação de Trânsito no Brasil, o Código Nacional de Trânsito, o Sistema Nacional de Trânsito; o segundo capítulo abordará sobre Currículo, Interdisciplinaridade e Transversalidade. Será ainda dedicado um capítulo específico para a Análise, interpretação e discussão dos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO I – LEGISLAÇÃO: EDUCAÇÃO E TRÂNSITO

1.1 Educação Básica

A Educação Básica tem como marco legal a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, os quais propiciaram uma formação basilar imprescindível para a formação do indivíduo, bem como para o efetivo exercício da cidadania. Ultimamente, a Educação Básica é regida por diversas legislações como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e auxiliada por outras leis correlatas como a lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Esses artefatos jurídicos que são denominados de leis serão tratados neste capítulo I, resumidamente, no que couber. Os demais serão referenciados no capítulo II. Também serão expostos assuntos pertinentes à educação para o trânsito, como o Projeto Rumo à Escola e o posicionamento de alguns autores e órgãos públicos.

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo n.º 205 dispõe que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, que será promovida e estimulada com a cooperação da sociedade, propendendo o integral desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Pactuando com a Carta Magna Brasil de 1988, a lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirmando que a educação é um dever da família e do estado. No seu artigo 4º preconiza o direito a educação e o dever de educar por meio de escola pública que atenderá a educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, a qual se organiza desde a pré-escola, passa pelo ensino fundamental e vai até o ensino médio, sendo a educação infantil gratuita para as crianças até 05 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996). A mesma legislação anuncia as etapas e respectivas a finalidades da educação básica, ou seja:

1) Art. 29º - a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem com fim o desenvolvimento integral da criança de até 05 (cinco) anos de idade, nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

2) Art. 32º - o ensino fundamental é a segunda etapa, com duração obrigatória de 09 (nove) anos, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade e tem como finalidade:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

3) Art. 35º - o ensino médio, como etapa final da educação básica, cuja duração mínima será de 03 (três) e tem como desígnio:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Nesse contexto, entende-se que seja pertinente observar que a lei referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 não abordam a temática educação para o trânsito, muito embora seja oriunda da CF/1988 que afirma em seu artigo n.º 23, inciso n.º XII que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham a competência de “estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito”. Assim como, quando trata da segurança pública em seu artigo n.º 144 afirma que a mesma seja de “responsabilidade do Estado, direito e responsabilidade de todos”, sendo que no inciso n.º I a educação é compreendida como “engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente [...]”.

Não obstante, há de se referenciar que as legislações educacionais supracitadas informam em suas respectivas etapas de ensino, as suas atinentes finalidades, as quais coadunam com o sentido mais amplo da educação que seria “formar o sujeito de forma integral e educar para o mundo”, ou seja, proporcionar o completo desenvolvimento da pessoa, o pleno exercício da cidadania e graduar para o trabalho. Sendo assim, pressupõe-se que para atingir esse objetivo maior seria imprescindível atender pressupostos de conteúdos basilares compatíveis com as DCN e BNCC, a formação profissional, e ainda, formar para as

várias dimensões: ética, estética, lúdica, afetiva, dialógica, cognitiva e reflexiva.

Ademais, formar um cidadão significa dizer que o sujeito deve ser formado para entender, compreender, interpretar e executar os seus direitos e as suas obrigações em quaisquer época/espço, sem quaisquer distinções.

E, atualmente, a nova política curricular da BNCC assegura que os sistemas de rede de ensino, assim como as escolas que mantêm as suas respectivas esferas de autonomia e competência, podem congrega aos currículos e às propostas pedagógicas o enfoque de temas modernos que comprometem a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora, daí incluindo temáticas como a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997).

As DCN afirmam e reafirmam que existem leis como a 9.503/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro que não alteram a LDB, mas que pode ser complementada com outros assuntos não disciplinares, desde a educação infantil ao ensino médio, como na parte diversificada que faz referência aos direitos das crianças e dos adolescentes (Lei nº 8.069/90) quando trata do transporte escolar seguro e adequado.

Nesse patamar, considerando que o trânsito envolve diversas variáveis ligadas aos direitos fundamentais e/ou humanos, que na sua ausência atentam contra a dignidade da pessoa humana, que são invioláveis, universais, indivisíveis, absolutos e imprescindíveis, então, faz-se imperativo que a educação para o trânsito seja incluída no currículo local, a fim de atender as necessidades da localidade, conforme preceituam as DCN, a BNCC e outros artefatos correlatos. Nesse caminhar, expõem-se informações sobre a evolução da educação para o trânsito, O CTB e o SNT (BOBBIO, 2004).

1.2 Evolução da Educação de Trânsito no Brasil

A Educação de trânsito no Brasil teve o seu marco inicial registrado na década de 1941, momento em que foi publicado o primeiro Código de Trânsito do Brasil (Decreto Lei nº 2.994, de 28/01/1941), o qual foi alterado pelo Decreto Lei nº 3.651, de 25/09/1941 que regeu o trânsito por um período de vinte e cinco anos. Nessa conjuntura, apresenta-se um quadro retratando a evolução histórica da Educação para o trânsito no Brasil em períodos distintos da nossa história:

Quadro 1, Evolução histórica da Educação de trânsito no Brasil – 1940 - 2000

<p>Período do Estado Novo (1937 - 1945) Publicação do Decreto Lei nº 2.994 que institui o Código de Trânsito do Brasil e do Decreto Lei nº 3.651 com algumas alterações.</p>
<p>Período da Nova República (1946 - 1963) Surgiu o primeiro anteprojeto de Educação para as escolas, o qual foi apresentado no I Congresso de Trânsito da cidade de São Paulo, na década de 1949.</p>
<p>Período do Regime Militar (1964 - 1985) 1966 - O Presidente General Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.108/1966 – Código Nacional de Trânsito, e, nesse ínterim surgiu o seu regulamento (RCNT), as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), leis e decretos federais. O Código Nacional de Trânsito declarou que haveria pelo menos uma vez por ano, uma Campanha Nacional Educativa de Trânsito, com a cooperação de todos os órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito. O Ministério da Educação ficaria responsável pela divulgação de noções de trânsito nas escolas primárias e médias do Brasil, seguindo programa em consonância com o Conselho Nacional de Trânsito. 1967 - O Paraná apresentou o Projeto Prática Educativa nas Escolas para formação de professores. 1970 – São Paulo, em seguindo a experiência do Paraná apresentou também o Projeto Prática Educativa nas Escolas para formação de professores. 1980- Realização de diversos simpósios nacionais de Educação de trânsito promovidos pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Foi fundado em São Paulo o Clube do Bem-Te-Vi, o Projeto Vida e a Cidade Mirim. No Rio de Janeiro houve a produção de material bibliográfico (Caderno Pedagógico) de trânsito para professores e alunos.</p>
<p>Período da Abertura Política (1986 - 2003) 1988/1991 - O Mato Grosso fundou a Sociedade Educativa de Trânsito (SETA), implantou programas complementares como o guarda Mirim (patrulha escolar) e campanhas educativas para a comunidade. 1992 – Com a liberação da censura expandiu-se as várias literaturas nos anos 90. Continuidade do Prêmio Volvo de Segurança; Mato Grosso apresentou o Slogan: trânsito é questão de consciência, e ganhou o primeiro lugar. 1995 – Minas Gerais desenvolveu o programa de Educação de Trânsito para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; O Distrito Federal lançou o projeto de atividades educativas de trânsito para professores da rede oficial e particular de ensino. 1996 – A Associação Brasileira dos Detrans (ABDETRAN) elaborou o programa Nacional de Educação de Trânsito e apresentou no XXXIV encontro Nacional de Integração dos DETRANS. 1997 – O Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.503/1997 instituindo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Maceió implantou o programa Nacional de Educação de Trânsito em 22 escolas – municipais, estaduais e particulares. Seguiram os exemplos Natal/RN, Cuiabá e Várzea Grande/MT.</p>

Fonte: Adaptado do livro do professor - Educação de trânsito no Ensino Fundamental - ABDETRAN

Consoante ao quadro n. 01 a evolução histórica da Educação de trânsito no Brasil teve seu marco inicial em períodos distintos que se iniciaram na época do Estado Novo (1937 - 1945), passaram pela Nova República (1946-1963), pelo Regime Militar (1964 – 1985) e abertura Política (1986- 2003) demonstrando que as ações pedagógicas não foram contundentes para o progresso da Educação de trânsito, mas são importantes, tendo em vista o registro de momentos históricos que contribuíram para o surgimento de outros atos no século XXI. Diante das informações exibidas no quadro supracitado, referenciam-se o Código de

Trânsito Brasileiro e o Sistema Nacional de Trânsito que trazem as normativas gerais sobre o objeto de estudo.

1.3 Código Nacional de Trânsito e o Sistema Nacional de Trânsito

A lei nº 9.503/1997 instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e legisla que o trânsito em território nacional, independente de sua natureza, é gerido pelo CTB. Conceitua o trânsito como a utilização das vias por pessoas, veículos, e animais, isolados ou em grupos, transportados ou não, para fins de circulação, parada, estacionada e operação de carga ou descarga, o qual deve acontecer em condições seguras, sendo um direito de todos e obrigação dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito –SNT (BRASIL, 1997).

O Sistema Nacional de Trânsito é constituído por diversos órgãos e entidades das várias esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal, Municípios), cuja finalidade seja o exercício das ações de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades (BRASIL, 1997).

Diante da amplitude imposta pela constituição do SNT e as diversas finalidades, expõe-se os seus objetivos, composição e competências:

Artigo 6º do CTB - objetivos:

- I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;
- II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;
- III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Artigo 7º do CTB - composição:

- I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;
- II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;
- III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios;
V - a Polícia Rodoviária Federal;
VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e
VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Ao compor resumidamente o SNT relacionam-se informações que são pertinentes ao cidadão, cujo capítulo V do CTB, artigo 72 anuncia:

Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

O CTB retrata direcionamentos relevantes e inerentes à educação para o trânsito para serem observados, os quais são expostos consoantes à integridade de vários artigos e parágrafos, dos quais se citam:

Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.

§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.

§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundir-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;

II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de

formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
 III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;

IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito.

Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito.

Parágrafo único. As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Art. 79. Os órgãos e entidades executivos de trânsito poderão firmar convênio com os órgãos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, objetivando o cumprimento das obrigações estabelecidas neste capítulo.

O assunto relacionado no parágrafo anterior reitera a magnitude da responsabilidade de todos os órgãos e entidades citadas como co/responsáveis, bem como a complexidade de se efetivar todas as diretrizes emanadas do CTB em qualquer âmbito, seja, União, Distrito Federal, Estados ou Municípios, uma vez que contempla uma vasta intersetorialidade das distintas pastas de governo como educação, saúde, segurança, orçamento, finanças, planejamento, gestão, comunicação, transparência, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, direitos humanos e outras.

Reitera-se a magnitude dos artigos estudados anteriormente, e, destaca-se, sobremaneira, o artigo nº 76 que contemplam a obrigatoriedade de se ensinar a educação para o trânsito desde a educação infantil até o ensino superior, e, ainda, a responsabilidade dos respectivos órgãos e jurisdições. Além de que, enfatiza a imperiosidade de se adotar em todos os níveis de ensino, um currículo interdisciplinar abordando a temática segurança de trânsito. Dessa forma, faz-se mister abordar sobre a integração do tema trânsito com currículo, transversalidade e interdisciplinaridade, o que será discutido sucintamente, no capítulo II.

1.4 Educação para o Trânsito: autores e obras

Mediante os estudos supramencionados, ressalta-se, que desde o início dos estudos a temática que trata da “educação e trânsito” é abordada como “educação de trânsito”, mas considerando a direção para onde se quer ir e aonde se quer chegar, passa-se a utilizar a expressão “educação para o trânsito” em consenso com alguns estudiosos e conceitos infra apresentados:

O Código de Trânsito Brasileiro define que a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito (BRASIL, 1997).

O livro ABC consta conteúdo didático para o antigo 1º ano. O mesmo foi elaborado por Jose Batista do Nascimento com a finalidade de apresentar aos alunos e mestres conhecimentos fundamentais de trânsito que possam assegurar a utilização da via pública. Nele consta que a educação para o trânsito é uma questão de sobrevivência, e, que existe uma tríade inseparável nesse contexto “a via, o veículo, o homem”. Também apresenta diversas sugestões pedagógicas para pais, professores, estudantes, educadores de trânsito e outras pessoas, além de afirmar que “Educação para o trânsito é uma urgência inarredável, é uma questão de Valorização da vida” (NASCIMENTO, [s.d], p. 8).

Observando as variáveis que envolvem o trânsito, Rodrigues (2002) afirma que, o trânsito vai além do homem, da via e do veículo, não se restringindo aos condutores de veículos, nem tão pouco aos grandes centros urbanos, pois contempla locomoção, comunicação e convívio social. Nesse entendimento, a educação para o trânsito não pode abdicar-se de tratar também sobre o direito de ir e vir, as particularidades do lugar/cidade, e as formas de convivências.

A Cartilha da Vida foi elaborada por Samuel Correia de Aragão, tendo o Slogan “educar para o trânsito é salvar vida”, expõe propostas pedagógicas que vai da pré-escola ao 9º ano. Ele assegura que “Educação para o trânsito é, sobretudo, um preparo preventivo através de ensinamentos de normas que devem ser obedecidas e comportamentos que deve ser postos em prática por todos para a preservação da vida no trânsito” (ARAGÃO, [s.d], p. 18).

Rozestraten (1988, p. 4-49), elaborou o livro que trata da psicologia do trânsito, conceitos e processos básicos. A obra foi direcionada para a Psicologia e diversas áreas, e, para todos que se preocupam com os problemas do trânsito, mas, especialmente, com a “educação para o trânsito”. Nele constam diversas informações das quais se citam:

O trânsito é um conjunto de deslocamentos de pessoas e veículos nas vias públicas, dentro de um sistema convencional de normas, que tem por fim assegurar a integridade de seus participantes. O sistema contempla vários subsistemas, dos quais os principais são: o homem, a via e o veículo. Onde, o homem é o mais complexo e tem a capacidade de desorganizar o sistema como um todo. O trânsito seguro pressupõe: engenharia, educação e policiamento. A Psicopedagogia engloba a educação e os processos psicológicos relacionados com essa educação. Dentro disso tudo está o valor da vida, que está em jogo nas condições atuais do trânsito. O respeito à vida é uma condição necessária para compreender a utilidade das normas de

trânsito e respeitá-las. O ideal educativo merece uma reflexão: que tipo de homem/mulher gostaríamos que fosse nosso/as filho/a, também em relação a seus comportamentos no trânsito? A psicologia escolar pode usar a sua influência para orientar a criança no sentido de um comportamento adequado no trânsito. A colaboração do professorado, em qualquer tentativa de educar as crianças e os adolescentes para o trânsito, é essencial. Sabe-se que os professores são convocados para participar de todas as campanhas, todas louváveis. Porém, devemos lembrar que poucas crianças morrem por falta de conhecimento de português, matemática, história, mas, a cada ano, morrem 5.000 crianças por não saberem se comportar no trânsito.

Compactuando com as exposições supracitadas, expõe-se uma experiência que ocorreu no Brasil, no início do século XXI: O Projeto Rumo à Escola. Esse projeto foi originado por um termo de cooperação técnica, firmado entre o Ministério de Justiça – DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura por meio de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).

O Projeto Rumo à Escola foi idealizado e aplicado em 15 (quinze) estados brasileiros – Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Enfatiza-se, especialmente, a realização do Projeto Rumo à Escola, na cidade de João Pessoa, no período de 2000 a 2003, onde foram beneficiadas 17 (dezessete) escolas públicas/privadas, das quais se citam abaixo, no quadro 01:

Quadro 2. Projeto Rumo à Escola – Escolas público-privadas – João Pessoa – 2000 a 2003

ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS PRIVADAS
Centro Profissionalizante Dep. A. Cabral	Escolas Reunidas de João Pessoa Ltda - GEO
Esc. Est. de Ensino Fund. e Médio Papa Paulo VI	Colégio Marista Pio X
Esc. Est. de Ensino Fund. Pedro L. V. Melo	Colégio N. S. de Lourdes
Esc. Est. de Ensino Fund. Profª. O. Olivina	Esc. Cenecista João Regis Amorim - CNEC
Esc. Est. de Ensino Fund. Orlando Gomes	Instituto João XXIII
Centro Edu. Mun. Profº Durmeval T. Mendes	Esc. Edu. Básica e Prof. Fundação Bradesco
Esc. Mun. Augusto dos Anjos	
Esc. Mun. Ensino Fund. Luiz Vaz Camões	
Esc. Mun. Ensino Fund. Duque de Caxias	
Esc. Mun. Min. José Américo de Almeida	
Esc. Mun. Ensino Fund. Fenelon Câmara	

Fonte: Adaptado pela autora – Monografia O papel do/da pedagogo/a em um projeto transdisciplinar de educação para o trânsito: uma experiência vivenciada no projeto rumo à escola – limites e possibilidade – Micherlane de Melo Caldeira Souto – UFPB - 2004.

O DENATRAN e a UNESCO elaboraram esse projeto com o intuito de atender a

legislação, mas acima de tudo por crerem que, só por meio da educação, seja provável modificar a conduta e potencializar o desenvolvimento de valores, posturas e atitudes, e assim, construir um trânsito mais justo e cidadão. Assim, a educação muda às pessoas e estas transformam o mundo, já dizia Paulo Freire.

Os conteúdos aplicados pelo Projeto Rumo à Escola foram norteados por 04 (quatro) blocos e especificados para determinadas séries de ensino, conforme o quadro 02 abaixo:

Quadro 3. Projeto Rumo à Escola – João Pessoa – 2000 a 2003 – Conteúdos/séries

CONTEÚDOS APLICADOS	SÉRIES ESPECIFICADAS
A identidade dos lugares	1ª e 2ª séries
A locomoção no espaço público	3ª e 4ª séries
A comunicação no espaço público	5ª e 6ª séries
O convívio social no trânsito	7ª e 8ª séries

Fonte: Adaptado pela autora – Monografia O papel do/da pedagogo/a em um projeto transdisciplinar de educação para o trânsito: uma experiência vivenciada no projeto rumo à escola – limites e possibilidade – Micherlane de Melo Caldeira Souto – UFPB - 2004.

Observa-se que o Projeto Rumo à Escola revestiu-se de intenções que pactuam com a função maior da educação “tendendo o absoluto desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme preceitua a Constituição Federal do Brasil de 1988 e legislação correlatas. Foi uma iniciativa ímpar, de grande relevância social, que teve a oportunidade de potencializar a consciência social dos cidadãos e abrir os caminhos que levam para a cidadania, porém teve seu rumo ceifado como muitos projetos e programas idealizados para a educação, não fazendo parte, portanto, das políticas públicas educacionais brasileiras. Foi mais uma ideia brilhante que deu frutos e acabou, assim como todo projeto que tem começo, meio e fim?

Souto (2004) afirma que, os conteúdos trabalhados nas disciplinas do ensino fundamental constituíram formas de ser e de conviver que vão instruindo o valor do coletivo, a solidariedade, a amorosidade, a cooperação, o compartilhar, a generosidade, o valor de compartilhar, de se comprometer e dar resultado aos compromissos assumidos.

Nesse mesmo intento, Rodrigues (2004) diz que, a tarefa de dirigir para o bem é um ato de responsabilidade que pressupõe ética, cidadania, gentileza, elegância e respeito.

Semelhantemente, Gonsalves (2010) diz que, a educação para o trânsito está para além de um momento pontual na escola para o desenvolvimento de atividades específicas, e, sim para um caráter processual de constituição humana, e, assim sendo, é revestida de uma estabilidade ao longo da vida, onde todas as pessoas necessitam aprender e reaprender a mover-se no mundo com cuidado, respeito e dignidade, pois a forma como transitamos na

sociedade é um componente forte e apontador do grau de civilidade de um país.

Condescendendo com o exposto, Vasconcelos (1985), retrata uma série de variantes que compõem o trânsito como os conflitos na circulação, o problema de (qualidade de vida, congestionamento, segurança, acessibilidade). Nessa obra, ele diz que um dos maiores problemas da vida na cidade é o trânsito, que para compreendê-lo é preciso discutir os problemas do dia a dia, como os acidentes, os congestionamentos, os manuais de sinalização, analisar como funcionam - como as pessoas participam dele – pedestres, motoristas, passageiros - quais são seus interesses e necessidades. Afirmando ainda que o trânsito é uma verdadeira luta pelo espaço, é uma questão social e política, reflexo da desigualdade na própria sociedade, onde uns “podem” mais que outros.

No mesmo intento, Filha (1977), em sua obra Educação de trânsito na escola, editada pelo Departamento Nacional de Estradas e de Rodagem (DNER), aborda vários tópicos e conceitos inerentes ao tema, como exemplos, o trânsito como problema da comunidade, o trânsito como matéria, a obediência às regras às leis de trânsito, o respeito à vida do próximo e à própria vida, segurança pessoal no dirigir e transitar, regras de ser e ser visto, reconhecimento e respeito ao policial de trânsito, distinção entre trânsito rodoviário e urbano, comportamento de passageiros de veículos particulares e coletivos, o valor do veículo e seu uso correto, os perigos do trânsito, cuidados que devem ter as crianças ao transitar na via pública, reconhecimento dos órgãos controladores do trânsito, responsabilidade e obediência o X do problema, a limitação da velocidade, noções de direção defensiva, dentre outros.

Nesses termos, Frenichs (1997), anuindo aos conteúdos exibidos anteriormente anuncia em sua obra “O céu já tem anjos demais: educação para o trânsito”, adaptada da peça teatral homônima de sua autoria, alude por meio de diálogo com jovens acidentados no trânsito, os vários tipos de acidentes originados a partir das suas posturas no trânsito, as várias causas como, o desrespeito aos pedestres, à infração a velocidade, a sinalização, as leis, os sinais, os sentimentos de frustração, revolta, imaturidade, insegurança, instabilidade, a imprudência, o excesso de confiança, a busca da autoafirmação, as atitudes egoístas, a falta de rigor na aplicação das leis por parte das autoridades, dentre outros. Porém, também expõe lições de vida que são importantes para todos os atores que transitam na via pública, ensinando-os a se comportarem prudentemente no trânsito, respeitando e amando os seus semelhantes, diminuindo a violência e salvar vidas, e, por conseguinte demonstrando como serem divulgadores de uma conduta segura no trânsito.

Sendo assim, observando-se a legislação e a fala dos estudiosos sobre a temática “trânsito”, entende-se que existe uma grande complexidade circundando-a, existindo uma

necessidade imperiosa de abordar o conteúdo revelado e explicitando algumas variáveis que não são expostas explicitamente, mas que estão presentes permanentemente na sua rotina, motivo pelo qual se pretende demonstrar a inter-relação que existe entre/com o tema em discussão, como currículo, interdisciplinaridade, transversalidade, ética, cidadania, direitos humanos, por exemplos. O que será desvendado a seguir.

CAPÍTULO II - CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Neste capítulo serão abordados temas como currículo, interdisciplinaridade, transversalidade, de acordo com apontamentos citados nos PCN, DCN, PNE, BNCC, LDB e alguns estudiosos, a fim de correlaciona-los com a temática educação para o trânsito e a cidadania.

2.1 Considerações sobre Currículo

Observa-se, pois, que a construção do Currículo se dá das mais variadas correntes ideológicas que contempla as mais variadas intenções, fins e interesses distintos constituídos historicamente e socialmente para atender as necessidades sociais e econômicas da sociedade. Nesse seguimento, expõem-se entendimentos sobre currículo tomando como base as falas de alguns autores como, Silva (1996), Moreira e Candau (2007), Arroyo (2006), Piletti (2004), Vasconcelos (1985), Filha (1977), bem como por parte dos PCN, LDB, DCN, PNE, BNCC.

Analisa-se, quando, que o currículo é um elemento que é constituído de atributos direcionados a atender as necessidades educacionais, nas mais variadas nuances: social, civil, política, econômica, institucional, ambiental e que está intimamente ligado à cultura, ao homem, e aos vários campos do saber, o qual tem a prerrogativa de integrar variantes como conhecimento, reprodução, autoridade, discurso, regulação, sistemas de ideias e poder. Conforme preceitua Silva (1996), quando afirma que poder e identidades sociais estão mutuamente implicados e corporifica as relações sociais.

Nesse ambiente, contemplam-se algumas investigações citadas na obra *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*, editada pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica e do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que editou estudo estruturando o currículo em cinco eixos, dos quais se citam Moreira e Candau (2007, p. 2), a fim de situar o formato do currículo:

- a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Nesse pensamento, Arroyo (2006 *apud* MOREIRA; CANDAU, 2007), concordam

com a crença de que os conhecimentos que se constroem e que circulam nos diferentes espaços sociais constituem direito de todos.

Já Piletti (2004), em sua obra *Didática Geral* aborda que o currículo tem vários significados, desde o momento inicial da sua confecção considerando questões como continuidade, tempo, local, sequencia, objetivos, intenções, e para tanto cita que ele é tudo que está relacionado à educação sofre alterações de situações diversas como a Revolução Industrial, as descobertas científicas, a explosão demográfica, os meios de comunicação de massa e outros.

Dito isso, o mesmo afirma que até então, o currículo poderia ser visto com uma relação de matérias ou disciplinas, com o esboço de saberes organizados em uma sequência lógica, mas não mais, diante das necessidades surgidas com a evolução dos tempos. Nesse caso, hoje, o currículo representa tudo que acontece na vida de uma criança, na vida de seus pais e professores, tudo que cerca o aluno, experiências vividas em todas as horas, constituindo-se matéria para o seu arcabouço.

Nesse contexto, há de se considerar os vários conceitos de currículos, desde o sentido mais simples ao mais complexo, pois envolve a vida e a todo programa da escola, incluindo as atividades extraclasses. Deve-se, pois, entender as consequências do novo conceito de currículo observando-se as várias dimensões: Filosófica – tipo de educação apropriada a uma cultura; Sócio-antropológica – transformações sociais que se processam; Psicológica – desenvolvimento psicológico do aluno. Ademais, o planejamento do currículo deve ser elaborado por todas que fazem parte dos vários seguimentos da escola, direta e indiretamente, pois, todos estão ligados à dinâmica do processo educativo (PILETTI, 2004).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em consonância com a LDB e a CF/1988 expuseram na década de 1990 critérios, formas, ideias, que buscaram atender as necessidades de ensino nas suas respectivas etapas, observando as áreas de conhecimento, as suas particularidades, bem como aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, ambientais, no contexto amplo e local, no sentido de atingir o bem comum, a melhoria continua da qualidade da educação.

Nesse argumento, o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ nº 7/2010, publicado em 9/7/2010, no Diário Oficial da União, apresentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, as quais estabelecem elementos norteadores comuns para as etapas, modalidades e níveis de ensino inerentes à educação básica, sejam nos sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2010).

Assim, as DCN têm como foco a atualização das políticas públicas nacionais

educacionais que consolidam o direito social inerente a qualquer pessoa, independe de qualquer situação à constituição humana e cidadã e à formação profissional, na existência e coexistência em ambiente educativo, cujos objetivos são:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2010).

Na atualidade, as DCN admitem que na organização e gestão de currículo, existem as abordagens disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, as quais demandam a atenção criteriosa da instituição escolar, uma vez que revelam a visão de mundo que orienta as práticas pedagógicas dos educadores e organizam o trabalho do estudante. Transcorrem todos os aspectos da organização escolar, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativo-acadêmica, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da instituição, ou seja, todo o conjunto das atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes espaços.

Integrando valores passados e presentes, seguindo as indicações emanadas das DCN, em 2014, foi proclamada a Lei nº 13.005/2014 que aprovou para os próximos dez anos, o Plano Nacional de Educação (PNE), que itera a necessidade de constituir e inserir, juntamente com as várias esferas que formam o pacto interfederativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), critérios pedagógicos para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, abalizando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes de cada ano do Ensino Fundamental e Médio, sendo respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse limiar, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi formulada considerando as legislações em vigor (CF, LDB, DCN, PNE), as competências gerais, embasamentos legais, os fundamentos pedagógicos, o pacto interfederativo para a sua implementação, a fim de subsidiar as a prática das aprendizagens essenciais das várias etapas e modalidades da educação básica no que concerne assegurar o direito a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos, os campos de experiências, os objetivos a serem alcançados, as peculiaridades individuais e coletivas, os momentos de transições que antecedem a mudança de etapas e

modalidades, bem como as respectivas competências comuns e específicas, componentes curriculares, objetos de conhecimento e habilidades das várias áreas: linguagens, arte, educação física, língua inglesa, matemática, ciências da natureza, ciências humanas, ensino religioso).

Nesse seguimento, a BNCC aponta para a confecção de um currículo capaz de contemplar a realidade local de forma a atender as necessidades específicas e inerentes à comunidade onde a escola está inserida. Para tanto, faz necessário observar as dez competências gerais que a embasam, sempre valorizando os diversos conhecimentos construídos no decorrer do tempo e do espaço, usar as diferentes linguagens, valorizar e respeitar a diversidade cultural, artística, tecnológica, social, digital, buscar a criticidade, a empatia, o diálogo, a cooperação, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, e outras.

Esses artefatos jurídicos estão compatíveis com a LDB atualizada, recentemente, quando dizem que os currículos da educação básica (educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio) necessitam ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, decretada pelas particularidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2017).

Considerando todo o exposto, enfatiza-se que diante de tantas variáveis a serem consideradas na confecção do currículo há de se encarar as várias nomenclaturas dadas a esse arcabouço didático pedagógico de fundamental importância para a educação, o qual pode ser denominado de formal, informal, tradicional, oficial, real, oculto, fechado, aberto, pode ser grade curricular, matriz curricular, e quaisquer que sejam as afirmações pauta-se na visão de currículo como um esboço prático/metodológico que busca responder as perguntas – o que, porque, onde, quando, como, quem aplicará os conteúdos voltados para a formação do indivíduo. Dessa forma, o currículo deve acerrar os temas que devem ser estudados por níveis e modalidades de ensino, de forma global, generalista, específica, e, particular, dentre outros.

Nessa conjuntura, admite-se a transversalidade uma vez que a mesma diz respeito à possibilidade de integração de vários conhecimentos adquiridos em situações distintas, os quais podem ser aliados e articulados com determinado tema, visando entender, compreender, perceber e dar significados em vários aspectos, propiciando a relação entre os Temas Transversais e as diversas áreas (BRASIL, 1997).

2.2 Currículo Transversal e Interdisciplinar

Nesse mesmo raciocínio, as DCN entendem que a transversalidade é uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em temas, eixos temáticos que são integrados às disciplinas, as áreas de ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, ou seja, a transversalidade pode estabelecer na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 2013).

Moraes (2007) entende que, a transversalidade é um recurso pedagógico destinado a ajudar o/a aluno/a adquirir uma perspectiva mais compreensiva e crítica da realidade social, assim como sua inserção e participação nessa realidade.

Considerando o contexto, há de se referenciar a indispensabilidade de unir à transversalidade a interdisciplinaridade, pois se cogita a possibilidade de ambas se completarem mutuamente, não existindo, pois, uma sem a outra.

Ademais, a transversalidade diverge da interdisciplinaridade e completam-se. Ambas renunciam a percepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento (BRASIL, 2013).

Para as DCN a interdisciplinaridade implica a mudança de técnicas de uma disciplina para outra, ultrapassando-as, porém a sua intenção inscreve-se no estudo disciplinar, pois, pelo enfoque interdisciplinar sobrevém a transversalidade do conhecimento característico de distintas disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos (BRASIL, 2013)

Desse modo, o MEC dispôs nos PCN – Ensino Médio que o conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento sustenta uma conversação constante com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de ratificação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não abalizados, e que não deve conceber apenas uma mera aproximação de disciplinas, mas impedir a dilapidação delas em generalidades (BRASIL, 2000).

Segundo Fortes (2012, p. 03), para “se entender o termo interdisciplinaridade, deve-se partir da noção de disciplina”, que concebe um modo de organizar, de delimitar, representando um conjugado de táticas organizacionais, uma eleição de conhecimentos que são coordenados para oferecer ao aluno, com o auxílio de um conjunto de métodos didáticos

para seu ensino e de ponderação da aprendizagem.

De acordo com Japiassu (1976 *apud* FORTES, 2012, p. 07) “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Já para Fazenda (1992, p. 128)

O valor e a aplicabilidade da interdisciplinaridade, portanto, podem-se verificar tanto na formação geral, profissional, de pesquisadores, como meio de superar a dicotomia ensino-pesquisa e como forma de permitir uma educação permanente.

Mormente, a interdisciplinaridade é vista de várias formas e aspectos quanto ao seu conceito, a sua importância, a sua aplicação e integração com conhecimentos heterogêneos. Masetto (2011, p. 602-603) aponta situações ligadas à sua representatividade:

Que o tipo de conhecimento hoje exigido e esperado é aquele que ultrapassa os limites de uma só área abre-se para outras ciências e formas de conhecimento, procura integração, diálogo, complementação para melhor compreender o que está acontecendo no mundo e com a humanidade e seus fenômenos de múltipla causalidade; permite esperar a produção de um conhecimento científico novo a partir de duas ou mais diferentes áreas de conhecimento que se integram para tal, pois a partir desse momento os olhares paralelos se integram, permitindo que um novo conhecimento se produza; um conhecimento que não se encontrava nem em uma, nem em outras disciplinas isoladamente, mas que surge pelo embate e integração de aspectos de ciências diversas; trata-se de um conhecimento que só existe porque as duas ou mais áreas se encontraram e enquanto se encontraram. Não existia previamente em qualquer das áreas. Começou a existir após esta integração.

Independente de qualquer postulado a interdisciplinaridade tem atributos que podem contribuir significativamente no processo de ensino e aprendizagem das mais variadas formas, conforme o artigo “A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem”, Segundo Thiesen (2008, p. 11-12):

A interdisciplinaridade é um movimento importante de articulação entre o ensinar e o aprender. Compreendida como formulação teórica e assumida enquanto atitude tem a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdo, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem.

Nessa união de conceitos de interdisciplinaridade e transversalidade, que vêm revolucionando o currículo da escola fundamental, derivam da evolução do conhecimento na

civilização ocidental e têm por finalidade transformar a visão tradicional de currículo, que se distingue pela fragmentação, linearidade, alienação e estímulo ao individualismo no trabalho escolar. A ideia por trás da interdisciplinaridade e transversalidade é estabelecer um currículo onde possamos, junto com o aprendizado científico, favorecer o imprevisto, o inventivo, e o aprimoramento de atitudes e valores que extrapolem barreiras de raça, classe, religião, sexo ou política ²(MORAES, 2007).

Diante do exposto, nesse caso, o tema trânsito pode ser integrado às várias áreas do saber de forma transversal, disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar em consonância com os PCN, DCN e BNCC.

2.3 Correlacionando Currículo e Educação para o Trânsito

Nesse caminhar, esclarece-se a origem da temática trânsito ter sido nomeada no contexto dos PCN tem de haver com os temas transversais considerando as várias questões sociais nos seus múltiplos aspectos e distintas dimensões, os quais foram selecionados por diferentes critérios, a saber: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Igualmente, os temas escolhidos, na sua totalidade, devem permitir uma visão vasta e sólida da realidade brasileira e sua inclusão no mundo, além de aumentar o trabalho educativo que permita a participação social dos alunos (BRASIL, 1997).

Freire (2011) compreende que, a partir dos PCN, o trânsito não é uma questão de abrangência nacional, estando vinculada somente aos grandes centros urbanos, entretanto, lembra que as cidades possuem distintas urbanizações, como também diversos graus de importância nos setores industrial, comercial, bancário, cultural, que formam um sistema integrado que se denomina rede urbana, que cresce aceleradamente por conta dos altos índices de êxodo rural e migração urbana, e conduzindo a um célere processo de transformação do espaço urbano.

Diante do conteúdo já exposto, reafirma-se que consoante os PCN o trânsito não está indicado explicitamente como transversal nem tão pouco de abrangência nacional, o que de certa forma não o coloca em evidência, porém abriu caminho para as futuras citações. Não obstante, as DCN e a BNCC referenciam essa temática em vários momentos, a saber:

- Nas DCN - na parte introdutória quando diz que existem leis que não alteram a

² Estudo realizado durante a vigência de bolsa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) financiada pelo CNPq e FUNCAP (2004-2007).

LDB, mas agregam complementações, p. 14; na seção de formação básica comum e parte diversificada, afirma que sejam incluídos leis/conteúdos não disciplinares, p. 35, 70; na seção base nacional comum e a parte diversificada: complementaridade (educação infantil e ensino fundamental), p. 117,136; na seção os sujeitos/estudantes do Ensino Médio - As juventudes, p. 189; no Título II – Organização curricular e formas de oferta - Capítulo I – Organização curricular, p. 199; na educação do campo – transporte escolar, p. 293/295; na seção funcionamento da educação quilombola – transporte escolar, p. 459/489; seção educação ambiental, p. 551.

- Nas BNCC - os sistemas e rede de ensino são induzidos a incorporar em seus currículos e as propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala, local, regional e global, referencialmente de forma transversal e integradora, como a educação para o trânsito, p. 19; no campo de atuação da vida pública ganham destaque os gêneros legais e normativos – abrindo-se espaço para aqueles que regulam a convivência em sociedade, como o Código Nacional de Trânsito, p. 135; na disciplina da língua portuguesa/matemática – em habilidades - 6º ao 9º ano – discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos ao Código de Trânsito Brasileiro, p. 147,165, 295,303.

Assim sendo, o tema trânsito é inserido no currículo de forma transversal e interdisciplinar, pois abrange desde a identificação das placas de sinalização, perpassa por espaços públicos e privados, zonas urbana e rural, envolvem todos os tipos de bens, pessoas, comportamentos, crimes, acidentes, mortes, leis, direitos, deveres, disciplinas diversas, e outros. Assim, carecendo de conscientização e discernimento em vários ambientes, e, abre espaço para a sua introdução nos currículos da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, nas múltiplas disciplinas, nos múltiplos temas e nas várias modalidades de educação existentes.

Vasconcelos (1985) afirma que, o trânsito não é apenas um problema técnico, físico, porém especialmente uma questão social e política, que está ligada as características da nossa sociedade capitalista. Para entendê-lo é preciso discutir os problemas do dia a dia (conflitos na circulação, qualidade de vida, congestionamento, segurança, acessibilidade), analisar como ele se forma, como as pessoas participam dele, os interesses e necessidades reais, o que está explícito e implícito, principalmente, em busca de uma “sociologia de trânsito”.

Para Filha (1977), os problemas que envolvem o trânsito são de enorme complexidade, considerando que, abarcam situações de ordem técnica, prática, funcional, ambiental, afetiva, emocional, psicológica, etc. Diz ainda que as causas dos problemas do

trânsito são diversas e que a solução está para três bases: engenharia de trânsito, legislação e vigilância policial, educação de trânsito.

Nesse caminhar, há de se refletir sobre a sua inclusão direta, continua e sistemática nos documentos norteadores da educação escolar como o currículo, o qual carrega em uma grande gama de informações, de conteúdos críticos, não críticos, tradicionais, inovadores, aprendizagens, metodologias, e, devendo considerar o contexto e a realidade da qual o aluno está inserido e a prática da instituição de ensino.

Nesse sentido, os artefatos norteadores para a confecção de currículos na educação básica, compreenderam que o mesmo deve compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, procurando um tratamento didático que aprecie sua complexidade e sua dinâmica, abonando-lhes a mesma circunscrição das áreas convencionais. Pois, assim sendo, o currículo auferi em flexibilidade e abertura, uma vez que os conteúdos podem ser privilegiados e contextualizados em concordância com as distintas realidades locais e regionais (BRASIL, 1997, 2013, 2017).

Nesse contexto, amplo e complexo, relaciona-se também, a temática educação para o trânsito com a Declaração Universal de Direitos Humanos, a qual predispõe que a educação necessita inclinar-se à plena expansão da personalidade humana e ao fortalecimento dos direitos do ser humano e das liberdades fundamentais favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz³.

Combinando com CTB e a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)⁴ também referência a questão ora em estudo, quando faz a citação do objetivo estratégico nº IV – Fortalecimento dos instrumentos de prevenção à violência, quando anuncia a ação programática sob a responsabilidade do Ministério de Justiça “elaborar diretrizes para atuação conjunta entre os órgãos de trânsito e os de segurança pública para reduzir a violência no trânsito”.

Sabe-se que, os direitos humanos são os atributos que garantem a dignidade da pessoa humana, estão relacionados aos direitos fundamentais, básicos, individuais, sociais, políticos, jurídicos, e pautados nos princípios que alicerçam à liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a segurança, o direito de ir e vir, dentre outros. E, quando se fala sobre direitos humanos,

³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948 e Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁴ O Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.

atenta-se para o fato de que a ética e a cidadania caminham juntas. Além do mais, fazem parte das competências gerais da BNCC (ONUBR, 2018).

Nesse entendimento, une-se a educação para o trânsito aos direitos humanos, tendo em vista que este perpassa por todos os momentos da vida do ser humano, no momento de reivindicar os seus direitos e cumprir com as suas obrigações, ou seja, no momento do pleno exercício da sua cidadania, sem abrir mão da ética que está interligada às regras de boa conduta.

Nesse caso, há de se valorizar a união desses valores, pois o espaço com que transitam as pessoas carecem de respeito às leis, aos costumes, a vida, as pessoas, as diferenças, ao meio ambiente, ao patrimônio público e privado, por conseguinte, conviver em um espaço crítico reflexivo, proporcionar a todos o bem estar comum no trânsito é possível, desde que todos possam dispensar a todos sem distinção uma postura de conscientização constante no que concerne a responsabilidade, a cooperação, a justiça social, a solidariedade, a tolerância e o respeito para com o veículo, as vias, e, principalmente ao homem, o qual é o grande responsável por tudo que ocorre por onde transita.

Nesse diapasão, entende-se, compreende-se e concorda-se com os autores já citados anteriormente que a educação para o trânsito é vista como algo relacionado ao tráfego, ao veículo e a via, deixando para segunda instância o ser mais importante que faz com funcione todo o organismo relacionado a ele, “o ser humano”, dotado de inteligência, razão, capacidade de comunicar/expressar/organizar. Que, por conseguinte, é o único responsável pelas ações e reações ocorridas no meio por onde trafega.

Dessa forma, existem diversos pressupostos que indicam que o currículo pode e deve contemplar a questão educação para o trânsito e ser correlacionado aos direitos humanos, que, por consecutivo, está intrinsecamente ligado à cidadania e a ética, motivo pelo qual, deve ser aberto, inovador, dialógico, crítico e reflexivo, conforme visto neste, e no primeiro capítulo.

E qual a relação do currículo com a educação para o trânsito? O currículo e a educação para o trânsito podem ter uma relação inovadora que contemple o esboço dos conteúdos, das atividades, das competências, das habilidades, das experiências, das metodologias consideradas essenciais e pertinentes a cada etapa/modalidade de ensino, em consonância com as legislações educacionais e correlatas, deixando de ser caracterizado como um arcabouço tradicional, considerando que contemplará as diferenças e necessidades reais de cada localidade, de forma transversal e interdisciplinar, enquanto conteúdo relevante e urgente para a sociedade, e, também atendendo os componentes jurídicos educacionais em prol da formação integral do ser humano.

Encerra-se, este capítulo dizendo que quaisquer que sejam os dizeres legais e os entendimentos de diversos pensadores sobre a educação, tende-se para o fato de que a educação deve formar o indivíduo para o saber ler, entender e contextualizar-se diante das várias linguagens existentes no mundo, sendo capaz de criticar, dialogar, intervir, re/construir e transformar o meio em que vive, e, que não se encerram por aqui, os estudos pertinentes à educação para o trânsito.

CAPÍTULO III – ANÁLISES E RESULTADOS

Este trabalho de conclusão de curso foi idealizado e realizado por meio de uma pesquisa monográfica que intencionou discutir sobre a educação em/para o trânsito, a fim de compreender a realidade que a cerca, tendo como foco pesquisar sobre os seus conceitos, atributos, legislação, diretrizes pedagógicas, e ainda, sobre as possibilidades de integração entre a temática e a educação básica.

Sendo assim, o interesse recaiu sobre a educação em/para o trânsito no campo escolar público e/ou privado, destacando a educação básica, especialmente buscando identificar exemplos de práticas administrativo-pedagógicas oriundas dos órgãos citados no dispositivo legal que emana do Código de Trânsito Brasileiro – capítulo VI – Da educação para o trânsito.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral: Investigar e discutir sobre o tema Educação em/para o Trânsito, considerando as abordagens didático-pedagógicas, disponibilizadas nos espaços público-privados, as quais são decorridas de artefatos legais originados a partir do Código de Trânsito Brasileiro. Os objetivos específicos foram três e tiveram como base: 1) Fazer levantamento bibliográfico sobre a temática Educação para o Trânsito contida na legislação supracitada; 2) Pesquisar sobre atividades/ações/diretrizes relacionadas à Educação para o Trânsito que possam ser aplicadas no contexto escolar; e, 3) Apontar perspectivas de integração entre a temática Educação para o Trânsito e as várias disciplinas da educação básica. Destarte, informa-se que os objetivos foram atingidos satisfatoriamente, conforme exposição a partir do parágrafo nove.

Considerando Gil (2008), optou-se por uma pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa, uma vez que o objeto de estudo exigiu a utilização de métodos e técnicas que abordassem análise de temas objetivos e subjetivos. Ademais, sendo a pesquisa bibliográfica e documental, houve a observação e análise de legislação peculiar ao tema, como apontamentos oficiais, normas, regimentos, resoluções, atas, relatórios gerenciais, artigos, gráficos, tabelas, indicadores numéricos e outros.

Nesse sentido, a coleta de dados foi realizada especialmente pela *Internet*, junto aos diversos sítios eletrônicos como do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB), Secretaria Municipal da Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC), os quais comportaram

informações que subsidiaram a compreensão do problema e a cobertura geral sobre o assunto.

Os instrumentos e técnicas de pesquisa que constituíram a base para a realização da pesquisa em tela foram pautados em informações obtidas a partir dos dados bibliográficos/documentais oriundos de múltiplos sítios eletrônicos supracitados, uma vez que a *Internet* representa o maior repositório do mundo de informações (MACHADO, 2004).

A análise de coleta de dados foi concretizada de acordo com as informações citadas nos tópicos anteriores, por meio de demonstrativos de gráficos, tabelas, figuras, os quais sofreram a análise ou explicação dos temas em questão com o auxílio de interpretação, elucidação, particularização, descrição, conclusão, tabulação dos dados coletados e emissão de relatório, considerando a estatística descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O referencial teórico será dividido em dois capítulos principais: o primeiro capítulo tratará da legislação sobre a Educação Básica, Educação de Trânsito no Brasil, o Código Nacional de Trânsito, o Sistema Nacional de Trânsito; o segundo capítulo abordará sobre Currículo, Interdisciplinaridade e Transversalidade. Será ainda dedicado um capítulo específico para a Análise, interpretação e discussão dos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

Destarte, informa-se que todos os objetivos foram alcançados por meio de investigação bibliográfica/documental, sendo que o objetivo geral: Investigar e discutir sobre o tema Educação em/para o Trânsito, considerando as abordagens didático-pedagógicas, disponibilizadas nos espaços público-privados, as quais são decorridas de artefatos legais originados a partir do Código de Trânsito Brasileiro e o objetivo específico nº 1 - Fazer levantamento bibliográfico sobre a temática Educação para o Trânsito contida na legislação supracitada estão exibidos no aporte teórico (capítulos I e II) e os objetivos específicos n.º 2- Pesquisar sobre atividades/ações/diretrizes relacionadas à Educação para o Trânsito que possam ser aplicadas no contexto escolar; e, n.º 3 - Apontar perspectivas de integração entre a temática Educação para o Trânsito e as várias disciplinas da educação básica fazem parte deste capítulo III. Ressalta-se que as informações achadas foram colhidas por intermédio da *Internet*, na sua maioria.

Nesse argumento, apontam-se os achados relacionados ao objetivo específico nº 2- Pesquisar sobre atividades/ações/diretrizes relacionadas à Educação para o Trânsito que possam ser aplicadas no contexto escolar. Para tanto, expõem-se dados pertinentes ao objetivo supracitado em consonância com o DENATRAN, que editou em 2014 as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito (pré-escola e ensino fundamental).

Nesse intento, o DENATRAN elaborou as Diretrizes Nacionais da Educação para o

Trânsito na pré-escola e no ensino fundamental⁵,

a fim de atender ao disposto no CTB, bem como apresentar orientações didáticas pedagógicas capazes de nortear a prática pedagógica voltada para o tema trânsito, acreditando que por meio da educação será possível diminuir o índice de mortos e feridos em acidentes de trânsito, e, por subsecutivo, construir uma cultura de paz no espaço público, com valores ligados à ética e à cidadania (BRASIL, 2014, p. 1).

As Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito (DNET) que são direcionadas para a pré-escola estão embasadas em vários princípios e procedimentos, dos quais se citam:

- I – nas bases legais que orientam: a) os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira; b) o Sistema Nacional de Trânsito;
- II – numa dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;
- III – nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- IV – numa abordagem que priorize a educação para a paz, a partir de exemplos positivos, capazes de desenvolver esquemas de interação com os outros e com o meio, oferecendo condições para que as crianças aprendam a ser, a estar e a conviver no trânsito;
- V – em aprendizagens que favoreçam a aquisição de atitudes seguras no trânsito e reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- VI – no reconhecimento das crianças como cidadãos cujos direitos devem ser preservados e legitimados (BRASIL, 2014, p. 2).

As DNET ao proporcionarem a proposta pedagógica de trabalhar a educação para o trânsito na pré-escola apresentaram os seguintes objetivos:

- I – considerar as capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança, garantindo um ambiente saudável e prazeroso à prática de experiências educativas relacionadas ao trânsito;
- II – favorecer o desenvolvimento de posturas e atitudes que visem à segurança individual e coletiva para a construção de um espaço público democrático e equitativo;
- III – respeitar as diversidades culturais, os diferentes espaços geográficos e as relações interpessoais que neles ocorrem;
- IV – superar a concepção reducionista de que educação para o trânsito é apenas a preparação do futuro condutor;
- V – criar condições que favoreçam a observação e a exploração do ambiente, a fim de que as crianças percebam-se como agentes transformadores e valorizem atitudes que contribuam para sua preservação;
- VI – utilizar diferentes linguagens (artística, corporal, oral e escrita) e brincadeiras para desenvolver atividades relacionadas ao trânsito;
- VII – proporcionar situações, de forma integrada, que contribuam para o

⁵ Extrato da Portaria 147/2009 Anexo II. **Por Vias Seguras.**

desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros e de respeito e segurança no espaço público;

VIII – envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito Desenvolvidas (BRASIL, 2014, p. 2/3).

Considerando os princípios, os procedimentos e os objetivos das DNET expõem-se sugestões de atividades que abordam conteúdos inerentes à educação para o trânsito e outros contextos a serem aplicados na pré-escola, as quais serão distribuídas em três partes – âmbito de formação pessoal e social; âmbito de conhecimento de mundo; e, conteúdos relacionados ao trânsito.

A primeira parte refere-se ao âmbito de formação pessoal e social que tem como foco o desenvolvimento da identidade e a autonomia das crianças que frequentam a pré-escola. Assim, é possível abordar conteúdos como o nome, à imagem, à independência e autonomia, o respeito à diversidade, à identidade de gênero, à interação, os jogos e brincadeiras e os cuidados pessoais. Então, no quadro abaixo se apresentam os seguintes exemplos relacionados à brincadeira e ao trânsito:

Quadro 4. Identidade e autonomia - Sugestões de atividades com uso de teatro de fantoche

TEATRO DE FANTOCHE	BRINCADEIRA	O QUE SE ESPERA
Representantes de pai, mãe, irmãos, avô, avó, e cenário urbano (casa, escola, cinema).	Jogo simbólico: A mãe leva o filho à escola; o pai e a mãe vão cinema, levam os filhos para passear.	As crianças ao assumirem os respectivos papéis se aproximam da realidade e dão novos significados a estes. A professora identifica a postura da família perante o trânsito. Abrir espaço para dialogar.

Fonte: Adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 4/5.

Quadro 5. Identidade e autonomia - Sugestões de atividades com uso de brinquedos

BRINQUEDOS	BRINCADEIRA	O QUE SE ESPERA
Miniaturas de carrinhos, motos, caminhões, bicicletas, bonecos/as, posto gasolina, casinhas, animais.	Jogo simbólico: Deixar as crianças brincarem a vontade; depois propor ações que exijam o cumprimento de normas como a ultrapassagem, estacionar, travessia de pedestre.	As crianças ao assumirem os respectivos papéis se aproximam da realidade e dão novos significados a estes. A professora identifica ações realizadas no dia a dia da criança diante do trânsito. Abrir espaço para dialogar.

Fonte: Adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 4/5.

Quadro 6. Cuidados pessoais e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula

Local: Escola/sala de aula
Descrição da atividade: Informar as crianças sobre cuidados voltados para a higiene pessoal. Orientar que elas devem lavar as mãos antes de comer, como dar descarga no banheiro, como se limpar corretamente, como descartar o papel higiênico, como alcançar materiais com segurança. Passear pela escola com as crianças e pedir que elas observem a limpeza dos banheiros, do pátio, do refeitório/cantina, o local do lixo (explicar que o lugar de lixo é no lixo, pois eles causam problemas ao trânsito, pois entopem os bueiros). Observar escadas perigosas, corredor muito estreito, piso escorregadio, etc.
O que se espera: Que as crianças observem, façam perguntas, tenham contato com os conceitos ligados ao trânsito.

Fonte: adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 5/6/7

Quadro 7. Cuidados pessoais e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula

Local: Escola/sala de aula
Descrição da atividade: Informar as crianças sobre os cuidados necessários para ir e vir a escola, por exemplos: observar se acomodar no veículo escolar, o uso do cinto de segurança, cadeirinha para crianças até 4 anos, assento de elevação para crianças de 4 a 7 anos. Para os pedestres ter cuidado no trajeto feito a pé, andar com adultos segurando sua mão, andar longe do meio fio, atravessar a faixa quando houver ou em linha reta até a outra calçada, olhar sempre para os lados.
O que se espera: Que as crianças observem, façam perguntas, troquem experiências, mostrem exemplos, criem regras de locomoção, elaborem cartazes, e, tenham contato com os conceitos ligados a sua segurança e ao trânsito.

Fonte: Adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 5/6/7

A segunda parte alude-se ao âmbito de conhecimento de mundo cujos objetivos estão pautados à construção de distintas linguagens e às relações estabelecidas com os objetos de conhecimento, sendo possível que a criança interaja com o meio por onde circula, incluindo o trânsito.

Quadro 8. Movimento e trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula

Local: Escola/sala de aula
<p>Descrição de atividades:</p> <p>1 - Ofertar imagens, vídeos, brincadeiras e outros recursos pedagógicos interativos para as crianças.</p> <p>2 - Orientar que as crianças recortem figuras de meios de locomoção (automóvel, caminhão, motocicleta, bicicleta, navios, barcos, aviões) e realizem a colagem. Orientar que as crianças desenhem figuras relacionadas ao trânsito, pintem e coleem em seus cadernos. Sempre dialogando uns com os outros.</p> <p>3 - Outra atividade interessante é construir uma pequena cidade no pátio da escola e solicitar que as crianças transitem por ela, observando a faixa de segurança, o semáforo, orientando e indagando sempre as normas de segurança no trânsito. Pode pedir que as crianças desenhem imagem do que mais chamou a sua atenção no trânsito.</p> <p>4 - Em outra atividade é possível pedir que as crianças formem um trem e realizem um pequeno percurso. Nesse momento pode-se conversar sobre os vários meios de transportes e suas diferenças, realizar contação de história sobre as ferrovias/rodovias, etc.</p> <p>5 - Brincar, cantar e dançar usando cantigas de ninar, parlendas, rondas, trava-língua, adivinhas, contos, romances, filmes, jogos sonoros relacionados ao trânsito. Exemplos: se esta rua, bom</p>

barqueiro, trem de ferro, boi barroso, peguei um ita no norte. Sempre tirando dúvidas e incentivando a troca de experiências.

6 - Oferecer aula de campo – visitar museus, assistir filmes, ir ao teatro, e diversificar a visão/produção artística, observar as diferentes paisagens/sons/lugares/modos de vida/pontos de referências, deslocamento de espaço, ordem crescente e decrescente, etc..

O que se espera: As crianças ao realizarem essas atividades estarão desenvolvendo a sua capacidade motora, os sentidos, a questão espacial, de localização e orientação, atitudes seguras, contato com a arte/matемática/natureza/sociedade/linguagens/trânsito, e, também obtendo informações de inserção na sociedade. A professora identifica as dúvidas, dificuldades, e, auxilia a criança no seu desenvolvimento pessoal, além de contribuir para o conhecimento sobre o trânsito. Sempre abrir espaço para dialogar.

Fonte: Adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 7/8/9

A terceira parte reporta-se aos conteúdos relacionados ao trânsito, os quais devem abranger conceitos, princípios, procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagens, pois tratam de um conhecimento muito específico. Portanto, as atividades devem ser tratadas de forma intencional e integrada aos demais conteúdos constantes na proposta pedagógica de cada unidade de ensino.

Quadro 9. Conteúdos relacionados ao trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula

Local: Escola/sala de aula
Assunto: Procedimentos básicos de prevenção de acidentes de trânsito e autocuidado
<p>Sugestões:</p> <p>1 - Como atravessar uma rua e andar em calçadas: atentar para a sinalização (cores do semáforo, faixas de travessia), pedir sempre a companhia de um adulto (o adulto deve segurar a criança pelo pulso), não andar nas beiradas da calçada, usar roupas claras e colar na mochila adesivo com material reflexivo para melhor ser visto.</p> <p>2 - Como ser transportado no interior dos diversos tipos de veículos (a importância do cinto de segurança e dos equipamentos de retenção conforme legislação vigente, embarque e desembarque).</p> <p>3 -Cuidados ao brincar fora de casa: procurar local cercado, pedir sempre a companhia de um adulto, não correr atrás de bolas e de outros brinquedos ou de cachorros.</p> <p>4 - Comportamentos adequados no interior do transporte escolar: usar cinto, não colocar braços para fora da janela, respeitar o motorista.</p> <p>5 - Cuidados ao andar de bicicleta: usar capacete, roupas claras e sapatos fechados, andar apenas em locais apropriados e pedir sempre a companhia de um adulto.</p> <p>O que se espera: Que as crianças aprendam desde a mais tenra idade os cuidados básicos para se prevenir contra os acidentes, como andar no trânsito, etc.</p>

Fonte: Adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 19

Quadro 10. Conteúdos relacionados ao trânsito - Sugestões de atividades na sala de aula

Local: Escola/sala de aula
Assunto: Identificação de situações de risco de acidentes de trânsito em ambientes próximos
<p>Sugestões:</p> <p>1 - Situações que podem ocorrer caso as crianças brinquem ou parem em entradas de garagem, quintais sem cerca, estacionamentos de veículos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Locais seguros para andar de bicicleta são ciclovias ou ciclofaixas, parques e praças, sempre na companhia de um adulto. Crianças devem identificar os riscos de andar de bicicleta em sacadas ou perto de piscinas. • Situações de risco onde não haja calçada, sinalização, passarela, acostamento ou demais locais para andar e/ou atravessar. • Locais com grande volume de tráfego, muitos veículos estacionados, vias com limites altos de velocidade estabelecidos, ausência de uma rodovia dividida e poucos dispositivos de segurança para pedestres, como passarelas e lombadas eletrônicas, são fatores que aumentam a probabilidade de atropelamentos. <p>O que se espera: Que as crianças aprendam desde a mais tenra idade as possíveis ocorrências de risco de acidentes no trânsito, etc.</p>

Fonte: adaptado pela autora – das DNET – DENATRAN, 2014, p. 19

As DNET expõem diversas opções de atividades a serem realizadas em sala de aula ou extraclasse sobre como trabalhar a educação para o trânsito na pré-escola. Ademais, apresentam algumas sugestões e aspectos a serem observados, sendo mencionados integralmente:

O trabalho com o tema trânsito deve ser concebido como forma de desenvolver atitudes e valores pautados no respeito, na cooperação, na solidariedade, entre outros fundamentais à vida em sociedade;

O trabalho com o trânsito não deve se limitar ao espaço da sala de aula, sendo necessário explorar ambientes externos que propiciem a locomoção das crianças.

Atividades como andar pela escola, observar o trânsito em frente à escola, realizar passeios, são imprescindíveis para motivar debates a partir das situações observadas;

O trânsito deve ser tema trabalhado sistemática e continuamente, pois realizar atividades sobre o assunto apenas em momentos estanques ou em datas comemorativas não são suficientes para a construção de uma nova cultura de paz;

As crianças devem ter acesso a recursos diversificados: textos literários, imagens, vídeos, músicas, obras de arte, enfim, tudo aquilo que incentive as atividades sobre o tema;

O trânsito não deve ser abordado de modo negativo, como um problema insolúvel.

As crianças precisam compreender que ao adotarem comportamentos seguros, baseados no respeito mútuo e na cooperação, é possível conviver de forma saudável no espaço público;

O tema trânsito não se restringe à aprendizagem de regras e normas de circulação e conduta, devendo servir de objeto a questões voltadas ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, às diferenças sociais, econômicas e culturais da população;

Ao implementar a educação para o trânsito em sua proposta pedagógica,

você deve compreender a dimensão conceitual expressa na palavra **trânsito**, a fim de possa criar e propor atividades significativas que visem a adoção de comportamentos voltados ao bem comum no espaço público (BRASIL, 2014, p. 19/20).

As Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito (DNET) que são direcionadas para o ensino fundamental são alicerçadas em embasamentos e nortes pedagógicos para a inserção do trânsito como tema transversal aos campos curriculares e aportam-se nos seguintes fundamentos:

- I - nas bases legais que orientam: a) os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira; b) o Sistema Nacional de Trânsito;
- II - na dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;
- III - no reconhecimento do trânsito como tema de urgência social, de abrangência nacional, que apresenta possibilidade de ensino e aprendizagem e que favorece a compreensão da realidade e a participação social;
- IV - no conjunto de valores que regulam nosso sistema de convivência e que envolvem o pensar e o agir de cada pessoa, respeitando sua liberdade;
- V - nas fases de desenvolvimento do aluno e nas características específicas de cada etapa de ensino.
- VI - nas diversidades culturais, nos diferentes espaços geográficos e nas relações que neles ocorrem, nas características regionais e locais da sociedade, da economia e da clientela (BRASIL, 2014, p. 2).

As (DNET) também elegem alguns objetivos para a inclusão do trânsito como tema transversal:

- I - priorizar a educação para a paz a partir de exemplos positivos que reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- II - desenvolver posturas e atitudes para a construção de um espaço público democrático e equitativo, por meio do trabalho sistemático e contínuo, durante toda a escolaridade, favorecendo o aprofundamento de questões relacionadas ao tema trânsito;
- III - superar o enfoque reducionista de que ações educativas voltadas ao tema trânsito sejam apenas para preparar o futuro condutor;
- IV - envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas;
- VI - contribuir para mudança do quadro de violência no trânsito brasileiro que hoje se apresenta;
- VII - criar condições que favoreçam a observação e a exploração da cidade, a fim de que os alunos percebam-se como agentes transformadores do espaço onde vivem (BRASIL, 2014, p. 2).

As (DNET) referenciam que é basilar seguir algumas metodologias para implementar o tema trânsito com êxito no ensino fundamental:

- I - o planejamento de atividades que promovam a análise, o debate e a reflexão sobre diferentes situações relacionadas ao trânsito humano;
- II - o uso do ambiente real de circulação (a cidade) como principal recurso educativo para o exercício da cidadania no trânsito;
- III - a produção e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema a partir do incentivo à pesquisa, à leitura e à escrita, à criatividade, à troca de ideias e de experiências;
- IV - a promoção do envolvimento da família e da comunidade em atividades voltadas ao tema;
- V - a execução de ações e a utilização de recursos educativos que expressem as concepções adotadas nesta publicação (BRASIL, 2014, p. 2/3).

Ponderando sobre os fundamentos, os objetivos e as metodologias para a implantação do tema trânsito no ensino fundamental, as DNET chamam a atenção para o conceito de transversalidade e sua aplicabilidade em todas as disciplinas. Também fala sobre trânsito e currículo, enfatizando que o currículo vai além de conteúdo das disciplinas, pois está expresso em princípios e metas que devem nortear o projeto político pedagógico da escola, a qual deve comprometer-se não só com os conteúdos disciplinares, mas também com os objetivos gerais do tema trânsito no ensino fundamental, bem como com o desenvolvimento de capacidades de possibilitem ao aluno intervir em sua realidade para transformá-la (BRASIL, 2014, p. 4/5/6).

Diante do exposto, expõem-se os objetivos gerais do tema trânsito no ensino fundamental, de acordo com as DNTE:

- I - conhecer a cidade onde vive, tendo oportunidade de observá-la e de vivenciá-la;
- II - conhecer seus direitos e cumprir seus deveres ao ocupar diferentes posições no trânsito: pedestre, passageiro, ciclista;
- III - pensar e agir em favor do bem comum no espaço público;
- IV - manifestar opiniões, ideias, sentimentos e emoções a partir de experiências pessoais no trânsito;
- V - analisar fatos relacionados ao trânsito, considerando preceitos da legislação vigente e segundo seu próprio juízo de valor;
- VI - identificar as diferentes formas de deslocamento humano, desconstruindo a cultura da supervalorização do automóvel;
- VII - compreender o trânsito como variável que intervém em questões ambientais e na qualidade de vida de todas as pessoas, em todos os lugares;
- VIII - reconhecer a importância da prevenção e do autocuidado no trânsito para a preservação da vida;
- IX - adotar, no dia-a-dia, atitudes de respeito às normas de trânsito e às pessoas, buscando sua plena integração ao espaço público;
- X - conhecer diferentes linguagens (textual, visual, matemática, artística, etc.) relacionadas ao trânsito;
- XI - criar soluções de compromisso para intervir na realidade (BRASIL, 2014, p. 6/7).

Em concordância com a lei n.º 11.274/2006 que instituiu o ensino fundamental de

nove anos de duração com a inserção de crianças de seus anos de idade, relacionam-se os três critérios que deram origem aos conteúdos a inerentes ao trânsito, os quais estão referendados no princípio da prevalência dos direitos humanos, um dos princípios estabelecidos na Constituição Brasileira - CF/1988, assim como no Código de Trânsito Brasileiro (CTB):

A possibilidade de inclusão do tema trânsito no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar; a necessidade do ensino e da aprendizagem de conceitos, procedimentos, valores e atitudes como forma de reverter o quadro de violência evidenciado no trânsito brasileiro; · a importância da análise e da reflexão acerca do tema trânsito como forma de preservação da vida (BRASIL, 2014, 7/8).

A partir dos critérios acima mencionados, relatam-se os cinco conteúdos ligados ao trânsito a serem trabalhados no ensino fundamental precisamente para os anos iniciais (1º ao 5º anos) - os lugares e a cidade; nos anos finais (6º ao 9º anos) - linguagens do trânsito, a segurança no trânsito, a convivência social no trânsito, assim, as DNET tratam da seguinte forma:

- Ao tratar dos lugares as buscam expor situações que contribuam para a observação, exploração, análise, debate a produção de conhecimento sobre os lugares por onde os alunos circulam diariamente – casa, escola, rua, bairro, vizinhanças, etc;
- Quando se refere à cidade exibem o lugar onde pode praticar a vida, sendo o marco inicial e o principal recurso para trabalhar sobre o trânsito – paisagens, história da cidade, planta da cidade, transporte coletivo, locais para lazer, condições da cidade – calçadas, vias, veículos, etc;
- As linguagens do trânsito são expostas no sentido de explorar os distintos palavreados usados no trânsito - visual, sonoro e gestual, com o objetivo de traduzir mensagens fundamentais à locomoção segura das pessoas no espaço público;
- A segurança no trânsito é tratada forma direta e indireta a questão de segurança sobre os veículos, as calçadas, o espaço público, o pedestre, os passageiros, os ciclistas, todos livres de quaisquer riscos para todas as pessoas;
- A convivência social no trânsito é enfatizada no sentido de abarcar todos que usam o espaço público, buscando respeitar a coletividade, o bem comum de todos, cujos objetivos sejam análises, reflexões e debates sobre o comportamento das pessoas no trânsito, a fim de cultivar aprendizagens relacionadas a ética e a cidadania. (BRASIL, 2014, 9-12).

Nesse sentido, as DNET apresentam orientações didáticas demonstrando-se que o tema trânsito pode ser inserido em todas as áreas curriculares e disciplinas como na língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências naturais, educação física, artes:

Tabela 3. Orientações didáticas para trabalhar a temática trânsito em várias disciplinas

DISCIPLINAS	ORIENTAÇÕES
Língua portuguesa	Propõe-se que os alunos sejam capazes de ler, interpretar e produzir a língua, de modo a compreenderem a serem compreendidos. Assim, pode-se trabalhar o trânsito por meio da oralidade, da escrita, da produção textual sobre o comportamento dos pedestres, condutores, ciclistas, motociclistas, consequências de uso de álcool, uso de equipamentos de segurança, etc.;
Matemática	Sugere-se trabalhar as distintas linguagens matemáticas como gráficos, tabelas, esquemas, a fim de analisar, refletir e expor julgamentos sobre os dados obtidos. Portanto, usar os números para quantificar a frota veicular, os números de acidentes, número de vítimas fatais, valores de multas, pontuações na carteira de motorista, etc.;
História	Alude-se pesquisar sobre o passado e o presente para projetar-se para o futuro, em busca de noções, diferenças e semelhanças, que deram atributos para formar a identidade social. Desta forma, é possível pesquisar/analisar/debater sobre a história da cidade, evolução dos meios de transportes, sobre o código de trânsito brasileiro, etc.;
Geografia	Cita-se o estudo do espaço geográfico, os aspectos visíveis nas paisagens, manifestações físicas das sociedades. Desse modo, é cabível o estudo da urbanização, evolução de produção de carros, desenvolvimento das migrações e a sua relação com o trânsito, as relações sociais estabelecidas no espaço público, etc.;
Ciências Naturais	Trata-se sobre o ambiente, as pessoas, a tecnologia, a sociedade e suas transformações entre si. Desse modo, é admissível pesquisar /analisar/debater sobre a poluição atmosférica originadas pelos veículos automotores, poluição sonora, poluição visual, avanço tecnológico de equipamentos de segurança, sinalização, fiscalização de trânsito, em prol da integração de alunos com o meio ambiente e a cultura, promovendo espaço para o respeito, manutenção e preservação do meio ambiente e o espaço público;
Educação física	Pauta-se na formação de profissionais do esporte e no desenvolvimento das potencialidades corporais e lúdicas dos alunos. Nesse caso, é possível trabalhar com conceitos que envolvem a locomoção/trânsito, a lateralidade e espaço, noções de deslocamento para frente/trás, direita/esquerda, exemplificar locais perigosos para brincar como a saída/entrada garagem, próximos a via pública, uso de equipamentos de segurança nos esportes que envolvem veículos automotores, bicicletas, etc.;
Artes	Arrolam-se conceitos como percepção, reflexão, imaginação, criatividade, conviver com diferentes linguagens, de diferentes épocas e culturas, possibilitando o acesso à arte e a possibilidade de manifestação artística. Dessa forma, é plausível trabalhar o trânsito por meio de peças teatrais, desenhos, pinturas, visitas ao museu referente à evolução dos meios de transportes, visitas a áreas históricas da cidade, visitar locais com obras que retratam o trânsito em diferentes ocasiões, etc.

Fonte: adaptada pela autora conforme as DNET (BRASIL, 2014, 12-16).

Ressalta-se que as DNET demonstraram que existem inúmeras possibilidades de se trabalhar a temática trânsito no espaço escolar, em diversas disciplinas, em diversos setores, em diversas ocasiões, em diversos lugares/espacos/tempos. Isto implica em dizer que terceiro

objetivo específico: “apontar perspectivas de integração entre a temática Educação para o Trânsito e as várias disciplinas da educação básica” foi explicitado a contento, e, que, o mesmo está intrinsecamente ligado aos demais objetivos.

Considerando todo o exposto, enfatiza-se que o conteúdo divulgado pelas DNET está compatibilizado com os dizeres de vários autores e obras, como o Projeto Rumo à escola, e outros, dos quais se citam: Nascimento (1997) – ABC do trânsito; Rodrigues (1999) – Educação de trânsito no ensino fundamental: caminho aberto à cidadania; Iacocca (1999) – Mão e contramão: a aventura do trânsito; Aragão (2000) – A cartilha da vida – aprenda e ensine trânsito: educar para o trânsito é salvar vidas; Rodrigues (2004) – Dirigir: um ato de responsabilidade; Gonsalves (2010) - Sinal Verde para a Vida: guia didático de educação para o trânsito;

Ademais, as obras aqui referenciadas tratam de relacionados ao trânsito como o direito de ir e vir, a locomoção, os lugares, a cidade e o trânsito, transitar e conviver, educação para o trânsito e prática pedagógica em todas as disciplinas do ensino fundamental. Entretanto, os exemplos apresentados podem ser usados na educação infantil, no ensino médio, no ensino superior, basta direcionar o grau de habilidades exigidas pelas diretrizes de cada etapa e modalidade de ensino.

Além dos autores citados acima, destacam-se algumas obras que retratam histórias que tratam da temática trânsito que podem ser usadas na educação infantil e ensino fundamental:

Quadro 11. Obras de literatura infanto-juvenil sobre o tema trânsito

AUTORES	OBRAS	DESCRIÇÃO
Leite (2011)	As crianças exercendo a cidadania no trânsito - literatura infantil	Cartilha
Ibidem (2012)	Motociclista e cidadania no trânsito:vidas dependem de você - literatura infantil	Cartilha
BRASIL (2014)	Código de Trânsito Brasileiro para crianças	Cartilha
Moreira (2014)	Um passeio no passado - literatura infanto-juvenil	Cartilha
Ibidem	Onde fica o paraíso - literatura infanto-juvenil	Cartilha
Ibidem	O carregador de notícias - literatura infanto-juvenil	Cartilha
Ibidem	Diário de um diário - literatura infanto-juvenil	Cartilha
Ibidem	O show do século - literatura infanto-juvenil	Cartilha
Demitri e Araújo (2017)	Deu o nó no embuá – literatura infantil	Cartilha
Ibidem	A invenção do trânsito - literatura infantil	Cartilha
Ibidem	O livro das perguntas - literatura infantil	Cartilha
Ibidem	O jogo do invisível - literatura infantil	Cartilha
Ibidem	Tem um monstro no carro - literatura infantil	Cartilha

Fonte: Adaptada pela autora consoante cartilhas emitidas pela DENATRAN – 2011/2012/2014

Afora o exposto anteriormente, existem diversos sites que contemplam informações úteis e importantes sobre o trânsito que podem ser consultadas para fins educativos, os quais se expõem abaixo:

Quadro 12. Sítios eletrônicos sobre a temática trânsito

ÓRGÃO/ENTIDADE	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	HTTPS://WWW.DENATRAN.GOV.BR/COMPONENT/C ONTENT/ARTICLE/109- EDUCACAO/PUBLICACOES/633-EDUCACAO-PARA- O-TRANSITO-ENSINO-FUNDAMENTAL
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DETRANS	HTTP://WWW.AND.ORG.BR/CENTRAL-DE- CONTEUDOS/PESQUISAS-E-ESTUDOS/
PORTAL DO PROFESSOR/MEC	HTTP://PORTALDOPROFESSOR.MEC.GOV.BR/FICHA TECNICA/aula.html?aula=12493
SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB	HTTP://WWW.JOAOPESSOA.PB.GOV.BR/SECRETARI AS/SEMOB/EDUCACAO-PARA-O-TRANSITO/
DETRAN/PB	HTTP://WWW.DETRAN.PB.GOV.BR/
CRIANÇA SEGURA BRASIL	HTTP://CRIANCASEGURA.ORG.BR/
EBC – AGÊNCIA BRASIL	HTTP://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/GERAL/NOTI CIA/2015-09/ONU-INCLUI-SEGURANCA-NO- TRANSITO-NA-AGENDA-2030
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES	HTTP://WWW.CNT.ORG.BR/IMPrensa/RESULTADO _BUSCA/EDUCA%C3%A7%C3%A3O%20PARA%20O %20TR%C3%A2NSITO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DE TRÂNSITO	HTTP://WWW.VIAS-SEGURAS.COM/
INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO E ESTUDO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	HTTPS://ICETRAN.COM.BR/BLOG/EDUCACAO-NO- TRANSITO-PRESERVA-VIDAS-E-TRANSFORMA/
PORTAL DO TRÂNSITO	HTTP://PORTALDOTRANSITO.COM.BR/PARA-O- SEU-CFC/EDUCACAO-PARA-O-TRANSITO-DE- QUEM-E-RESPONSABILIDADE/
PORTAL SÃO FRANCISCO	HTTPS://WWW.PORTALSAOFRANCISCO.COM.BR/C URIOSIDADES/EDUCACAO-PARA-O-TRANSITO
INFOJOVEM	HTTPS://WWW.INFOJOVEM.ORG.BR/INFOPEDIA/DE SCUBRA-E-APRENDA/TRANSPORTE/EDUCACAO- PARA-O-TRANSITO/

Fonte: Adaptada pela autora mediante consultas realizadas em vários sítios eletrônicos em 2018.

As obras e sítios supracitados noticiam conteúdos que podem ser estudados em sala de aula, trabalho de campo, visitas, e quaisquer atividades didáticas pedagógicas relacionadas ao trânsito que auxiliam o profissional da educação a realizar a função de forma prática e segura.

Apreciando que os objetivos e a problemática desse trabalho estão vinculados ao CTB, destaca-se que, há muitas possibilidades de se analisar o capítulo VI – Da educação para o trânsito, pois o mesmo é composto desde o artigo 74 até 79. Entretanto, grifa-se o artigo 76,

exclusivamente, uma vez que está expondo onde pode ser trabalhada a educação para o trânsito na educação:

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;

II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;

III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;

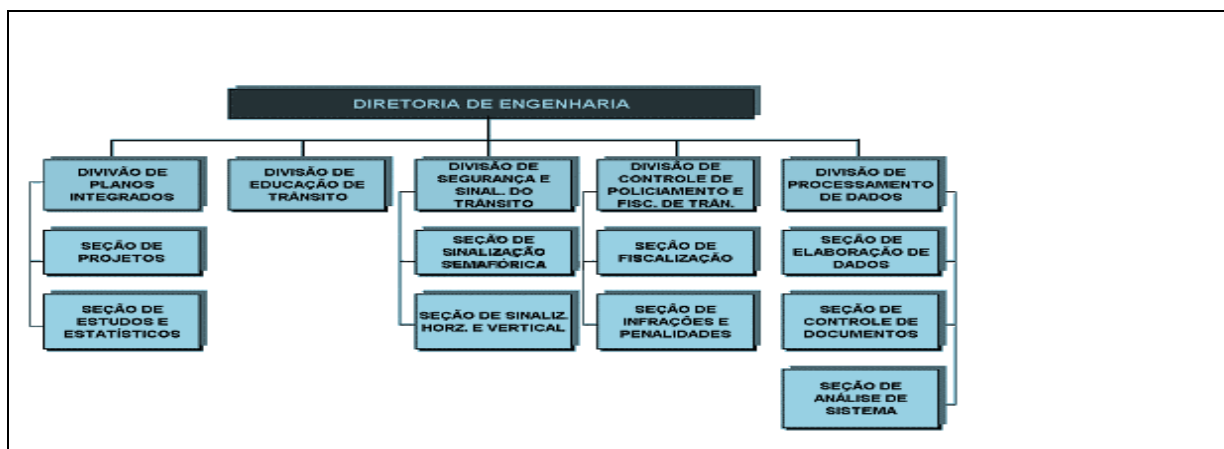
IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito (BRASIL, 1997).

Diante desse contexto, procurou-se visitar os sítios eletrônicos ligados ao DENATRAN como o DETRAN/PB e a SEMOB/JP/PB, onde o primeiro é responsável por gerir ações pertinentes aos veículos e habilitação, e o segundo responde pela gestão de transporte público e trânsito no município de João Pessoa, conforme lei municipal nº 1261/2011. Sendo assim, faz-se necessário identificar esses respectivos órgãos individualmente, para depois, elencar as suas ações relacionadas aos artigos citados no parágrafo anterior.

O Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (DETRAN/PB)⁶ está localizado à rua Emília Batista Celane, s/n, Mangabeira VII – João Pessoa – PB teve a sua nomenclatura alterada várias vezes, porém, cita-se atual que está posta desde 1976, por meio da Lei Estadual n.º 3.848/1976, a qual transforma o DETRAN/PB em autarquia e está vinculado a Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social, conforme a Lei Estadual n.º 5.020/1988. O DETRAN/PB é o órgão responsável pela gestão de ações voltadas para os veículos como consulta veículo, multas, IPVA, licenciamento, veículos apreendidos, rastreamento de veículos, taxas e outros serviços, etc. Responde ainda pelas questões de habilitação como consultar exames, boleto de habilitação, emissão de CNH, pontuação de CNH, situação de CNH, taxas e outros serviços, etc. O organograma do DETRAN/PB está distribuído de acordo com a sua estrutura formal, sendo composto pelas respectivas diretorias: Superintendência, administração, engenharia, operações,

⁶ Qualificação do DETRAN/PB.

Ciretrans e Postos. A divisão de educação para o trânsito está inserida na diretoria de engenharia⁷, conforme figura abaixo:



Fonte: adaptada pela autora – Sítio DETRAN/PB – Maio/2018

Sabe-se que o DETRAN/PB realiza visitas as escolas públicas e privadas e outras entidades (igreja, empresa, associações, cooperativas, teatros, universidades), quando convidados para proferir palestra sobre o trânsito, momento em que realizam as suas falas, apresentam/distribuem impressos/folhetos, oferecem uma pista modelo para os alunos transitarem, discutem conceitos relacionados ao trânsito, tiram dúvidas. Essas ações são realizadas durante todo o ano sem uma data específica, mas existem algumas datas especiais que são mais intensificadas, consoante o quadro 09:

Quadro 13. Agenda trânsito - 2017

ANO DE 2017	AÇÕES REALIZADAS
Maio a agosto	Formação continuada para professores da rede estadual
Maio a novembro	Campanha: os caminhos de educação no trânsito e a responsabilidade com a vida (escolas)
Maio a novembro	Campanha: Universidades em campo pela humanização no trânsito (IES)
Maio a julho	Programa cinema escola
Maio	Campanha: Maio amarelo e mãe condutora
Junho	Campanha: São João Seguro; Workshop Educação para o trânsito para agentes de trânsito da PRF, STTP, CPTRAN em C. Grande/PB
Julho	Campanha: Atividades alusivas ao dia do motorista e o dia do motociclista (27/07)
Agosto	Atividades alusivas ao Dia Internacional do Pedestre (08/08) e do ciclista (19/08)
Setembro	Semana Nacional do Trânsito
Outubro	Dia “D” pela vida – palestras, blitz nas escolas, empresas, teatros, etc.
Novembro	Caminhada pela Paz no Trânsito
Maio a dezembro	Ações educativas junto à Operação Lei Seca

Fonte: Elaborada pela autora - Agenda Integrada com o DETRAN/UEPB e outros órgãos

⁷ Organograma da diretoria de engenharia.

As ações supracitadas estão postas de acordo com a agenda 2017 do DETRAN/PB a fim de atender ao disposto no CTB quanto à educação para o trânsito. Sendo assim, denota-se que a forma como vem sendo trabalhada à temática, ou seja, os eventos são realizados de forma suplementar, embora sejam constantes, atendendo o que preâmbulo do artigo 76, porém, deixando de atender ao que emana o parágrafo único do mesmo artigo, não se configurando, portanto, como uma política pública de governo.

Compatibilizando-se com os tópicos relacionados à agenda exposta acima, e, considerando-se que, este trabalho está sendo concluído no mês da Campanha Nacional Maio Amarelo, informa-se que a agenda dos eventos realizados pelo DETRAN/PB, o qual realiza a 5^a edição do Movimento Maio Amarelo no estado da Paraíba, seguirá os tópicos anunciados na tabela 09.

A Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB/JP/PB) localiza-se à BR 230, Km 25 – Cristo Redentor – João Pessoa, PB, sendo uma autarquia especial, vinculada ao Gabinete do Prefeito, tem personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira com patrimônio próprio, de acordo com a Lei Municipal 1261/2011. A SEMOB/JP/PB tem como objetivo básico planejar, coordenar e executar as políticas de transporte e trânsito do município de João Pessoa. A sua visão está para ser uma organização cidadã, reconhecida pela sociedade na gestão de políticas de transportes e trânsito. Enquanto que a sua missão é *garantir à população mobilidade, acessibilidade, segurança, fluidez e conforto nos sistemas de transporte e trânsito, respaldado na competência, satisfação profissional e nos avanços tecnológicos, contribuindo para a qualidade de Vida no município.*

A estrutura da SEMOB/JP/PB está constituída da seguinte forma: superintendência, superintendência adjunto, Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CMMU), Conselho Diretor, Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI), Comissão de Licitação, Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica – (ASJUR), Assessoria de Comunicação Social (ACS) e Assessoria de Controle e Análises de Infrações (ACAI). A divisão de educação para o trânsito está inserida na diretoria de operações⁸.

Sabe-se que, igualmente ao DETRAN/PB a SEMOB/JP/PB, também, realiza as mesmas atividades, às vezes em parceira com o DETRAN e outros órgãos análogos ao trânsito, e, também, individualmente. Assim, relata-se o que se encontrou no sitio da

⁸ Constituição da SEMOBH/JP/PB.

SEMOB/JP/PB sobre a temática trânsito, ou seja, os teores mais relevantes como as campanhas mais constantes: eu quero paz no trânsito; seu carro na calçada também é absurdo e ilegal; eu respeito a faixa de pedestre – faça sua parte; PARE nunca feche o cruzamento; na cidade sem meu carro; pedestre – para sua segurança ficar completa, atravesse a rua na faixa e siga as orientações; condutor com atitudes simples você pode contribuir para uma travessia segura – a vida agradece; zona azul – faça sua parte – siga as regras e evite multas.

Ressalta-se que os conteúdos expostos neste trabalho foram realizados conforme o planejado, muito embora não tenha sido encontradas informações sobre a temática trânsito/educação para o trânsito no sítio da Secretaria Municipal da Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC). Igualmente, nas leis e diretrizes que regem o sistema de ensino municipal e estadual. Exceto, nas Diretrizes operacionais para o funcionamento das escolas estaduais/2018 - Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), que citou o tema trânsito oito vezes, nos cursos de formação profissional integrado ao ensino médio (curso técnico em processamento de pescado, curso de qualificação padeiro/confeiteiro/pedreiro/desenvolvedor de aplicativos para mídias digitais/ condutor de turismo de aventura), com os seguintes dizeres: [...] “Os alunos terão 30% da carga horária, trabalhada em atividades, ao longo do ano, em quatro Projetos Complementares (PC) ao currículo: Incentivo à Leitura, Trânsito, Gênero e um de temática comunitária, selecionada com os alunos” [...].

Nesse argumento, considerando que o trânsito obteve em 2015 o quinto lugar entre os recordistas em mortes no trânsito, ficando a frente Índia, China, EUA e Rússia; ponderando que morreram 1.389 crianças e adolescentes, e, que em 2016 ocorreram 12.288 hospitalizações de crianças e adolescentes. Dessa forma, têm questões que carecem de respostas: Por que as demais disciplinas do ensino fundamental e médio das diretrizes operacionais da secretaria de estado da Paraíba, citadas anteriormente não constam a temática trânsito? Por que as demais etapas e modalidades da educação básica não admitem em seus currículos o estudo sobre o trânsito na escola?

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa monográfica registrou, qualificou e quantificou a evolução histórica da educação para o trânsito, bem como os conceitos, atributos, legislação, diretrizes pedagógicas, e ainda, sobre as possibilidades de integração entre a temática e a educação básica, especialmente nas etapas da educação infantil e ensino fundamental.

Nesse tempo averiguou-se que foi possível atender aos objetivos da pesquisa: 1) objetivo geral: Investigar e discutir sobre o tema Educação em/para o Trânsito, considerando as abordagens didático-pedagógicas, disponibilizadas nos espaços público-privados, as quais são decorridas de artefatos legais originados a partir do Código de Trânsito Brasileiro. Os objetivos específicos foram três e tiveram como base: 1) Fazer levantamento bibliográfico sobre a temática Educação para o Trânsito contida na legislação supracitada; 2) Pesquisar sobre atividades/ações/diretrizes relacionadas à Educação para o Trânsito que possam ser aplicadas no contexto escolar; e, 3) Apontar perspectivas de integração entre a temática Educação para o Trânsito e as várias disciplinas da educação básica. Destarte, informa-se que os objetivos foram atingidos satisfatoriamente, conforme exposição nos capítulos I, II e III.

Nessa ocasião constatou-se que de fato que a educação para o trânsito pode contar com exemplos de práticas administrativo-pedagógicas oriundas dos órgãos citados no dispositivo legal que emana do Código de Trânsito Brasileiro – capítulo VI – Da educação para o trânsito. Ademais, além dos vários sítios públicos e privados, das legislações pertinentes e correlatas, contou-se com diversos exemplos teóricos e práticos oriundos de diversos autores como Vasconcelos (1985), Nascimento (1997), Freichs (1997), Rozestraten (1998), Rodrigues (1999), Iacocca (1999), Aragão (2000), Rodrigues (2004), Gonsalves (2010), Leite (2012), Moreira (2014), Demetri e Araújo (2014), o Projeto Rumo a Escola e diversas monografias citadas no decorrer do trabalho.

Nesse ínterim, percebeu-se que o CTB dispõe sobre termos técnicos, legais, conceitos, nomeia órgãos e atores, disposições gerais para gerir as infinitas situações relacionadas ao trânsito como normas de conduta e circulação, condução de veículos por profissionais, condutores de veículos não motorizados, pedestres, cidadão, via, multas, sinalização, fiscalização, policiamento, engenharia de tráfego, segurança, registro de veículos, habilitação, infrações, e outros.

Ademais, reservou um capítulo exclusivo para a educação para o trânsito expondo conceitos, citando as campanhas pontuais e permanentes, os momentos propícios, os cronogramas com os respectivos assuntos a serem tratados, os responsáveis legais, as formas

de difusão de conteúdo, as possibilidades de firmar convênios com órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal), bem como ofereceu dizeres que dão subsídios para implantar a educação para o trânsito no âmbito educacional, indicando o tema para a pré-escola, até o terceiro grau, relacionando os órgãos que devem participar do planejamento e ações coordenadas, apontando que o currículo deve ser interdisciplinar, orientando a participação de escolas de formação para o magistério e treinamento de professores multiplicadores, dentre outros.

Nesse período verificou-se que a educação para o trânsito pode ser inserida no curricular escolar, desde que este seja flexível, aberto, inovador e contemple os temas transversais, bem como considere a abordagem interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar e transdisciplinar que são indissociáveis ao contexto que envolve conteúdos diversos, integração entre teoria e prática, considerando que os múltiplos eixos temáticos, união de várias disciplinas e distintos saberes, experiências em/com várias disciplinas, envolvimento de várias ciências e diferentes campos, transcendência de conteúdos e disciplinas que trabalham para constituir projetos, e assim adiante.

Nesse tempo apurou-se que a educação para o trânsito teve um crescimento expressivo no que concerne a divulgação dos seus conteúdos nas mídias e tecnologias mediadas pelo computador e pela *Internet*, demonstrando que a temática em estudo pode ser utilizada na sala de aula e ter sua aplicabilidade nas mais distintas configurações. Nesse argumento, o poder público, a sociedade, a família e os profissionais que fazem a escola contam que o acesso às tecnologias e mídias educacionais possa contribuir significativamente para a condução e melhoria de resultados pedagógicos, social, cultural, econômico, institucional, ambiental, e, assim por diante.

Ressaltou-se que qualquer tema que envolve o trânsito é de grande relevância social, política, econômica, institucional, legislativa, que perpassa por múltiplas pastas de governo, demanda um planejamento intersetorial de grande porte, exige inúmeros atores e contextos, contribui para a segurança de todos que transitam pelo espaço público, envolve os direitos fundamentais do ser humano, contempla pessoas e bens, e outros. Sendo assim, trabalhar a educação para o trânsito se reveste de uma grandeza ímpar que é primar por todos e tudo que está para o trânsito, principalmente, pela segurança, pela vida e pela paz no trânsito.

Nesses termos, notou-se que existe legislação federal que acoberta o uso do tema trânsito na escola, existem autores que concordam e apontam exemplos para aplicar a temática na escola, existem as DNET para a pré-escola e ensino fundamental aprovadas pela portaria nº 147/2009/DENATRAN que apresentam inúmeros modelos de atividades

educativas, as DCN e as BNCC também adotam a temática. O tema é de ampla importância, tendo em vista que está intrinsecamente ligado aos direitos humanos que é imprescindível para o pleno exercício da cidadania, bem como a segurança, a saúde, a vida, a paz, e, assim sucessivamente. Dessa forma, percebeu-se que se deve trabalhar a educação para o trânsito de fato e de direito no âmbito escolar. A inexistência desse tema nos currículos escolares representa uma grande lacuna na garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos. Essa realidade é inquestionável.

Sabe-se que as DCN elegem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como as primeiras etapas, as quais são constituídas por ações pedagógicas inerentes a cada etapa, onde todos devem respeitar suas idades intelectuais, consciência social, culturais, identitárias, bem com proporcionar oportunidades para a formação adequada a cada idade, conforme disposto nos parágrafos infracitados.

A educação infantil representa o momento que a criança começa a interagir com o mundo e a desenvolver-se enquanto pessoa, observando e associando valores com base no outro, a partir dessa interação adquirem formas de comportamento, desenvolvimento da linguagem, do pensamento, das emoções, entre outras competências e habilidades indispensáveis para o seu crescimento de forma integral, e, por conseguinte preparando-a para a segunda etapa da educação básica.

O ensino fundamental representa uma sequência lógica da primeira fase, acrescentando situações compatíveis com o crescimento integral da criança como um sujeito de direitos, os quais passam a observar e contestar as transformações de si e do mundo como físicas, mentais, sociais, política, econômicas, culturais, ambientais, tecnológicas, bem como reformulação de autoimagem, de conceitos, de valores, e, conseqüentemente preparando-os para a fase adolescente, e, conseqüentemente para o ingresso do ensino médio.

Já o ensino médio acontece de forma a ratificar conhecimentos adquiridos no decorrer das etapas anteriores e proporcionar a aproximação do adolescente com o mundo do trabalho e das várias ciências, por exemplo.

Diante de todo o exposto sobre a educação básica, justificou-se a importância de inserir o tema trânsito no currículo dessas etapas, pois elas são e estão instituídas em momentos ímpares e basilares preponderantes para a constituição integral do ser humano. São nessas etapas e modalidades agregadas a estas que as crianças e adolescentes se constituirão enquanto, sujeitos de direito, são essas etapas que auxiliarão a formação da criança e do adolescente como homem/mulher do futuro. Então, educar as crianças e adolescentes com uma educação integral que proporcione uma formação consistente e embasada em valores que

contemplem a diversidade e adversidade que a vida proporciona ao ser humano auxiliará no fortalecimento crítico, reflexivo, dialógico, inovador, bem como na aquisição das várias cidadanias, e, aí, encaixando-se a ideia de educar para o trânsito. Educar para a cidadania. Educar para a vida. Educar para os direitos humanos e fundamentais.

Percebeu-se que não foi encontrada diretriz sobre o tema trânsito na etapa de ensino médio, porém, acredita-se que a criança e o adolescente que tenham passado pelas etapas anteriores já terão adquirido conceitos básicos sobre o assunto e nesse momento poderá problematizá-lo, inserindo conceitos mais complexos como normas gerais de circulação, sinalização, engenharia e operação de tráfego, veículos, habilitação, infrações de trânsito, medidas administrativas, penalidades, processo administrativo e recursos, crimes de trânsito, dentre outras particularidades de interesse dos aprendizes e de acordo com as possibilidades oferecidas pela unidade de ensino. Tudo é possível, desde que existam os recursos apropriados e o interesse das partes envolvidas.

Nesse contexto em que se encontra a educação básica, buscou-se fazer a correlação com o curso de pedagogia⁹, o qual é reconhecido como uma ciência social e humana que tem como escopo fundamental o progresso da metodologia de aprendizagem dos sujeitos, por meio da ponderação, sistemática e produção de conhecimentos. Nesse patamar está integrada com as várias tendências sociais e humanas, e ainda, com as regras reguladoras educativas do ente ao qual está diretamente ligada. Essa ciência tem como pressuposição a garantia e a melhoria contínua da educação, e, para tanto, conta com o campo de atuação da administração e do magistério, cujo fim seja conduzir e supervisionar o sistema de ensino, orientar os alunos e os professores, seguir e ponderar, a ação de aprendizagem e as capacidades individuais de cada um, pode trabalhar nas várias etapas e modalidades que compõem a educação básica, desde a educação infantil a educação profissional, da educação presencial a educação a distância, inclusive na gestão educacional.

Por conseguinte, os atores envolvidos no processo educativo que trabalham com a pedagogia necessitam estar aptos a atender os pressupostos das DCN, LDB, BNCC que são abrangentes incluindo os fundamentos teóricos e práticos da educação, das teorias que embasam as ciências inseridas na pedagogia, articulando-se com o trabalho de produção e socialização de conhecimentos na área da educação, com ética e compromisso com vistas à constituição de uma sociedade justa, imparcial, democrática, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social,

⁹ Resolução nº 12/2013 reformula o PPC do Curso de Pedagogia EAD - UFPB na modalidade a distância, Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I, desta Universidade.

ética e sensibilidade afetiva e estética. Sendo assim, a pedagogia e a inserção da educação para o trânsito no currículo estão de fato e de direito em consonância com as legislações educacionais e correlatas.

Entendeu-se, compreendeu-se e defendeu-se que a educação para o trânsito no âmbito escolar é essencial. Educar o sujeito para o futuro é primordial. O mundo precisa de cidadãos conscientes, capazes de intervir e transformar o meio por onde transitam. A educação para o trânsito é uma ferramenta poderosa para auxiliar para garantir a democratização do ensino na atualidade, e, conseqüentemente, faz-se imprescindível que seja reconhecida como Política de Estado.

Sendo assim, existe inúmeras questão que merecem respostas para os sujeitos de direito, que merecem ser respeitados e que tenham seus direitos garantidos e atendidos. O que fazer? Por onde começar? O que avaliar para concretizar um uso adequado, real e constante voltados para a educação para o trânsito? Por que /para que utilizar conceitos voltados para a educação para o trânsito na escola? Quais são as probabilidades de uso pertinente à educação para o trânsito na educação? Esses questionamentos merecem reflexão por parte dos profissionais da educação.

Apreciando que, o argumento em tese compreende inúmeros atores e suporta questões de distintas peculiaridades, primordiais para o exercício pleno das práticas pedagógicas transversais, interdisciplinares, voltadas para a educação para o trânsito na educação básica, que envolvem os direitos humanos, a ética, a cidadania, e outros, e, por conta disso, não se exaurem aqui os contextos tracejados.

3 REFERÊNCIAS

ARAGÃO, S. C. A cartilha da vida. Aprenda e ensine trânsito. Educar para o trânsito é salvar vidas. **Prefeitura Municipal de João Pessoa**. João Pessoa: A União Superintendência de imprensa e editora, 2000.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer.. Nova ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

BRASIL. Associação brasileira de prevenção dos acidentes de trânsito. **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito**. Orientações didáticas para o ensino fundamental. Disponível em: <http://www.viasseguras.com/educacao/educacao_ao_transito_regulamentacao/diretrizes_nacionais_da_educacao_para_o_transito/orientacoes_didaticas_para_o_ensino_fundamental>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Decreto nº 2.613/1998**. Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2613.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Decreto nº 7.037/2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Decreto nº 2.613/1998**. FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito. --. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2613.htm>. Acesso em: mai. 2018

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Lei nº 9.503/1997**. Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Departamento Nacional de Trânsito.** Código de Trânsito Brasileiro para crianças - literatura infantil. Brasília. Ministério das Cidades. DENATRAN, 2014.

_____. **Resolução nº 12/2013.** Reformulação do PPC curso pedagogia EAD - UFPB VIRTUAL. Disponível em: <<http://www.uead.ufpb.br/wp-content/uploads/2015/07/Resolucao-pedagogia-ufpb-virtual.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Parecer CNE nº 7/2010.** Diretrizes Gerais da Educação Básica.–. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **PCN – Ensino Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/declaracao_universal_direitos_homem.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Portaria 147/2009.** Orientações didáticas para o ensino fundamental. Por vias seguras. 2014. Disponível em: <http://www.vias-seguras.com/educacao/educacao_ao_transito_regulamentacao/diretrizes_nacionais_da_educacao_ao_para_o_transito/orientacoes_didaticas_para_o_ensino_fundamental>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Qualificação do DETRAN/PB.** Disponível em: <<http://www.detran.pb.gov.br/index.php/quem-somos.html>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Organograma da Diretoria de Engenharia.** Disponível em: <<http://www.detran.pb.gov.br/index.php/organograma.html>>. Acesso em: mai. 2018.

CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo:** currículo, conhecimento e cultura. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CALDEIRA, M. M.; SARMENTO, L. A. C.; TIBÚRCIO, L. A. **Educação, Trânsito e Cidadania: subsídios para o ensino básico**. Monografia (graduação curso em pedagogia), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 1997.

CAZARRÉ, M. Segurança no trânsito na agenda 2030. EBC. **Agência Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/onu-inclui-seguranca-no-transito-na-agenda-2030>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. ONU inclui segurança no trânsito na Agenda 2030. 2015. **Reportagem da EBC – Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/onu-inclui-seguranca-no-transito-na-agenda-2030>>. Acesso em: mai. 2018.

CRIANÇA SEGURA. Como prevenir acidentes de trânsito. **Criança Segura Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://criancasegura.org.br/sobre-nos>; <http://criancasegura.org.br/dicas/dicas-de-prevencao-transito>>. Acesso em: mar. 2018.

DEMETRI, T.; ARAÚJO, N. Deu o nó no embuá. Literatura infantil. **Coleção valores no trânsito**. Fortaleza: IPDH, 2017.

FERREIRA, A. E. **Educação para o trânsito nas escolas de ensino médio de Belo Horizonte**. Monografia (Especialização em Transportes e Trânsito), Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG, 2008. Disponível em: <<http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/antonio%20eustaquio%20ferreira%20monografia.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

ARAÚJO FILHO, J. F. **Educação de trânsito na escola**. 1. ed.. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. 16º Distrito Rodoviário Federal. - Florianópolis, 1977.

FREICHS, R. **O céu já tem anjos demais: educação para o trânsito**. 2. ed. – São Paulo: FTD, 1997.

FREIRE, R. T. S. **Trânsito: um problema urbano**. Monografia (Especialização em Engenharia Urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Renato_Teixeira.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

GADOTI, M. **As perspectivas atuais da educação**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002>. Acesso em: mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. Sinal verde para a vida. **Guia didático de educação para o trânsito**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2010.

JOÃO PESSOA. **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB/JP/PB)**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semob/asuperintendencia/>>. Acesso em: mai. 2018

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, M. C. R. As crianças exercendo a cidadania no trânsito. **Coleção é Importante Saber**. Recife, PE: Soler Edições Pedagógica, 2011.

_____. Motociclista e cidadania no trânsito: vidas dependem de você. **Coleção é Importante Saber**. Recife, PE: Soler Edições Pedagógica, 2012.

LIMA, T. A. F. C. **Educação para o trânsito nas escolas**. Monografia (especialização em psicologia do trânsito), Universidade Paulista/UNIP, Alagoas, 2013. Disponível em: <http://netranstransito.com.br/arq_download/MONOGRAFIA%20TEREZA.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

MACHADO, J. A. **Como pesquisar na internet: métodos, técnicas e procedimentos gerais**. 2004. Disponível em: <http://www.forum-global.de/curso/textos/pesquisar_na_internet.htm>. Acesso em: abr. 2018.

METROJORNAL. **Brasil é o quinto país do mundo em mortes no trânsito, segundo OMS**. 2017. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2017/05/01/brasil-e-o-quinto-pais-mundo-em-mortes-no-transito-segundo-oms.html>>. Acesso em: fev. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Projeto rumo à escola**. Coordenação Juciara Rodrigues. Brasília, DENTRAN/MJ/UNESCO, 2002.

MOREIRA, J. R. **Um passeio no passado**. Literatura infanto-juvenil. Brasília. Ministério das Cidades. DENATRAN, 2014.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Currículo, conhecimento e cultura**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

MORAES, Silvia Elizabeth. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. **Estudo realizado durante a vigência de bolsa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) financiada pelo CNPq e FUNCAP (2004-2007)**. *Rev. Bras. Est. Pedag.* 2005, vol. 86, n. 2013/2014, p. 38-54, maio/dez. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/834/809>>. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 86, n. 213/214. Acesso em: mai. 2018.

NASCIMENTO, J. B. **ABC do trânsito**. Livro didático para o primeiro grau. Gráfico círculo.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **O que são direitos humanos**. Trusted Team e administrado pelo UNIC Rio. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: mai. 2018.

PILETTI, C. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2004.

PARAÍBA. Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/PB). Disponível em: <<http://www.detran.pb.gov.br/index.php/quem-somos.html>>. Acesso em: mai.2018.

PARAÍBA. Diretrizes operacionais para o funcionamento das escolas estaduais. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba/2018. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/downloads/DIRETRIZES_2018_PARA_DIVULGA%C3%87%C3%83O_2018_Atualizado.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFPB).** Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/portais/discente/beta/discente.jsf>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Resolução nº 12/2013.** Reformulação do PPC Curso Pedagogia EAD - UFPB VIRTUAL. Disponível em: <<http://www.uead.ufpb.br/wp-content/uploads/2015/07/Resolucao-pedagogia-ufpb-virtual.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Constituição da SEMOBH/JP/PB.** Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semob/educacao-para-o-transito/>>. Acesso em: mai. 2018.

PARANÁ PORTAL. Brasil é o quinto país do mundo em mortes no trânsito, segundo OMS. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2017/05/01/brasil-e-o-quinto-pais-mundo-em-mortes-no-transito-segundo-oms.html>>. Acesso em: mai. 2018.

RODRIGUES, J. Dirigir: um ato de responsabilidade. Salvador: FENASDETRAN – Federação nacional das Associações de Funcionários do DETRAN, 2004.

ROZESTRATEN, R. J. A. Psicologia do trânsito: conceitos e processos básicos. São Paulo: Universidade de São Paulo- EPU, 1998.

SOUTO, M. M. C. O papel da/do pedagoga/o em um projeto transdisciplinar de educação para o trânsito: uma experiência vivenciada no projeto rumo à escola – limites e possibilidades. Monografia (especialização em educação), Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, IV curso de especialização em supervisão escolar e orientação educacional. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2004.

SOUZA, G. B. Educação do trânsito para os alunos do ensino fundamental. Monografia (especialização em psicologia do trânsito), Universidade Paulista/UNIP, Alagoas, 2013. Disponível em: <http://netrantransito.com.br/arq_download/Monografia%20de%20GENITA.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

SOUZA, J. L. Sobre a forma e conteúdo da educação para o trânsito no ensino fundamental. Tese (doutorado programa de pós-graduação em engenharia de transporte e área de concentração em planejamento e operação de sistemas de transportes), Escola de engenharia de são Carlos da Universidade São Paulo, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-13012011-152406/.../JoseLeles.pdf. Acesso em: fev. 2018.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-

aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** 2008, vol.13, n.39, pp.545-554. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Revista Brasileira de Educação, vol. 13, n. 39, RJ, set/dez. 2008. Acesso em: mar. 2018.

VASCONCELOS, E. A. O que é trânsito. **Coleção primeiros passos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PRÉ- ESCOLA

APRESENTAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passou a vigorar a partir de 22 de janeiro de 1998, é considerado como um dos códigos mais avançados do mundo, pois trouxe consigo muitas inovações. Uma das mais significativas é que, pela primeira vez, o código traz um capítulo exclusivo à educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino.

Para atender ao disposto no CTB, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) elaborou estas **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré- Escola**, cuja finalidade é trazer um conjunto de orientações capaz de nortear a prática pedagógica voltada ao tema trânsito.

Porém, mais do que o cumprimento da lei, acreditamos que por meio da educação será possível reduzir o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito e construir uma cultura de paz no espaço público. Isso porque a educação para o trânsito requer ações comprometidas com informações, mas, sobretudo, com valores ligados à ética e à cidadania.

Por isso, este documento pretende oferecer aos professores da pré-escola a oportunidade de desenvolver atividades que tragam à luz a importância da adoção de posturas e de atitudes voltadas ao bem comum; que favoreçam a análise e a reflexão de comportamentos seguros no trânsito; que promovam o respeito e a valorização da vida.

É, portanto, com sentimento de otimismo e satisfação que publicamos estas diretrizes, desejando que contribuam, efetivamente, para o processo de implementação da educação para o trânsito nas escolas de forma permanente.

Temos certeza de que este é um marco histórico da maior relevância para o trânsito brasileiro, não somente pelo conteúdo apresentado, mas por seu significado no contexto da legislação e por representar um grande passo para a conquista do direito de ir e vir com segurança.

ALFREDO PERES DA SILVA

Diretor do Denatran Presidente do Contran

INTRODUÇÃO

Estas diretrizes são destinadas às crianças em fase pré-escolar que, conforme o Artigo 30, da Lei n.9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, têm quatro a seis anos de idade.

Nestas diretrizes, você encontrará fundamentos, princípios e procedimentos ancorados:

- I – Nas bases legais que orientam:
 - a) Os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira;
 - b) O Sistema Nacional de Trânsito;
- II – Numa dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;
- III – Nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- IV – Numa abordagem que priorize a educação para a paz, a partir de exemplos positivos, capazes de desenvolver esquemas de interação com os outros e com o meio, oferecendo condições para que as crianças aprendam a ser, a estar e a conviver no trânsito;
- V – Em aprendizagens que favoreçam a aquisição de atitudes seguras no trânsito e reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- VI – No reconhecimento das crianças como cidadãs cujos direitos devem ser preservados e legitimados.

O trabalho de Educação para o Trânsito nas pré-escolas proposto neste documento tem como principais objetivos:

- I – Considerar as capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança, garantindo um ambiente saudável e prazeroso à prática de experiências educativas relacionadas ao trânsito;
- II – Favorecer o desenvolvimento de posturas e atitudes que visem a segurança individual e coletiva para a construção de um espaço público democrático e equitativo;
- III – Respeitar as diversidades culturais, os diferentes espaços geográficos e as relações interpessoais que neles ocorrem;
- IV – Superar a concepção reducionista de que educação para o trânsito é apenas a preparação do futuro condutor;
- V – Criar condições que favoreçam a observação e a exploração do ambiente, a

fim de que as crianças percebam-se como agentes transformadores e valorizem atitudes que contribuam para sua preservação;

VI – Utilizar diferentes linguagens (artística, corporal, oral e escrita) e brincadeiras para desenvolver atividades relacionadas ao trânsito;

VII – Proporcionar situações, de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros e de respeito e segurança no espaço público;

VIII – Envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas.

Para que o trabalho relacionado à Educação para o Trânsito seja implementado com êxito na pré-escola, é importante que você programe ações em sua proposta pedagógica, inserindo as atividades sugeridas, assim como outras que sigam a mesma linha, levando em conta as fases de desenvolvimento das crianças, observando-as e respeitando-as em suas diferenças individuais.

PRIMEIRA PARTE

I. ÂMBITO DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

De acordo com a legislação educacional vigente, o principal objetivo deste âmbito de experiência é desenvolver a **identidade** e a **autonomia** das crianças pré-escolares. Tanto a identidade quanto a autonomia estão intimamente relacionadas aos processos de socialização. Por isso, a pré-escola deve ser considerada como espaço de excelência para que as crianças estabeleçam relações com as outras crianças e com os adultos. A partir dessas relações será possível reconhecer a diversidade existente entre as pessoas: origens socioculturais, etnias, religiões, costumes, hábitos e valores.

Neste âmbito de experiência devem ser abordados conteúdos referentes ao nome, à imagem, à independência e autonomia, ao respeito à diversidade, à identidade de gênero, à interação, aos jogos e brincadeiras e aos cuidados pessoais.

1. BRINCADEIRAS E TRÂNSITO

As crianças em fase pré-escolar vivenciam um momento de ampliação do seu universo de informações. Um importante meio para assimilar as informações recebidas e de

compreender o mundo é brincar de faz-de-conta. Ao terem acesso a fantasias, fantoches, cenários e espaços diferenciados (casinha, cidade, sala de maquiagem, biblioteca, brinquedoteca, etc.) as crianças podem vivenciar atividades simbólicas importantes para interagirem e demonstrarem sentimentos.

É importante também que a escola possua brinquedos de encaixe e outros de diversos materiais como plástico, tecido, espuma, madeira. Porém, você pode pedir às crianças que, num determinado dia, tragam um brinquedo de casa. Assim, as crianças terão a possibilidade de contar porque escolheram trazer aquele brinquedo, como e com quem brincam com ele em casa e qual a proposta que têm para brincar com o grupo.

Brincar é, sem dúvida, uma experiência enriquecedora tanto para as crianças quanto para você, uma vez que – por meio da observação e de pequenas intervenções, sobretudo em brincadeiras simbólicas – terão a oportunidade de (re)conhecer melhor as diferenças individuais. E o tema **trânsito** pode despertar uma série de brincadeiras interessantes nas quais as crianças podem, inclusive, demonstrar (de maneira simbólica) o comportamento de mães e pais no trânsito.

Sugestões de atividades

1.1 Teatro de fantoches

Você pode dispor de vários fantoches (pai, mãe, irmãos, avô, avó etc.) e de um cenário urbano, por exemplo. O cenário, por si só, mostrará a proposta da brincadeira e fará pressupor papéis. As crianças devem escolher seus fantoches e você pode propor algumas cenas, tais como: a mãe vai levar o filho à escola; o pai foi com a mãe ao cinema; o pai e mãe levaram os filhos para passear.

Por meio do jogo simbólico, ao assumirem papéis, as crianças se apropriam de elementos da realidade e dão a eles novos significados. Por meio da observação das crianças durante a reprodução das cenas sugeridas, você poderá perceber e identificar o comportamento da família em determinadas situações no trânsito, pois certamente elas reproduzirão frases ouvidas do diálogo dos adultos, assim como suas ações.

No momento do faz-de-conta, saiba o momento certo de interferir (ou não). Entretanto, é importante anotar as observações que considere relevantes para que em outro momento possa propor atividades significativas que proporcionem a conversa sobre o assunto.

1.2 Brinquedos

Miniaturas de carrinhos, motos, caminhões, bicicletas, bonecos e bonecas, posto de gasolina, casinhas, animais, etc. atraem as crianças para experimentações lúdicas voltadas ao trânsito. Após brincarem livremente com estes brinquedos, proponha situações que exijam o cumprimento de determinadas regras, como por exemplo: os carrinhos só podem passar depois que os pedestres atravessarem; os carrinhos só podem estacionar nos lugares permitidos; os pedestres só podem atravessar depois que olharem para os dois lados da rua, etc.

As crianças também podem usar blocos e/ou peças de encaixe para construir uma cidade e os elementos que a compõem. Você pode auxiliar para que lembrem das “coisas” que vêem no caminho de casa para a escola, por exemplo, e as reproduzam.

2. CUIDADOS PESSOAIS E TRÂNSITO

Lavar as mãos antes de comer, dar descarga, se limpar, descartar o papel higiênico, etc. são exemplos de habilidades e de atitudes importantes para serem desenvolvidas com as crianças. Para isso, o espaço físico da escola precisa estar limpo e oferecer às crianças condições de higiene. Os brinquedos (escorregador, balanço, gangorra) e demais materiais também devem ser cuidados e mantidos para evitar acidentes.

A sala de aula é um ambiente especial para encorajar novas habilidades como, por exemplo, alcançar materiais. Entretanto, medidas de segurança devem ser tomadas, a fim de evitar situações de risco. Segurança, portanto, é a palavra-chave para desenvolver atividades de trânsito, com crianças pré-escolares, sobretudo, neste conteúdo.

Converse com as crianças sobre situações de risco, sobre acidentes que ocorrem nestas situações; onde, quando e por que ocorreram e, especialmente, o que podem fazer juntos para evitar que aconteçam novamente. Conversas neste sentido são fundamentais para construir atitudes de respeito, cuidado e proteção com sua segurança e a segurança dos outros.

As atividades devem sempre estar voltadas ao diálogo, à análise e à reflexão, favorecendo a exposição de pensamentos, sentimentos, idéias e emoções das crianças, além de suas experiências em relação ao trânsito.

Sugestões de atividades

2.1. A sala de aula

É importante que as crianças compreendam que a sala de aula é um espaço comum a todos e, portanto, precisa ser cuidado por todos. Assim, proporcione momentos que favoreçam a manifestação de opiniões sobre a melhor forma de dispor as carteiras e as cadeiras de modo que todos tenham espaço para se locomover (sem esbarrar no outro).

As malas, mochilas, lancheiras e outros objetos jogados no chão atrapalham, da mesma forma, a locomoção e podem gerar uma queda. Ter um lugar adequado para guardar estes objetos é uma boa solução. As crianças podem decidir qual o melhor lugar para guardá-los.

2.2 A escola

Passear pela escola com as crianças e pedir para que observem a limpeza dos banheiros, do pátio, do refeitório ou da cantina é uma atividade importante. O lixo encontrado no chão deve ser retirado e jogado nas lixeiras. As crianças devem perceber se a quantidade de cestos espalhados pela escola é suficiente. Converse sobre os danos causados pelo lixo jogado no chão. No caso específico do trânsito, o lixo jogado nas ruas entope os bueiros, causando enchentes e, conseqüentemente, impedindo o fluxo normal de pessoas e de veículos.

Durante o passeio pela escola, é possível reconhecer *pontos críticos*. Por exemplo, uma escada perigosa, um corredor muito estreito que dificultam a passagem, locais onde ocorrem *acidentes* (quedas) com frequência. Liste os problemas e, ao chegar à sala, converse com as crianças sobre cada um dos aspectos observados e peça para que sugiram soluções para os problemas encontrados.

Os passeios pela escola devem ser feitos regularmente. A cada dia, um aspecto poderá ser eleito para observação. Assim, as crianças terão a oportunidade de verdadeiramente conhecer sua escola, estabelecendo uma relação de cuidado e de afetividade para com aquele espaço.

Sempre que puder, durante a conversa com as crianças, associe o espaço da escola à cidade onde vivem. Quando estiverem conversando sobre o lixo, por exemplo, estenda a conversa para o lixo que é jogado nas ruas da cidade e analise, com as crianças, as conseqüências decorrentes disso. Chame a atenção para o fato de que *atirar do veículo ou*

abandonar na via objetos ou substâncias é uma infração e pode resultar em multa (Artigo 172 do Código de Trânsito Brasileiro).

2.3 Ir junto

As crianças utilizam diferentes meios de locomoção para chegar à escola: automóvel, ônibus condução escolar, barco, etc. Será que tomam os cuidados necessários à sua segurança quando estão no interior desses veículos? E quem vem para a escola a pé? Quais cuidados devem ser tomados? Este assunto pode ser explorado ao máximo, pois faz parte do cotidiano das crianças e, certamente, terão repertório suficiente para debater a questão.

Converse com as crianças sobre a importância da utilização do cinto de segurança de veículos, mesmo no banco traseiro; explique que apenas crianças com mais de dez anos podem sentar no banco da frente. Crianças devem ser conduzidas em cadeirinhas (até os 4 anos) e em assentos de elevação (dos 4 aos 7 anos), conforme legislação vigente. Nas conduções escolares, o cinto também deve ser usado. Quem vem para a escola de transporte coletivo deve tomar cuidados da mesma forma.

As crianças que vêm a pé devem estar acompanhadas de um adulto e ser conduzidas pelo pulso (para não ter a oportunidade de se soltarem das mãos do responsável). Você pode questionar sobre os cuidados que os pedestres precisam tomar ao transitar nas vias públicas: não se soltar dos adultos, andar longe do meio fio, atravessar na faixa (quando houver) ou em linha reta até a outra calçada, olhar sempre para os dois lados, entre outras regras de segurança.

Peça para que as crianças que vêm a pé para a escola *ensinem* algumas normas de segurança àquelas que vêm de automóvel e vice-versa. Esta é uma boa atividade de troca de experiências e de conhecimentos. A partir daí, será possível criar regras de locomoção, elaborar cartazes com figuras que mostrem comportamentos adequados no trânsito, fazer folhetos para serem distribuídos às mães, aos pais e aos alunos de outras turmas.

SEGUNDA PARTE

II. ÂMBITO DE CONHECIMENTO DE MUNDO

Neste âmbito, os objetivos principais estão relacionados à construção de diferentes linguagens e às relações estabelecidas com os objetos de conhecimento. O domínio de

diferentes linguagens propiciará à criança sua interação com o meio, seu interesse pela cultura e por novos conhecimentos, enriquecendo suas condições de inserção na sociedade.

A partir dos eixos de trabalho selecionados para este âmbito será possível realizar diversas atividades relacionadas ao tema trânsito.

1. MOVIMENTO E TRÂNSITO

Crianças em idade pré-escolar já possuem um repertório motor mais sofisticado para realizar atos que exigem a coordenação de diversos segmentos motores e o ajuste a objetos específicos, como recortar, colar, encaixar peças, etc.

O ambiente pré-escolar deve promover brincadeiras capazes de ampliar habilidades no plano motor. Empinar pipas, jogar bolinhas de gude, pular amarelinha, dançar, jogar bola entre outras atividades precisam ser promovidas com a finalidade de favorecer conquistas na área motora e precisão de movimentos. Mas é sempre bom lembrar que cada criança possui uma história de vida e, por isso, demonstrará diferentes níveis de dificuldade ao praticar atividades motoras. Cabe a você perceber tais diferenças e procurar fazer com que cada criança encontre seu equilíbrio pessoal e descubra suas possibilidades de crescimento motor.

Por outro lado, as práticas culturais oferecidas no meio em que cada criança vive também favorecem o desenvolvimento de capacidades motoras, assim como suas experiências relacionadas ao trânsito. Se a criança vive em uma casa cheia de árvores, certamente terá maior habilidade para subir em árvores do que aquela que mora em um apartamento e não tem contato com essa experiência. Se a criança vive em uma grande cidade, certamente terá impressões sobre o trânsito e vivências motoras diferentes daquela que vive no campo ou em uma pequena cidade.

Sugestões de atividades

1.1 Recorte, colagem, pintura

Por meio do recorte e da colagem, as crianças desenvolvem suas habilidades motoras mais sofisticadas. E quando o assunto é trânsito, figuras em jornais e revistas serão encontradas com facilidade. Assim, é possível pedir às crianças que procurem figuras de meios de locomoção (automóveis, caminhões, motocicletas, bicicletas, navios, barcos, aviões,

etc.) para produzirem um painel.

É fundamental conversar sobre as figuras: perguntar, por exemplo, quem já viajou de avião ou quem já passeou de barco e qual o comportamento adequado no interior desses veículos.

Você também pode separar – em revistas e jornais – imagens associadas ao trânsito e contorná-las com figuras geométricas para que as crianças recortem na linha demarcada para montar um painel e conversar sobre o assunto.

Além do recorte e da colagem, as crianças podem fazer pinturas com carvão, com tinta guache ou outra, desenhando elementos relacionados ao trânsito. É importante salientar que pintar (com lápis de cor ou lápis cera) figuras já desenhadas não é a melhor maneira para estimular ideias. As crianças são capazes de expressar-se por meio de seus próprios desenhos e pinturas.

1.2 “Cidade” no pátio

Para construir uma pequena cidade no pátio da escola, não é necessário o uso de muitos elementos. Pintar no chão uma faixa para a travessia de pedestres e colocar um semáforo (que pode ser feito com uma caixa de papelão presa em um cabo de vassoura, fixado em uma lata com areia) é suficiente para criar várias brincadeiras motoras. As crianças podem brincar de atravessar na faixa, conforme a luz do semáforo.

É fundamental ressaltar que você deve disponibilizar diversos materiais (papéis, giz, caixas de papelão, pedrinhas, etc.), propor a atividade e deixar com que as crianças reproduzam a “cidade” conforme sua visão. Neste momento, terá a oportunidade de observar o desenvolvimento espacial, de localização e de orientação de cada criança, assim como as interações sociais estabelecidas para realizar intervenções que provoquem reflexões e que orientem práticas seguras no trânsito.

As crianças também podem realizar percursos dentro da escola. Por exemplo: peça para que três crianças realizem o percurso do pátio à biblioteca, da biblioteca à sala de aula, da sala de aula ao pátio.

Ao retornarem, pergunte por onde passaram; quem chegou antes e quem chegou depois; por que chegou antes e por que chegou depois, etc. Oriente as crianças para que tomem cuidado durante o percurso: não correr, não atrapalhar as outras turmas. Procure associar esta atividade à locomoção das pessoas na cidade onde vivem.

1.3 Carros, trens, barcos e outros meios de locomoção

Você pode propor às crianças a confecção de carrinhos, caminhões e outros meios de locomoção utilizando cartolina ou papelão (em tamanho reduzido). Assim, será possível simular situações do trânsito urbano. Durante a brincadeira, converse sobre questões de segurança e sobre a importância do convívio social no trânsito, baseado na cooperação e no respeito mútuo.

Uma fila de crianças pode virar um trem. Basta que cada um segure no ombro do colega da frente. Peça às crianças para não se soltarem e para traçarem um determinado percurso. Então, converse sobre a diferença entre um veículo ferroviário e um veículo rodoviário. Mostre figuras e conte histórias sobre a rede ferroviária brasileira. Trace comparações entre o uso de rodovias e de ferrovias no Brasil.

Muitas pessoas em nosso país também se locomovem de barco. Para desenvolver habilidades motoras mais sofisticadas, proponha dobraduras de papel. A dobradura de um barquinho é simples. Depois, pegue uma bacia bem grande com água e peça para que as crianças coloquem o barquinho para observá-lo flutuar. Aproveite a oportunidade para falar sobre as hidrovias, que são vias líquidas (rios, mares, lagos, etc.) usadas para os transportes e as comunicações, além dos cuidados para se locomover em um barco.

A partir de imagens, vídeos, brincadeiras e outros recursos pedagógicos interativos, as crianças serão capazes de construir conhecimentos sobre os diferentes meios de locomoção e de desenvolver posturas e atitudes seguras.

2. MÚSICA E TRÂNSITO

Brincar, dançar e cantar com as crianças é muito importante. O canto integra melodia, ritmo e harmonia, desenvolvendo a audição. Ao cantarem, as crianças têm condições de adquirir um variado repertório de informações que, mais tarde, será usado em sua comunicação.

Entretanto, a seleção das músicas deve ser bastante cautelosa. Músicas que exijam esforço vocal e textos muito longos e complicados, assim como gestos excessivos, comprometem essa atividade. Por isso, dê preferência a canções do cancionário popular infantil e músicas populares brasileiras. A escuta musical também faz parte desse conteúdo. Assim, devem ser apresentadas às crianças obras musicais de diferentes gêneros, estilos, épocas e culturas para que iniciem seus conhecimentos sobre a produção musical.

Os jogos e brinquedos musicais da cultura infantil incluem os acalantos (cantigas de ninar); as parlendas (os brincos, as mnemônicas e as parlendas propriamente ditas); as rondas (canções de roda); as adivinhas; os contos; os romances, etc. Os jogos sonoro-musicais favorecem, da mesma forma, a vivência dos sons, o silêncio e a música.

Na área de educação para o trânsito podem ser encontradas algumas canções, geralmente paródias, compostas com a finalidade de transmitir regras de trânsito. É fundamental que você ouça as canções antes de apresentá-las às crianças e atente para seu conteúdo e para a mensagem transmitida, pois nem sempre as letras refletem valores éticos e de cidadania e trazem conceitos corretos sobre trânsito.

Sugestões de atividades

2.1 Diferentes sons

O apito do trem, o apito do navio, o *ronco* do avião, a buzina do automóvel, o apito do agente da autoridade de trânsito são alguns exemplos de características sonoras possíveis de serem transformadas em um jogo sonoro-musical. É possível obter gravações com estes sons e pedir para que as crianças os identifiquem. Elas também podem reproduzir sons a partir de imagens apresentadas.

2.2 Os sons do agente de trânsito

Quando precisam emitir uma mensagem, os agentes de trânsito utilizam um apito. As diferentes maneiras de apitar transmitem diferentes mensagens:

- Um silvo breve: siga!;
- Dois silvos breves: pare!
- Um silvo longo: diminua a marcha!

A partir dos sons emitidos pelo agente de trânsito, você pode criar uma brincadeira. Basta que cada criança tenha um apito (bem simples, de plástico) para começar a brincar no pátio da escola.

Além disso, o reconhecimento e a utilização expressiva das diferentes características geradas pelo silêncio e pelos sons: altura (grave e agudo), duração (curtos e longos), intensidade (fracos e fortes) e timbre (característica que distingue cada som) são conteúdos que devem ser tratados com crianças pré-escolares quando o assunto é música e que podem

ser, perfeitamente, associados ao tema trânsito.

2.3 Cantar SE ESTA RUA Se esta rua,

Se esta rua fosse minha, Eu mandava,
Eu mandava ladrilhar, Com pedrinhas
Com pedrinhas de diamantes, Só pra ver,
Só pra ver meu bem passar.

BOM BARQUEIRO

Bom barqueiro, Bom barqueiro, Me deixa passar, Passar.
Tenho filho pequenino Pra acabar de criar, De criar.
(Cantiga do folclore de SC e PR)

TREM DE FERRO

O trem de ferro
Quando sai de Pernambuco Vem fazendo fuco-fuco Até chegar no Ceará.
Rebola, bola
Você diz que dá, que dá, Você diz que dá na bola, Na bola você não dá.

BOI BARROSO

Eu mandei fazer um laço De couro de jacaré
Pra laçar o Boi Barroso No cavalo pangaré
Meu Boi Barroso, meu Boi Pitanga, O teu lugar, ai, é lá na canga.
Adeus menina, que eu vou me embora, Não sou daqui, ai, sou lá de fora.
Meu bonito Boi Barroso Que eu já dava por perdido, Deixando rastro na areia, Foi logo reconhecido.
Montei um cavalo escuro, Trabalhei logo de espora, Gritei a certa gente
Que meu Boi se vai embora
(Cantiga típica do folclore gaúcho)

PEGUEI UM ITA NO NORTE

Peguei um Ita no Norte Pra vir
Pro Rio morar

Adeus, meu pai, minha mãe Adeus, Belém do Pará

Ai, ai Ai, ai

Adeus, Belém do Pará.

(Trecho da música de Dorival Caymi)

Estas são apenas algumas canções que podem ser cantadas com as crianças para desenvolver atividades voltadas ao tema trânsito. Elas falam sobre diferentes lugares, diferentes meios de locomoção.

Além de cantar, converse sobre as canções e proponha a elaboração de desenhos sobre elas. Peça para que as crianças reproduzam o apito do trem, o mugido do boi (Barroso), o relinchar do cavalo pangaré. Explique onde ficam os lugares citados nas canções: Pernambuco, Rio de Janeiro, Belém do Pará.

Converse também sobre o trabalho do maquinista do trem, do barqueiro, do vaquejador. Encontre figuras ou apresente vídeos que possam retratar os temas das canções, criando possibilidades para inserir o tema trânsito de forma agradável e prazerosa.

3. ARTE E TRÂNSITO

Livros de arte, revistas, visitas a exposições e a museus, filmes, peças de teatro, contato com artistas, por meio de suas obras, são atividades fundamentais para suscitar nas crianças o interesse e o gosto pela arte. O prazer despertado por estas atividades, certamente, será gerador do processo de criação.

Para que a criança produza arte é essencial que conheça e compreenda a diversidade da produção artística; utilize diferentes materiais para serem manipulados e transformados; desenvolva suas próprias leituras a partir do que vê; realize produções artísticas individuais e coletivas, conversando sobre os trabalhos elaborados; valorize e respeite a ação artística.

Muitas obras artísticas podem ser relacionadas ao trânsito.

Sugestões de atividades

3.1 Comparando *ontem e hoje*

Mostre às crianças obras de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), Nicolas- Antoine Taunay (1755-1830), Jean Baptiste Debret (1768-1848) e de outros artistas que retrataram o Brasil do século XIX.

Conte a história desses homens que vieram da Europa para pintar as cenas das ruas, das festas, das fazendas e de diversos outros lugares brasileiros, pois não existia máquina fotográfica.

As crianças ficarão interessadas ao verem as imagens retratadas por Debret. Você pode contar histórias sobre as liteiras, também chamadas de serpentinas e cadeiras de arruar e mostrar que essas cadeiras levavam as mulheres e eram carregadas por dois escravos (parelhas ou andas). Essa é uma boa oportunidade para falar sobre o desrespeito aos negros ao longo de nossa história. A carruagem e o carro de boi eram, igualmente, meios de locomoção. Ainda é possível ver carroças e alguns poucos carros de boi no Brasil.

Procure figuras que retratem o transitar das pessoas nos dias atuais e incentive a descrição oral sobre as diferenças entre elas. Os barcos retratados por Taunay, em 1829, são bem diferentes dos barcos que encontramos atualmente, por exemplo.

3.2 Museu de arte do trânsito

Apresente obras de arte contemporânea de artistas brasileiros que remetam ao tema trânsito. Muitas outras obras (inclusive aquelas que retratam o Brasil do século

XIX) podem ser ampliadas e utilizadas para compor o acervo do museu de arte do trânsito. No entanto, as obras mais importantes serão as produções das crianças.

Incentive as crianças a pintar suas obras de arte, retratando o transitar das pessoas em diferentes tempos e espaços, utilizando materiais simples, como papel pardo e tinta guache colorida, por exemplo. Programe com as crianças a inauguração do museu com a presença de mães e pais, da comunidade, dos alunos das outras turmas, dos professores e de funcionários não docentes da escola. Mude o acervo sempre que possível para novas visitas.

4. LINGUAGEM ORAL E ESCRITA E TRÂNSITO

Contar vivências, manifestar ideias, ouvir as outras pessoas, elaborar e responder perguntas, manifestar interesse pela leitura e pela escrita, escolher livros para ler e para apreciar são apenas algumas das capacidades que devem ser incentivadas para o desenvolvimento das linguagens oral e escrita. Nesta área, falar e escutar são palavras-chaves.

Por isso, você precisa escutar e dar atenção à fala das crianças, aos seus gestos e às suas demais ações expressivas. Escutá-las sempre, orientando-as a escutar o outro e promovendo atividades capazes de incentivar sua fala. Quando não compreender exatamente

o que a criança quer dizer, procure auxiliá-la sem causar-lhe constrangimentos. Repita as palavras corretamente para que a criança possa assimilar o modo certo. Reconheça o esforço que a criança faz para compreender o que ouve e expressar-se de modo coerente.

Você também deve favorecer práticas de escrita. Nesta fase, as crianças precisam conviver em um ambiente alfabetizado. Elas já são capazes de identificar o seu próprio nome e o nome de alguns objetos. Entretanto, o mais importante é, mais uma vez, reconhecer o esforço da criança e dar legitimidade e significação às suas escritas iniciais, uma vez que possuem intenção comunicativa.

Sugestões de atividades

4.1 Contar histórias

É de fundamental importância que você conheça o conteúdo da história que vai contar, as relações entre as personagens, as inverdades que pode conter, os preconceitos que pode transmitir, uma vez que depois da história contada, não dá mais para voltar atrás. Além disso, simplesmente ler uma história (sem ritmo e entonação) não vai motivar a atenção e despertar a admiração e o interesse das crianças.

Sendo assim, depois de escolher um bom texto e de bem contá-lo, converse com as crianças sobre o que ouviram. Provoque, instigue, pergunte. Proponha atividades que incentivem o desenho, a música, a brincadeira, o teatro e, por que não, o (re)contar histórias. As crianças podem reproduzir a história ouvida ou contar outra história para os colegas.

O mercado editorial possui diversos livros de literatura infantil com qualidade e que abordam o tema trânsito diretamente. Outros livros, porém, trazem assuntos que podem ser, perfeitamente, associados ao trânsito. Neste caso, conte as histórias e converse sobre as situações apresentadas nas histórias. Você também pode pedir para que as crianças comentem o que ouviram, manifestem suas opiniões sobre determinado personagem ou situação ou, então, recontem a história ouvida.

As crianças também podem e devem contar histórias. Para tanto, proponha situações formais para que as crianças possam ser ouvidas pelas demais e contem uma determinada história relacionada ao trânsito.

4.2 Sequência lógica

Comece a contar uma pequena história, como por exemplo: *Maria adora andar a pé pelo bairro onde mora. As ruas são bem tranquilas e estreitas. Elas não são asfaltadas. São cobertas por pedras que se chamam paralelepípedos. Então, quando um carro passa, faz mais barulho porque não está rodando no asfalto lisinho. Um dia Maria estava caminhando, quando ouviu um barulho muito forte. Ela levou um susto quando viu...*

Então, peça para que uma criança continue a história do ponto em que parou. Cada criança deve ter, aproximadamente, trinta segundos para contar sua parte. É importante limitar o tempo para que todas possam falar, dando continuidade à história. Os resultados são sempre surpreendentes.

4.3 Histórias com figuras

Selecione figuras (de jornais ou de revistas) com uma imagem que remeta ao tema trânsito: bicicleta, motocicleta, caminhão, burro, carroça, barco, trem, estrada, pedestres, motoristas, carroceiros, etc. e cole-as, separadamente, em uma cartolina ou papel cartão.

Escolha, junto com a turma, uma criança para ser a narradora e uma para ser a apresentadora. A partir daí, a apresentadora mostrará a primeira figura à narradora que deverá iniciar uma história que contenha o nome do objeto mostrado. No desenrolar da narrativa, a apresentadora continuará mostrando imagens e a contadora de história deverá incluí-las, rapidamente, em seu enredo.

4.4 Jogos verbais

O conhecimento e a reprodução de jogos verbais como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas e poemas são muito importantes para o desenvolvimento da linguagem oral.

Alguns jogos podem criados por você para desenvolver ações educativas sobre o trânsito, tais como:

Adivinhas

- Quem é, quem é que anda a pé? (o pedestre);
- Quem é, quem é que pedala uma bicicleta? (o ciclista);
- Quando estamos em pé ele está deitado, se estamos deitados ele está em pé? (o pé);

- O que é, o que é: tem pé redondo, anda, anda e só faz dois rastros compridos? (o carro)

Trava-língua

Disseram que na minha rua tem paralelepípedo feito de paralelogramos. Seis paralelogramos tem um paralelepípedo.

Mil paralelepípedos tem uma paralelepípedovia. Uma paralelepípedovia tem mil paralelogramos.

Então uma paralelepípedovia é uma paralelogramolândia?

Durante ou após os jogos verbais converse com as crianças sobre o seu conteúdo, sobre o significado das palavras e crie situações que gerem debates sobre o trânsito.

A partir do trava-língua sugerido acima, você pode conversar com as crianças sobre a pavimentação da rua onde moram: a rua é asfaltada?; tem paralelepípedos?; é de terra?, etc. Pode trazer à tona questões relacionadas ao trânsito de veículos e de pedestres em diferentes tipos de pavimentos. Ruas com paralelepípedos são mais escorregadias, tanto para os veículos quanto para os pedestres; é preciso tomar cuidados. Também é possível falar sobre a importância de vias bem pavimentadas (sem buracos) e de calçadas bem conservadas. A calçada em frente à escola está bem conservada? Os pedestres podem transitar por ela sem medo de cair? Por que é necessário conservar as calçadas? Quem pode transitar pelas calçadas?

Como é possível perceber, trânsito é um tema abrangente e o mais importante: faz parte da vida cotidiana das crianças e, portanto, há repertório para a troca de experiências tanto em momentos formais quanto informais.

5. NATUREZA E SOCIEDADE E TRÂNSITO

Para trabalhar com este eixo, programe situações que favoreçam a compreensão dos diferentes modos de vida das pessoas, assim como dos diferentes lugares e paisagens. Além disso, conteúdos relacionados aos objetos e sua transformação, aos seres vivos e aos fenômenos da natureza também devem ser abordados.

Há, portanto, inúmeras possibilidades de desenvolver atividades relacionadas ao trânsito neste eixo. Afinal, a forma com que as pessoas se locomovem (transitam) está diretamente relacionada ao lugar onde vivem.

O tema trânsito também favorece a realização de experiências, nas quais as crianças

podem agir sobre objetos com a finalidade de testar hipóteses e de resolver problemas. As experiências têm como principal função ampliar o conhecimento das crianças sobre determinados fenômenos naturais e fazer com que os relacionem à sua maneira de ver o mundo.

Sugestões de atividades

5.1 Diferentes paisagens, diferentes lugares, diferentes modos de vida

Apresente às crianças imagens, vídeos, figuras de revistas e jornais, livros que apresentem diferentes paisagens. A partir daí, incentive a troca de idéias e de opiniões, por meio de questionamentos: onde fica este lugar?; quem está dentro desse barco (ou desse carro, ou desse caminhão, etc.)?; o que esta pessoa vai fazer?; como é a vida dessa pessoa?; onde ela mora?; o que ela come?; essa pessoa leva uma vida diferente da sua?; etc.

Trabalhe com questões do ir e vir das pessoas que moram em comunidades ribeirinhas, por exemplo, e explique como é a forma de vida dessas pessoas, qual o meio de locomoção que as crianças dessas comunidades utilizam para ir à escola. Converse sobre as diferenças existentes entre a vida dos seus alunos e a vida dessas crianças.

Diferentes imagens suscitarão diferentes questões que podem ser analisadas sob a ótica do transitar humano. Incentive as crianças a manifestarem suas opiniões e, quando possível, interfira apresentando informações importantes para subsidiar a conversa e trazer novos conhecimentos. Após terem debatido determinado assunto, você pode dividir a turma em dois grupos para um trabalho coletivo e propor, por exemplo, a montagem de um painel com recortes de figuras com elementos pertinentes ao espaço urbano e outro com elementos que remetam ao espaço rural.

Neste momento, reforce a ideia de que transitar é um direito de todas as pessoas, independentemente do lugar onde vivem ou do meio de locomoção que utilizam.

5.2 Experiências (conhecimento científico)

As atividades pré-escolares podem se alicerçar na experimentação (relacionada à idéia de ensaio). A possibilidade de fazerem e refazerem uma experiência: manipulando diferentes objetos, oralizando pensamentos, estabelecendo relações sociais favorece novas

possibilidades formativas, rumo a uma maior autonomia.

Para desenvolver experiências relacionadas ao trânsito, você pode utilizar uma folha de papel alumínio para construir barcos e colocá-los em recipiente com água para dar noção de densidade e empuxo, por exemplo.

Utilizando bolinhas, carrinhos e pêndulos é possível simular choques e colisões, dando a ideia de movimento e impulso. Para demonstrar a mesma ideia, pode ser realizada uma experiência com um carrinho (montado com blocos, por exemplo) e um boneco sentado. Ao movimentar o carrinho contra outro objeto, o boneco será arremessado. No entanto, se o boneco estiver preso ao carrinho (com um elástico) não acontecerá o mesmo. Associe a experiência ao trânsito no interior dos veículos, conversando sobre a importância do cinto de segurança em todos os bancos, assim como dos equipamentos de retenção para as crianças (bebê conforto, cadeirinha, assento de elevação).

6. MATEMÁTICA E TRÂNSITO

São muitos os conteúdos a serem trabalhados neste eixo: números e sistema de numeração, contagem, notação e escrita numéricas, operações, grandezas e medidas, espaço e forma.

Quando o conteúdo é espaço e forma, é possível desenvolver uma série de atividades voltadas ao tema trânsito, pois as crianças exploram o espaço ao seu redor e, progressivamente, por meio da percepção e da maior coordenação de movimentos, organizam mentalmente seus deslocamentos. Aos poucos, também antecipam seus deslocamentos, podendo representá-los por meio de desenhos, estabelecendo relações de contorno e vizinhança.

As relações espaciais nos deslocamentos podem ser trabalhadas a partir da observação de pontos de referência que as crianças adotam, a sua noção de distância, de tempo, etc. É possível, por exemplo, pedir para as crianças descreverem suas experiências em deslocar-se diariamente de casa à escola.

Nesse sentido, o trabalho com trânsito pode envolver a identificação de pontos de referência para que as crianças se situem e se desloquem no espaço. Você também pode desenvolver atividades relacionadas à descrição e à representação de pequenos percursos e trajetos, levando em conta pontos de referência.

Sugestões de atividades

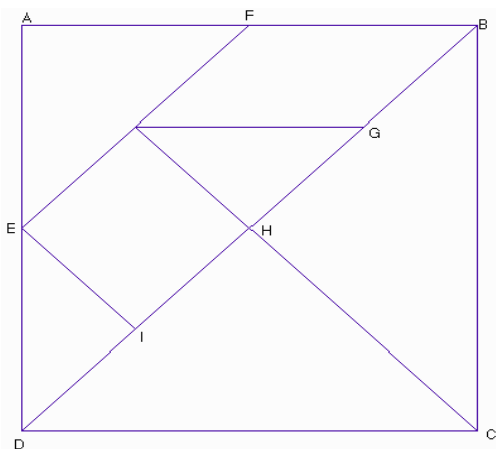
6.1 Passeios

Sair das dependências da escola exige cuidados. Por isso, a cada passeio programado (idas ao teatro, visitas a museus, etc.) você poderá prever ações relacionadas ao trânsito: como comportar-se no interior do veículo em que serão transportados; ao descer da condução formar fila, não correr para a rua, etc.

Proponha às crianças a observação do trajeto realizado para que na volta possam traçá-lo em um rolo de papel pardo. Pergunte o que viram no caminho, se passaram por ruas largas ou estreitas, quais os pontos de referência observados. Trace comparações entre os pontos de referência observados durante o passeio com aqueles que existem perto da casa dos alunos.

6.2 Tangran

O tangran é um quebra-cabeça de origem chinesa que causou sensação no século XIX. Com ele as crianças podem montar uma infinidade de figuras. Fazer o tangran é simples. Basta recortar um quadrado de cartolina com 15 cm de lado, marcar as linhas e recortar as diferentes peças (conforme figura abaixo). Quando tiver as sete peças, chamadas *tans*, proponha combinações para criar figuras. Uma regra é importante: as sete peças sempre precisam ser usadas para compor as figuras.



As crianças podem montar barquinhos, pessoas, casas, navios e outros elementos.

Junto com as crianças, cole as figuras criadas para formar o painel de uma cidade, por exemplo. As peças podem ter tamanhos variados. Existem também tangrans disponíveis para serem impressos e recortados pelas crianças.

6.3 Do maior para o menor

Para que as crianças se relacionem com a matemática, é necessário que façam todas as relações possíveis entre os objetos: é igual, é diferente, é maior, é menor, etc. Por isso, proporcione situações que levem as crianças à construção de todas as relações possíveis entre os objetos: agrupá-los por semelhanças; fazer classificações simples e em série; comparar tamanhos: maior, menor, igual etc.

O § 2º, do inciso XII, do Artigo 29, do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que *respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.*

Este parágrafo pode ser traduzido para as crianças por meio de jogos com diferentes meios de locomoção (de brinquedo ou imagens): um caminhão, um ônibus, uma van, uma caminhonete, um automóvel, uma motocicleta, uma bicicleta, uma pessoa. Ao pedir para que as crianças coloquem os brinquedos/imagens em ordem decrescente, converse sobre a importância do respeito aos pedestres, uma vez que todos os veículos juntos são responsáveis pela sua segurança.

TERCEIRA PARTE

III. CONTEÚDOS RELACIONADOS AO TRÂNSITO

Diante das atividades sugeridas é possível perceber que o trânsito pode fazer parte da prática educativa cotidiana pré-escolar. Entretanto, por se tratar de um assunto específico, faz-se necessária a enumeração de alguns conteúdos que possam servir de referência para seu trabalho.

Os conteúdos da pré-escola devem abranger, para além de fatos, conceitos e princípios, também os conhecimentos relacionados a procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagem. A explicitação dos conteúdos relacionados ao trânsito, a seguir enumerados, aponta para a necessidade de se trabalhar de forma intencional

e integrada aos demais conteúdos constantes na proposta pedagógica da instituição de ensino.

1. PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO E AUTOCUIDADO

- Como atravessar uma rua e andar em calçadas: atentar para a sinalização (cores do semáforo, faixas de travessia), pedir sempre a companhia de um adulto (o adulto deve segurar a criança pelo pulso), não andar nas beiradas da calçada, usar roupas claras e colar na mochila adesivo com material reflexivo para melhor ser visto.
- Como ser transportado no interior dos diversos tipos de veículos (a importância do cinto de segurança e dos equipamentos de retenção conforme legislação vigente, embarque e desembarque).
- Cuidados ao brincar fora de casa: procurar local cercado, pedir sempre a companhia de um adulto, não correr atrás de bolas e de outros brinquedos ou de cachorros.
- Comportamentos adequados no interior do transporte escolar: usar cinto, não colocar braços para fora da janela, respeitar o motorista.
- Cuidados ao andar de bicicleta: usar capacete, roupas claras e sapatos fechados, andar apenas em locais apropriados e pedir sempre a companhia de um adulto.

2. IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO EM AMBIENTES PRÓXIMOS

- Situações que podem ocorrer caso as crianças brinquem ou parem em entradas de garagem, quintais sem cerca, estacionamentos de veículos.
- Locais seguros para andar de bicicleta são ciclovias ou ciclofaixas, parques e praças, sempre na companhia de um adulto. Crianças devem identificar os riscos de andar de bicicleta em sacadas ou perto de piscinas.
- Situações de risco onde não haja calçada, sinalização, passarela, acostamento ou demais locais para andar e/ou atravessar.
- Locais com grande volume de tráfego, muitos veículos estacionados, vias com limites altos de velocidade estabelecidos, ausência de uma rodovia dividida e poucos dispositivos de segurança para pedestres, como passarelas e lombadas eletrônicas, são fatores que aumentam a probabilidade de atropelamentos.

IV. ORIENTAÇÕES GERAIS

Se você quiser obter mais informações sobre trânsito para compartilhar com as crianças é importante estar sempre atualizado. Atualmente há diversos *sites*, livros e outros recursos direcionados ao tema.

Entretanto, além da informação, você deve considerar a educação para o trânsito em sua proposta pedagógica e atentar a alguns aspectos importantes reiterados a seguir:

- O trabalho com o tema trânsito deve ser concebido como forma de desenvolver atitudes e valores pautados no respeito, na cooperação, na solidariedade, entre outros fundamentais à vida em sociedade;
- O trabalho com o trânsito não deve se limitar ao espaço da sala de aula, sendo necessário explorar ambientes externos que propiciem a locomoção das crianças. Atividades como andar pela escola, observar o trânsito em frente à escola, realizar passeios, são imprescindíveis para motivar debates a partir das situações observadas;
- O trânsito deve ser tema trabalhado sistemática e continuamente, pois realizar atividades sobre o assunto apenas em momentos estanques ou em datas comemorativas não são suficientes para a construção de uma nova cultura de paz;
- As crianças devem ter acesso a recursos diversificados: textos literários, imagens, vídeos, músicas, obras de arte, enfim, tudo aquilo que incentive as atividades sobre o tema;
- O trânsito não deve ser abordado de modo negativo, como um problema insolúvel. As crianças precisam compreender que ao adotarem comportamentos seguros, baseados no respeito mútuo e na cooperação, é possível conviver de forma saudável no espaço público;
- O tema trânsito não se restringe à aprendizagem de regras e normas de circulação e conduta, devendo servir de objeto a questões voltadas ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, às diferenças sociais, econômicas e culturais da população;
- Ao implementar a educação para o trânsito em sua proposta pedagógica, você deve compreender a dimensão conceitual expressa na palavra **trânsito**, a fim de possa criar e propor atividades significativas que visem a adoção de comportamentos voltados ao bem comum no espaço público.

DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passou a vigorar a partir de 22 de janeiro de 1998, é considerado como um dos códigos mais avançados do mundo, pois trouxe consigo muitas inovações. Uma das mais significativas é que, pela primeira vez, o código traz um capítulo exclusivo à educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino.

Para atender ao disposto no CTB, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) elaborou estas **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental**, cuja finalidade é trazer um conjunto de orientações capaz de nortear a prática pedagógica voltada ao tema trânsito.

Porém, mais do que o cumprimento da lei, acreditamos que por meio da educação será possível reduzir o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito e construir uma cultura de paz no espaço público. Isso porque a educação para o trânsito requer ações comprometidas com informações, mas, sobretudo, com valores ligados à ética e à cidadania.

Por isso, este documento pretende oferecer aos professores do ensino fundamental a oportunidade de desenvolver atividades que tragam à luz a importância da adoção de posturas e de atitudes voltadas ao bem comum; que favoreçam a análise e a reflexão de comportamentos seguros no trânsito; que promovam o respeito e a valorização da vida.

É, portanto, com sentimento de otimismo e satisfação que publicamos estas diretrizes, desejando que contribuam, efetivamente, para o processo de implementação da educação para o trânsito nas escolas de forma permanente.

Temos certeza de que este é um marco histórico da maior relevância para o trânsito brasileiro, não somente pelo conteúdo apresentado, mas por seu significado no contexto da legislação e por representar um grande passo para a conquista do direito de ir e vir com segurança.

ALFREDO PERES DA SILVA

Diretor do Denatran Presidente do Contran

INTRODUÇÃO

Estas **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental** são referências e orientações pedagógicas para a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares e ancoram-se nos seguintes fundamentos:

- I - Nas bases legais que orientam:
 - a) Os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira;
 - b) O Sistema Nacional de Trânsito;
- II - Na dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;
- III - No reconhecimento do trânsito como tema de urgência social, de abrangência nacional, que apresenta possibilidade de ensino e aprendizagem e que favorece a compreensão da realidade e a participação social;
- IV - No conjunto de valores que regulam nosso sistema de convivência e que envolvem o pensar e o agir de cada pessoa, respeitando sua liberdade;
- V - Nas fases de desenvolvimento do aluno e nas características específicas de cada etapa de ensino.
- VI - Nas diversidades culturais, nos diferentes espaços geográficos e nas relações que neles ocorrem, nas características regionais e locais da sociedade, da economia e da clientela.

A inclusão do trânsito como tema transversal tem como objetivos:

- I - Priorizar a educação para a paz a partir de exemplos positivos que reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- II - Desenvolver posturas e atitudes para a construção de um espaço público democrático e equitativo, por meio do trabalho sistemático e contínuo, durante toda a escolaridade, favorecendo o aprofundamento de questões relacionadas ao tema trânsito;
- III - Superar o enfoque reducionista de que ações educativas voltadas ao tema trânsito sejam apenas para preparar o futuro condutor;
- IV - Envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas;
- VI - Contribuir para mudança do quadro de violência no trânsito brasileiro que hoje se apresenta;
- VII - Criar condições que favoreçam a observação e a exploração da cidade, a fim

de que os alunos percebam-se como agentes transformadores do espaço onde vivem.

Para que o tema trânsito possa ser implementado com êxito no Ensino Fundamental é muito importante adotar procedimentos, considerando:

- I - O planejamento de atividades que promovam a análise, o debate e a reflexão sobre diferentes situações relacionadas ao transitar humano;
- II - O uso do ambiente real de circulação (a cidade) como principal recurso educativo para o exercício da cidadania no trânsito;
- III - A produção e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema a partir do incentivo à pesquisa, à leitura e à escrita, à criatividade, à troca de idéias e de experiências;
- IV - A promoção do envolvimento da família e da comunidade em atividades voltadas ao tema;
- V - A execução de ações e a utilização de recursos educativos que expressem as concepções adotadas nesta publicação.

É importante salientar que este documento vem ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN) ao explicitarem que de acordo com a realidade de cada lugar, as escolas podem eleger, se quiserem – além dos temas transversais estabelecidos – temas locais para serem trabalhados.

[...] Tomando-se como exemplo o caso do trânsito, vê-se que, embora esse seja um problema que atinge uma parcela significativa da população, é um tema que ganha significado principalmente nos centros urbanos, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de natureza extremamente diversa. Pense-se, por exemplo, no direito ao transporte associado à qualidade de vida e à qualidade do meio ambiente; ou o desrespeito às regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos que, no mundo, causa maior número de mortes). Assim, visto de forma ampla, o tema trânsito remete à reflexão sobre as características de modos de vida e relações sociais.

Parâmetros Curriculares Nacionais: *apresentação dos temas transversais, ética*. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. p.35.

Além disso, ao publicar estas diretrizes, o Denatran acata sugestão do Conselho Nacional de Educação, emitida por meio do Parecer CNE/CEB n. 22/2004, de 05 de agosto de 2004, homologado no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2005 firmando que:

As instituições de ensino brasileiras devem considerar, na definição de seus projetos pedagógicos, a busca de comportamentos adequados no trânsito. (...)

A fim de facilitar a propagação da ideia sugere-se ao Denatran que envide esforços no sentido de produzir material de apoio para que as escolas possam utilizá-lo nos seus projetos de educação para o trânsito.

Sendo assim, a inserção do trânsito como tema transversal às áreas curriculares é um

importante desafio lançado aos educadores brasileiros para que seja possível a construção de um espaço público mais justo, mais humano e cidadão.

1. IMPORTÂNCIA DO TEMA

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), 1 milhão de crianças entre 0 e 14 anos morrem em decorrência de acidentes todos os anos ao redor do mundo e cerca de 50 milhões ficam com sequelas permanentes.

No Brasil, os acidentes representam a principal causa de morte de crianças entre 0 e 14 anos. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 6 mil crianças até 14 anos morrem e 140 mil são hospitalizadas anualmente no país, representando R\$ 63 milhões gastos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estudo de Mortalidade e Hospitalização por Acidentes com Crianças até 14 anos, coordenado pela ONG Criança Segura, divulgado em 2007, revela que dentre os acidentes com crianças de até 14 anos, o trânsito é responsável por 40% das mortes, como pode ser observado no quadro a seguir:

Tipo de acidente	Total de mortes 0 a 14 anos		
	2005	2004	2003
Acidentes de trânsito	2.364 (40,7%)	2.427 (41,1%)	2.446 (41%)
Afogamento	1.496 (25,7%)	1.533 (26%)	1.527 (25%)
Sufocação	806 (13,9%)	791 (13,4%)	771 (13%)
Queimaduras	367 (6,3%)	387 (6,6%)	420 (7%)
Outros	317 (5,5%)	329 (5,6%)	367 (6%)
Quedas	310 (5,3%)	292 (4,9%)	289 (5%)
Intoxicações (envenenamento)	108 (1,9%)	109 (1,8%)	121 (2%)

Armas de fogo	40 (0,7%)	34 (0,6%)	52 (1%)
Total	5.808	5902	5993

DATASUS – Ministério da Saúde 2003/2004 Acidentes ocorridos em meio terrestre, excluindo-se os meios aéreos, aquáticos e não identificados.

Importante salientar que das 2.364 crianças mortas em acidentes de trânsito em 2005, 1.109 eram pedestres, vítimas de atropelamentos.

Os números relativos a 2005, expressos acima, denunciam a morte de, aproximadamente, 7 crianças por dia em acidentes de trânsito no Brasil, excluindo aquelas hospitalizadas e com seqüelas temporárias ou permanentes.

Estudo recente realizado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) também aponta para a preocupante realidade dos acidentes de trânsito envolvendo crianças. Entre 2000 e 2007, considerando os acidentes nos quais houve identificação da idade das vítimas, 187.600 mil crianças, de 0 a 12 anos, sofreram acidentes de trânsito, sendo que 8.029 morreram.

Os números apresentados demonstram a necessidade e a urgência da adoção de medidas, sobretudo educacionais, capazes de reverter esta situação que, conforme o Ministério da Saúde, pode ser configurada como uma séria questão de saúde pública.

Diante disso, a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares torna-se imprescindível, pois o trabalho permanente nas escolas provocará,

indubitavelmente, mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança das crianças no espaço público.

2. TRANSVERSALIDADE

A transversalidade refere-se à ação pedagógica que se propõe a trabalhar com temas, considerados relevantes, cujos conteúdos – sobretudo atitudinais – podem estar relacionados a todas as disciplinas. Portanto, um tema transversal não é uma disciplina. Ele *transpassa* as disciplinas, tendo como principais objetivos potencializar valores, fomentar comportamentos e desenvolver posturas e atitudes frente à realidade social.

Os PCN esclarecem a proposta de *transversalidade* quando explanam sua diferença em relação à *interdisciplinaridade*:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Sendo assim, os temas transversais têm por objetivo trazer à tona, em sala de aula, questões sociais que possibilitem a construção da democracia e da cidadania.

É importante esclarecer que os temas transversais não são novas áreas ou disciplinas. Eles devem ser incorporados ao projeto pedagógico das escolas, por isso têm caráter de transversalidade, sendo parte integrante das áreas e não algo estanque.

Os temas transversais *entram* no ensino das áreas para serem refletidos e analisados a partir de um trabalho compartilhado entre alunos e professores.

O trânsito, compreendido de modo abrangente, pode ser inserido de forma transversal em todas as disciplinas, pois se trata de um tema inerente à realidade de todas as pessoas, em todos os tempos, em todos os lugares.

3. TRÂNSITO E CURRÍCULO

A palavra *currículo* pode ser entendida como o conjunto das disciplinas escolares ou, ainda, como a exposição dos conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina. Porém, a concepção do termo currículo, na educação brasileira atual, vai além da simples enumeração dos conteúdos referentes às áreas do conhecimento (disciplinas). O currículo está expresso em princípios e metas que devem nortear o projeto pedagógico da escola.

Em seu projeto pedagógico, a escola deve programar o que ensinar em cada área do conhecimento (conteúdos), mas deve se comprometer, também, com o desenvolvimento de capacidades que possibilitem ao aluno intervir em sua realidade para transformá-la.

Por isso, para que o trânsito seja inserido no currículo escolar, é indispensável que seja concebido e tratado com a finalidade de assegurar o direito de ir e vir: a pé, de automóvel, de bicicleta, de caminhão, de barco, de trem ou com qualquer outro meio de transporte.

A compreensão do trânsito como parte da vida cotidiana de todas as pessoas; sua

necessidade de locomoção no espaço, de comunicação com o espaço e, sobretudo de convívio social no espaço público, favorecerá o trabalho educativo com foco em atividades nas quais os alunos assimilem com clareza que os conflitos no trânsito só podem ser minimizados quando valores, posturas e atitudes estiverem voltados ao bem comum.

A escola, como espaço determinante à apreensão, à compreensão, à análise e à reflexão da realidade torna possível a ação dos alunos como sujeitos históricos, pois não há democracia sem participação. E, para viver em uma sociedade verdadeiramente democrática é necessário exigir os direitos conquistados; conhecer e respeitar as leis; agir com consciência e responsabilidade e acompanhar as transformações do mundo, num processo de aprendizagem permanente.

A inserção do tema trânsito no currículo escolar requer, portanto, ações educativas permanentes que transcendam a aprendizagem de regras, normas e leis de trânsito. É possível ensinar a uma criança como atravessar uma via de forma segura. Entretanto, além deste ensinamento, podem ser criadas situações que mostrem como ajudar uma pessoa portadora de deficiência a atravessar a via, por exemplo. Logo, a inserção do tema trânsito nas áreas curriculares deve ir além de *ensinar o que fazer*; deve *ensinar como ser*. Trabalhar em favor de uma educação para a vida, que contribua para o desenvolvimento das pessoas em sua socialização no espaço público é o grande desafio e o compromisso a ser assumido pelos professores do Ensino Fundamental.

4. OBJETIVOS GERAIS DO TEMA TRÂNSITO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A inclusão do tema trânsito no currículo das instituições de Ensino Fundamental deve ser organizada de forma a possibilitar ao aluno:

- I - conhecer a cidade onde vive, tendo oportunidade de observá-la e de vivenciá-la;
- II - conhecer seus direitos e cumprir seus deveres ao ocupar diferentes posições no trânsito: pedestre, passageiro, ciclista;
- III - pensar e agir em favor do bem comum no espaço público;
- IV - manifestar opiniões, idéias, sentimentos e emoções a partir de experiências pessoais no trânsito;
- V - analisar fatos relacionados ao trânsito, considerando preceitos da legislação vigente e segundo seu próprio juízo de valor;
- VI - identificar as diferentes formas de deslocamento humano, desconstruindo a

cultura da supervalorização do automóvel;

VII - compreender o trânsito como variável que intervém em questões ambientais e na qualidade de vida de todas as pessoas, em todos os lugares;

VIII - reconhecer a importância da prevenção e do autocuidado no trânsito para a preservação da vida;

IX - adotar, no dia-a-dia, atitudes de respeito às normas de trânsito e às pessoas, buscando sua plena integração ao espaço público;

X - conhecer diferentes linguagens (textual, visual, matemática, artística, etc.) relacionadas ao trânsito;

XI - criar soluções de compromisso para intervir na realidade.

5. CONTEÚDOS

A Lei n. 11.274, aprovada em fevereiro de 2006, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

A implementação do ensino fundamental de nove anos tem dois objetivos principais: oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

A nova organização do Ensino Fundamental deverá incluir dois elementos: os nove anos de trabalho escolar e a nova idade que integra esse ensino.

Para garantir uma nomenclatura comum às múltiplas possibilidades de organização desse nível de ensino (séries, ciclos, outros – conforme Artigo 23 da Lei n. 9.394/96), o Ministério da Educação (MEC) sugere que o Ensino Fundamental seja assim mencionado:

ENSINO FUNDAMENTAL								
ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS			
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
ano	ano	ano	ano	ano	ano	ano	ano	ano

Nesse sentido, os conteúdos apresentados a seguir respeitarão a orientação do MEC no que diz respeito à organização do Ensino Fundamental.

É importante salientar, também, que tais conteúdos estão referenciados no princípio da **prevalência dos direitos humanos**, um dos princípios estabelecidos na Constituição Brasileira, bem como no Código de Trânsito Brasileiro.

Os conteúdos foram reunidos em seis blocos gerais, explicitados adiante, e selecionados com base nos seguintes critérios:

- a possibilidade de inclusão do tema trânsito no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar;
- a necessidade do ensino e da aprendizagem de conceitos, procedimentos, valores e atitudes como forma de reverter o quadro de violência evidenciado no trânsito brasileiro;
- a importância da análise e da reflexão acerca do tema trânsito como forma de preservação da vida.

5.1 Conteúdos para os anos iniciais (1º ao 5º anos)

5.1.1 Os lugares

Este bloco tem a função de promover situações que levem à observação, à exploração, à análise, ao debate e à produção de conhecimentos sobre os lugares onde os alunos vivem e que fazem parte de seu cotidiano: a casa, a escola, a rua de casa, a rua da escola, o bairro, o entorno.

Para trabalhar com este bloco foram eleitos os seguintes conteúdos:

- Os diferentes tipos de moradia em função de condições climáticas, culturais, sociais, econômicas; as regras da casa; a organização do espaço físico; a forma de locomoção das famílias;
- A organização da sala de aula; os locais apropriados para a realização de diferentes tipos de atividades; as regras da escola; as regras da sala; a preservação do espaço físico da escola, do seu mobiliário e de todo o seu patrimônio; os *pontos críticos* da escola (locais onde podem ocorrer acidentes e quedas); as características do entorno da escola e do bairro onde se localiza; os problemas no trânsito enfrentados durante o período de entrada e saída dos alunos;
- As características do trânsito em áreas rurais próximas a estradas e rodovias; em bairros comerciais, residenciais e industriais; as diferentes atividades exercidas nos bairros e sua relação com o trânsito de pedestres e de veículos; a história do bairro onde se localiza a escola; as transformações ocorridas na paisagem natural;

5.1.2 A cidade

Este bloco parte da cidade compreendida como lugar *onde se pode praticar a vida*, sendo o ponto de partida e o principal recurso educativo para trabalhar com questões

relacionadas ao tema trânsito.

Os seguintes conteúdos podem ser abordados neste bloco:

- Os aspectos da paisagem da cidade em relação à cultura, ao lazer, às atividades comerciais, industriais, financeiras;
- A história da cidade e as transformações da paisagem natural;
- A influência do trânsito em aspectos ambientais e sua relação com a qualidade de vida dos habitantes;
- A importância de uma cidade acessível a todas as pessoas: guias rebaixadas, elevadores em pontos de ônibus (plataforma de elevação vertical), vagas para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência física, pisos especiais para pessoas com deficiência visual; a necessidade de adaptação e adequação das construções arquitetônicas para possibilitar o acesso de todas as pessoas;
- A planta da cidade para a identificação de vias paralelas, vias transversais, vias preferenciais, pontos referenciais, localização de endereços;
- O transporte público: condições, itinerários, quantidade para atender a demanda de deslocamento da população;
- Locais apropriados para lazer, caminhadas, andar de bicicleta (ciclovias, ciclofaixas);
- Condições das calçadas e das vias da cidade para o trânsito seguro de pedestres e de veículos.

5.1.3 O direito de ir e vir

Este bloco pretende oferecer elementos que suscitem o debate sobre a necessidade e o direito que todas as pessoas têm de locomover-se com segurança no espaço público, bem como sobre a importância de conhecer e de respeitar as regras e as normas sociais e legais que regem tal direito.

Para este bloco foram eleitos os seguintes conteúdos:

- As diferentes posições ocupadas pelos alunos do ensino fundamental no trânsito (pedestre, passageiro, ciclista);
- As características das vias abertas à circulação urbana, conforme sua utilização e a compreensão das regras para a locomoção segura em cada uma delas (via de trânsito rápido, via arterial, via coletora, via local);
- As diferentes formas de locomoção no decorrer dos tempos, evolução histórica

dos meios de transporte;

- As diferentes formas de locomoção em diferentes paisagens e regiões brasileiras;
- As dificuldades de locomoção enfrentadas por pessoas com deficiências físicas, motoras e sensoriais;
- A diferença entre o automóvel utilizado como meio de locomoção e como bem de consumo e/ou símbolo de *status* social;
- A importância do direito ao transporte público de qualidade e da prática do transporte solidário.

5.2 Conteúdos para os anos finais (6º ao 9º anos)

5.2.1 As linguagens do trânsito

A intenção deste bloco é explorar as diferentes linguagens utilizadas no trânsito, percebendo-as como forma objetiva de traduzir mensagens fundamentais à locomoção segura das pessoas no espaço público.

No trânsito é possível encontrar, basicamente, três tipos de linguagem: a **visual**, baseada em ícones (figuras e imagens); a **sonora**, em sons emitidos pelo agente de trânsito, pelas buzinas dos veículos; e a **gestual**, em gestos dos agentes de trânsito, de condutores, pedestres, ciclistas, motociclistas e demais usuários das vias públicas. São estas linguagens que possibilitam a comunicação com o espaço público e no espaço público. Se as pessoas não decodificarem as mensagens transmitidas por meio das linguagens utilizadas no trânsito, causarão situações de conflito e acidentes.

Os conteúdos definidos para este bloco são:

- A sinalização de trânsito e sua importância para assegurar a locomoção de todas as pessoas (motorizadas ou não): sinalização horizontal, sinalização vertical, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos, sonoros, gestos do agente de trânsito, do condutor e do pedestre;
- Sinais e gestos do ciclista para transitar em vias públicas;
- Avanços tecnológicos dos dispositivos de fiscalização auxiliar: radares, fotossensores, lombadas eletrônicas;
- Consequências ocasionadas ao meio ambiente em função da poluição sonora e visual dos centros urbanos.

Os conteúdos deste bloco, especialmente aqueles relacionados à sinalização, devem ter

como objetivo promover a análise e a compreensão das mensagens transmitidas. Compreender, neste caso, não significa *repetir, memorizar* ou, simplesmente, *obedecer* aos sinais de trânsito, mas descobrir suas razões pelo entendimento progressivo, a partir de vivências e de recursos educativos atraentes que incentivem a pesquisa, a observação e o estudo sobre o assunto.

Assim, os conteúdos partirão do universo cultural dos alunos que, confrontado com o conhecimento formal, promoverá uma nova leitura da realidade, refletindo em mudança de atitude frente ao trânsito.

5.2.2 Segurança no trânsito

Todos os conteúdos enumerados até o momento envolvem, direta ou indiretamente, a palavra-chave do trânsito: **segurança**.

Na acepção da palavra, segurança é *a qualidade ou condição do que é seguro, livre de risco*. Sendo assim, os veículos devem ser seguros, as vias devem ser seguras, as calçadas devem ser seguras, enfim o espaço público deve ser seguro, ou seja, livre de risco para todas as pessoas. Garantir a segurança neste espaço é tarefa dos órgãos públicos.

De acordo com o § 2º do Artigo 1º do CTB:

O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar medidas a assegurar este direito.

Já o Artigo 72 dispõe que:

Todo o cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

Como é possível constatar, de acordo com a lei, todas as pessoas podem e devem exigir o direito de transitar com segurança.

Entretanto, há aquelas que, em vez de reclamarem por medidas de segurança, adotam **comportamentos de risco**: desrespeitam a sinalização, dirigem em alta velocidade, não utilizam equipamentos de segurança obrigatórios, bebem e dirigem, entre tantas outras atitudes que deveriam ser repudiadas pela sociedade, mas tornaram-se tão recorrentes que, muitas vezes, são banalizadas.

Por isso, neste bloco é fundamental que os alunos compreendam que nenhuma atitude

no trânsito pode ser considerada sob o ponto vista individual, uma vez que a adoção de comportamentos de risco expõe, também, a vida de outras pessoas.

Portanto, a prática de ações livres de risco (ações seguras) é o princípio básico para impedir a ocorrência de acidentes no trânsito. No caso do trânsito, o significado da palavra acidente, como *acontecimento casual, fortuito e imprevisto*, perde o sentido, pois os acidentes de trânsito são, em regra, previsíveis, ou seja, podem ser evitados a partir da adoção de comportamentos seguros.

Com a finalidade de orientar os alunos à adoção de valores, posturas e atitudes seguras no trânsito, para este bloco foram selecionados os seguintes conteúdos:

- **Segurança de pedestres:** locais seguros para atravessar vias; roupas claras para melhor ser visto, uso de adesivos reflexivos em mochilas; regras para transitar em calçadas; cuidados com locais de risco (saídas de garagens, estacionamentos); importância de ver e ser visto;
- **Segurança de passageiros:** respeito às regras e às normas para transitar no interior de veículos (automóvel, transporte escolar, transporte coletivo) e como passageiros em motocicletas, conforme a idade das crianças; a importância do uso do cinto e demais equipamentos de segurança;
- **segurança de ciclistas:** acessórios de segurança para os ciclistas (capacete, cotoveleira, luvas, sapatos fechados, roupas claras); equipamentos de segurança para as bicicletas (sinalização noturna dianteira, nos pedais, nas laterais e traseira da bicicleta, espelho retrovisor do lado esquerdo e campainha); cuidados com a bicicleta (pneus, freios); os casos em que o ciclista deve desmontar da bicicleta para transitar como pedestre; os perigos de *pegar carona* na traseira de ônibus ou caminhões;
- **Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT):** a importância de conhecer as competências estabelecidas para cada órgão e entidade que compõe o SNT, descritas no CTB.

5.2.3 Convivência social no trânsito

Como já mencionado, nenhuma atitude no trânsito pode ser concebida sob o ponto de vista individual, pois todas as pessoas se locomovem num espaço público, ou seja, num espaço que pertence a toda a coletividade. Neste espaço de relacionamento interpessoal podem ser criadas situações harmoniosas ou de conflito.

De acordo com o autor Eduardo Vasconcellos existem dois tipos de conflito no

trânsito: físico e político.

O *conflito físico*, mais aparente no trânsito, é caracterizado pela disputa do espaço: quando um pedestre quer atravessar a via no meio dos veículos ou quando dois veículos se aproximam ao mesmo tempo de um cruzamento. O *conflito político* reflete o interesse pessoal no trânsito, de acordo com as posições ocupadas em um determinado momento: quando a pessoa é pedestre, exige que os veículos parem para lhe dar passagem, mas quando dirige um veículo, reclama dos pedestres e não dá passagem.

É importante ressaltar que a posição das pessoas no trânsito muda constantemente. Isso possibilita o entendimento que não existem pedestres, condutores ou passageiros como seres imutáveis. Vem daí, a importância de desenvolver atividades nas quais os alunos assumam diferentes posições e compreendam que os conflitos no trânsito só podem ser minimizados quando suas atitudes, independentemente da posição ocupada, estiverem voltadas ao **bem comum**.

Assim sendo, este bloco deve enfatizar conteúdos que suscitem análises, reflexões e debates sobre o comportamento das pessoas no trânsito, não para sentenciar culpas, mas para favorecer aprendizagens que possam ser refletidas por meio de atitudes éticas e de cidadania.

Os conteúdos eleitos para este bloco são:

- Respeito ao espaço público e ao patrimônio cultural;
- Educação no trânsito: dar a vez; ceder o lugar; ajudar as pessoas; evitar conflitos;
- Consequências do uso de bebida alcoólica e de substâncias psicoativas tanto para condutores quanto para pedestres;
- O estudo da interdependência entre trânsito e violência;
- A reflexão sobre menores ao volante;
- A análise das causas dos acidentes de trânsito;
- A responsabilidade dos condutores de veículos em relação aos pedestres;
- A análise de casos reais relacionados a acidentes e *brigas* no trânsito, divulgados pela mídia.

6. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

A partir de uma visão abrangente acerca do tema, o trânsito pode ser inserido em todas as áreas curriculares, conforme exemplos explicitados a seguir.

6.1 Trânsito na Língua Portuguesa

O estudo da Língua Portuguesa deve criar condições para que os alunos sejam capazes de ler, interpretar e produzir a língua, de modo a compreenderem e serem compreendidos. O domínio da língua está diretamente relacionado à participação social, pois é por meio dela que as pessoas se comunicam, têm acesso às informações, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem conhecimento.

A linguagem verbal possibilita a representação da realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Não se trata apenas da representação e da regulação do pensamento e da ação, próprios e alheios, como também expressa idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas. Desse modo, a linguagem verbal é capaz de influenciar o outro e de estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes.

Para desenvolver a oralidade, a escola deve criar situações que gerem o debate, provocando a manifestação de idéias, pensamentos, sentimentos, opiniões, julgamentos. No caso do trânsito, uma gama de assuntos pode ser trazida a debate: questões relacionadas ao comportamento de pedestres, condutores, ciclistas, motociclistas; conseqüências do uso de álcool no trânsito; importância das relações estabelecidas no espaço público; necessidade de uso de equipamentos de segurança, etc.

O ensino da língua não pode estar limitado a um tipo de texto. É fundamental que os alunos tenham acesso às diferentes formas de expressão escrita, coletadas em diversas fontes: livros, jornais, revistas, panfletos, folhetos, dicionários, enciclopédias, guias, gibis, etc. O trânsito pode ser trabalhado, especialmente, a partir da leitura, análise e interpretação de textos jornalísticos, pois é bastante comum encontrar nos jornais matérias sobre o assunto. No entanto, folhetos educativos, livros paradidáticos e de literatura, crônicas, quadrinhos, entre tantos outros recursos podem suscitar debates e reflexões.

Os alunos também devem ser incentivados a produzir textos: registrar por escrito as observações do trânsito de sua cidade, elaborando descrições subjetivas, propiciando a seqüencialização das imagens visuais no processo da escrita. A produção de panfletos, de cartazes e de outros materiais de trânsito, também promove a criatividade escrita: criar *slogans* ou frases sobre os conhecimentos adquiridos estimula a troca de idéias entre o grupo. Distribuir as produções realizadas aos demais alunos da escola e à comunidade é uma forma de estabelecer relações sociais.

6.2 Trânsito na Matemática

De acordo com os PCN:

Um currículo de Matemática deve procurar contribuir, de um lado, para a valorização da pluralidade sociocultural, impedindo o processo de submissão no confronto com outras culturas; de outro, criar condições para que o aluno transcenda um modo de vida restrito a um determinado espaço social e se torne ativo na transformação de seu ambiente. A compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais também dependem da leitura e interpretação de informações complexas, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania, é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente, etc.

Esta abordagem faz pensar na Matemática como instrumento indissociável da vida cotidiana de todas as pessoas: comprar, pagar, receber. Por isso, a importância de ser explorada por meio de diferentes linguagens matemáticas: gráficos, tabelas, esquemas.

O trânsito pode ser inserido na Matemática a partir de dados numéricos, representados em tabelas ou gráficos, relacionados à frota veicular, ao número de acidentes, ao número de vítimas fatais e não-fatais, à densidade demográfica, à extensão territorial, entre outros indicadores.

Estudar e debater sobre o número de acidentes; estabelecer relações entre o aumento populacional e o aumento da frota veicular; pesquisar as causas das mortes em acidentes de trânsito; identificar a faixa etária das vítimas do trânsito; identificar os veículos que mais se envolvem em acidentes, entre outras atividades, produzirá aprendizagens significativas sobre o tema. A elaboração e o levantamento de dados também podem sugerir a construção de gráficos, de tabelas, de esquemas, incentivando a produção de linguagens matemáticas.

A resolução de problemas também pode partir de situações ocorridas no trânsito. Assim, os alunos poderão calcular valores atribuídos a multas, pontuações referentes às infrações cometidas, etc.

Entretanto, o mais importante é analisar e refletir os dados coletados e as informações obtidas, oportunizando o debate e a manifestação de opiniões a respeito do tema, pois não basta apenas calcular índices, produzir gráficos e tabelas ou, ainda, efetuar operações matemáticas, sem emitir julgamentos sobre as situações abordadas em sala de aula.

6.3 Trânsito na História

A História deve promover o estudo das obras humanas, do presente e do passado, a fim de que os alunos desenvolvam noções de diferença e semelhança, de continuidade e permanência, no tempo e no espaço, para a formação de sua identidade social. É o saber histórico, acumulado durante muitas gerações, que propicia a produção de novos saberes, transformando e definindo o presente.

O trânsito, compreendido como processo histórico, pode ser trabalhado como objeto de conhecimento em diversos conteúdos. Reconstruir a história da cidade, a partir de pesquisas com pessoas mais velhas da comunidade, de fotos, de visitas a museus pode ser uma atividade interessante para estabelecer relações entre o trânsito do passado e do presente.

A pesquisa sobre a evolução dos meios de transporte e de transporte coletivo conduzirá à análise dos aspectos sociais envolvidos neste processo histórico: meio de transporte como necessidade e como bem de consumo.

Estabelecer relações entre os antigos e o atual Código de Trânsito Brasileiro, contextualizando-os com o momento social e político em que foram aprovados é, também, uma forma de inserir o tema nesta área curricular. Para abordar os conteúdos, o a utilização de imagens (fotos, desenhos, figuras), de vídeos, de livros e demais fontes visuais é importante, uma vez que são recursos indispensáveis para a compreensão dos diferentes cenários que se apresentaram no decorrer dos tempos.

A História oferece inúmeras possibilidades de incluir o tema trânsito ao abordar seus conteúdos, pois seu objetivo maior deve reforçar a visão de que são os homens e as mulheres os sujeitos históricos responsáveis pela construção da realidade.

6.4 Trânsito na Geografia

Atualmente, a Geografia ocupa lugar de destaque na escola, sendo reconhecida como a *ciência do espaço*. Compreendendo que o espaço geográfico não se limita aos aspectos visíveis nas paisagens, o estudo da Geografia transcende ao nível das aparências e mergulha nas manifestações físicas das sociedades que se desenvolvem nas diferentes paisagens.

É possível afirmar que é a dinâmica social que determina as características das paisagens que são observadas e não o contrário. Isto porque as necessidades das pessoas não são sempre as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos. E, dependendo de suas necessidades, as pessoas constroem, por meio de seu trabalho, os lugares. O trabalho humano,

nos diversos momentos históricos, é o fator determinante da diferença entre as paisagens e da construção do espaço geográfico.

O enfoque da Geografia recai, portanto, sobre as ações das pessoas (individuais ou coletivas) no espaço e no tempo e as conseqüências destas ações tanto para si próprio quanto para a sociedade.

Assim compreendida, a Geografia tem grande compatibilidade com o tema Trânsito, pois por meio do estudo do espaço geográfico e de suas paisagens, torna-se analisar o fenômeno da urbanização e, conseqüentemente, a problemática que envolve o trânsito, por exemplo. Além disso, o trânsito está estreitamente relacionado ao espaço da produção industrial (bens de produção, bens de consumo), importante aspecto a ser estudado.

Por isso, o tema trânsito pode ser inserido a partir da análise de textos, imagens, filmes e outros recursos educativos que promovam a descrição (verbal ou escrita) de diferentes paisagens; o debate sobre as possíveis relações existentes entre diferentes lugares, com diferentes paisagens; a pesquisa sobre migrações internas e sua relação com o trânsito; as relações sociais que se estabelecem no espaço público de diferentes lugares.

6.5 Trânsito nas Ciências Naturais

O estudo da natureza e do ser humano; do ser humano transformando a natureza; da natureza transformando as ações humanas; da relação entre a ciência e a tecnologia; entre a ciência e a sociedade. São estes os principais eixos condutores às Ciências Naturais que têm como palavras-chaves: ambiente, pessoa, tecnologia.

A inclusão do tema trânsito nas Ciências Naturais propiciará pesquisas, análises, debates e produções relacionadas a questões ambientais: poluição atmosférica provocada pelos veículos automotores, poluição sonora existente nos centros urbanos, poluição visual provocada pela imensa quantidade de anúncios, *outdoors*, pichações espalhadas pelas cidades. O que os governos municipais, estaduais e federal têm feito para reduzir o nível de poluição nas cidades; quais as atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); quais as conseqüências ambientais provocadas por veículos automotores mal conservados. Estes são apenas alguns questionamentos que podem gerar importantes discussões sobre o trânsito.

Quanto ao aspecto tecnológico, é possível analisar o avanço dos equipamentos de segurança, de sinalização e de fiscalização de trânsito, especialmente, nos últimos anos. A tecnologia tem sido aliada ao trânsito, uma vez que atualmente existem sistemas interligando todos os Departamentos Estaduais de Trânsito. A implantação do sistema de Registro

Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) que visa integrar as informações sobre cidadãos, condutores em todo o território nacional; do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que tem como objetivo integrar as informações sobre todos os veículos da frota nacional e do Registro Nacional de Infrações Interestaduais (Renainf) também podem ser fonte de discussões sobre a *era tecnológica* do trânsito.

Ao ser inserido na área de Ciências Naturais, o tema trânsito favorecerá a integração dos alunos ao ambiente e à cultura, oportunizando ações de respeito e de preservação ao espaço público.

6.6 Trânsito na Educação Física

O objetivo da escola com relação à Educação Física não deve se pautar na formação de profissionais do esporte, mas no desenvolvimento das potencialidades corporais de cada aluno por meio de diversas atividades corporais e lúdicas.

Por isso, os jogos, a dança, a ginástica e os esportes devem ser tratados como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura para que os alunos reconheçam e explorem novas possibilidades corporais.

Esta área desempenha papel importante no desenvolvimento mental das crianças e por isso não precisa, necessariamente, restringir-se a exercícios físicos. Por meio de atividades lúdicas e outras estratégias que viabilizem a representação corporal, os professores terão possibilidade de conhecer com maior profundidade e descobrir as necessidades de seus alunos.

As aulas de Educação Física devem promover, também, a participação integral de todos os alunos nas atividades propostas para que sejam capazes de superar seus próprios limites, sem competições negativas ou conflitos com o grupo.

O tema trânsito pode ser inserido nas aulas de Educação Física com a finalidade de trabalhar lateralidade e espaço, imprescindíveis à locomoção. Podem ser promovidas atividades corporais de deslocamento que solicitem o domínio das noções *esquerda, direita, para frente, para trás*. Questões como brincar em locais perigosos, próximos às vias ou em saídas de garagens também podem ser debatidas durante as aulas de Educação Física, assim como o uso de equipamentos de segurança para andar de bicicleta.

6.7 Trânsito na Arte

O estudo da Arte desenvolve a percepção, a reflexão, a imaginação, a criatividade. Para aprender Arte é preciso conviver com as diferentes linguagens artísticas: pintura, escultura, música, teatro, dança. Conhecer as produções artísticas de diferentes épocas e culturas amplia os horizontes das pessoas; expande seu mundo interior. Por isso, o ensino da Arte deve estar fundamentado em dois relevantes aspectos: o acesso à arte e a possibilidade de manifestar-se artisticamente.

O tema trânsito pode ser perfeitamente inserido na Arte a partir de diversas atividades: produções de peças teatrais, desenhos, pinturas e esculturas relacionadas ao tema; visitas a museus que contam histórias sobre a evolução dos meios de transporte, por exemplo; passeios ao setor histórico da cidade; acesso a pinturas e esculturas que retratam cenas relacionadas ao trânsito em diferentes épocas.

Por meio do acesso à arte os alunos poderão produzir arte e terão condições de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo objetos e formas que estão à sua volta, no exercício de uma observação crítica do que existe na sua cultura, podendo criar condições para uma qualidade de vida melhor, inclusive no trânsito.